

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL

**CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR**

**GESTÃO DE BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:**  
UMA ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA

JOÃO PESSOA  
2021

**CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR**

**GESTÃO DE BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
UMA ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

**Orientador:** Dr. José Jassuípe da Silva Morais.

JOÃO PESSOA  
2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586g Silva Junior, Carlos Augusto Rolim da.

Gestão de bibliotecas na educação superior: uma análise sobre acessibilidade na Universidade Federal da Paraíba / Carlos Augusto Rolim da Silva Junior. - João Pessoa, 2021.

179 f. : il.

Orientação: José Jassuipe da Silva Morais.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Acessibilidade. 2. Educação Superior - Avaliação.  
3. Biblioteca Universitária. 4. Pessoa com Deficiência.  
I. Morais, José Jassuipe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 005.7:027.7-056.2(043)

**GESTÃO DE BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
UMA ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

APROVADO EM: 15 de dezembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais  
MPPGAV/UFPB – Orientador



---

Prof. Dr. Sergio Adelar Brun  
UTFPR – Avaliador Interno



---

Prof. Dr. Edilane do Amaral Heleno  
CCA/E/UFPB – Avaliadora Externa

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, razão da minha vida, por sempre fazer infinitamente mais, do que tudo que pedi ou pensei;

À minha família, em especial, aos meus avôs Augusto e Francisca (Lila), sem os quais não teria chegado até aqui, pelo apoio, acolhida e incentivo;

Ao professor Jassuipe Moraes, pela dedicação, competência e fundamental incentivo e orientação, sem os quais este trabalho não seria possível;

Aos membros da banca examinadora, pelas gentis contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho;

A todos os amigos, colegas e professores, pelos inesquecíveis momentos e pelas valiosas lições de vida nesses atípicos, mas muito proveitosos, anos de curso;

Por fim, a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização dessa pesquisa.

Temos a obrigação moral de remover às barreiras a participação e de investir recursos financeiros e conhecimento suficientes para liberar o vasto potencial das pessoas com deficiência.

Stephen Hawking.

## RESUMO

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram o quão numerosa é a população de pessoas com deficiência tanto em cenário mundial, quanto nacional. A comunidade de pessoas com deficiência possui uma série de direitos assegurados, mas é preciso que eles saiam dos textos das leis e se tornem concretos, efetivos, para que produzam os efeitos e as mudanças necessárias. Algumas dessas mudanças precisam acontecer nos prédios e serviços de bibliotecas públicas, tendo em vista o papel que exercem no processo de democratização da informação e do conhecimento, o que deve estar ao alcance de todas as pessoas. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar a adequação de serviços presenciais e digitais da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência. Tratou-se de uma pesquisa aplicada, cuja abordagem do problema foi de natureza qualitativa e, quanto aos objetivos, teve caráter exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos adotou as pesquisas bibliográfica e documental, assim como também, se utilizou da técnica da observação direta e, para a análise dos dados, seguiu o método da análise de conteúdo. Na apresentação dos resultados, em um primeiro momento, foram analisados os documentos orientadores de acessibilidade nos processos avaliativos das IES dentro do contexto do SINAES e, em seguida, se verificou a produção da UFPB em relação à sua política de acessibilidade. No segundo momento, são apresentados e analisados os dados coletados junto às bibliotecas estudadas, em relação aos itens de acessibilidade arquitetônica e comunicacional. Para melhor entendimento da pesquisa, trabalhou-se na fundamentação teórica as questões de acessibilidade na conjuntura dos processos avaliativos da educação superior. Estudou-se a biblioteca universitária e sua relação com a acessibilidade, com vistas a promover à democratização, o acesso à informação e ao conhecimento para todos. A partir dos dados coletados concluiu-se que, de maneira geral, as 3 bibliotecas do estudo não atendem a todas as recomendações de acessibilidade, tanto arquitetônicas, quanto comunicacionais, necessitando de ajustes e melhorias em questões importantes, que hoje representam barreiras aos seus usuários PCDs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Educação Superior - Avaliação. Biblioteca Universitária. Pessoa com Deficiência.

## ABSTRACT

Data from the World Health Organization (WHO) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) show how numerous the population of people with disabilities is, both globally and nationally. The community of people with disabilities has a series of assured rights, but it is necessary that they leave the texts of the laws and become concrete, effective, so that they produce the effects and the necessary changes. Some of these changes need to happen in public library buildings and services, considering the role they play in the process of democratization of information and knowledge, which must be within the reach of everyone. In this sense, the research aimed at analyzing the adequacy of on-site and digital services of the Central Library and Sector Libraries of the Center of Applied Social Sciences (CCSA) and Center of Exact and Natural Sciences (CCEN) of the Federal University of Paraíba (UFPB) for the promotion of accessibility to people with disabilities. This was an applied research, whose approach to the problem was qualitative in nature and, as to the objectives, it had an exploratory and descriptive character. As for the technical procedures, it adopted the bibliographic and documental research, as well as, it used the direct observation technique and, for the data analysis, it followed the content analysis method. In the presentation of the results, in a first moment, the guiding documents of accessibility in the evaluation processes of the HEIs within the context of SINAES were analyzed and, after that, the production of the UFPB regarding its accessibility policy was verified. In the second moment, the data collected from the libraries studied are presented and analyzed in relation to the items of architectural and communicational accessibility. For a better understanding of the research, the theoretical foundation worked on the accessibility issues in the context of the evaluation processes of higher education. The university library and its relationship with accessibility were studied, with a view to promoting democratization and access to information and knowledge for all. From the data collected it was concluded that, in general, the three libraries in the study do not meet all the recommendations of accessibility, both architectural and communicational, requiring adjustments and improvements in important issues, which today represent barriers to their users with special needs.

**Keywords:** Accessibility. Higher Education – Assessment. University Library. Disabled Person.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Estrutura da pesquisa .....	14
<b>Figura 2:</b> Fluxo da análise de conteúdo .....	20
<b>Figura 3:</b> Fluxo de procedimentos da pesquisa .....	20
<b>Figura 4:</b> População com algum grau de dificuldade ou deficiência – Censo 2010..	29
<b>Figura 5:</b> Dimensões referências para deslocamento de pessoa em pé .....	32
<b>Figura 6:</b> Propostas de avaliação da educação superior de 1983 a 1995 .....	40
<b>Figura 7:</b> Componentes do SINAES .....	43
<b>Figura 8:</b> Indicador “Biblioteca: infraestrutura” .....	45
<b>Figura 9:</b> Indicador “Bibliotecas: plano de atualização do acervo” .....	50
<b>Figura 10:</b> Balcão de atendimento acessível .....	53
<b>Figura 11:</b> Mesa de trabalho acessível .....	55
<b>Figura 12:</b> Distanciamento entre as estantes em bibliotecas .....	55
<b>Figura 13:</b> Espaços para manobras da cadeira de rodas .....	56
<b>Figura 14:</b> Alcance manual frontal em padrões antropométricos .....	57
<b>Figura 15:</b> Distribuição dos livros nas estantes em altura inadequada .....	58
<b>Figura 16:</b> Terminais de consulta acessíveis .....	58
<b>Figura 17:</b> Dimensões de uma calçada acessível .....	60
<b>Figura 18:</b> Espaços para transposição de porta .....	60
<b>Figura 19:</b> Símbolo internacional de acesso .....	61
<b>Figura 20:</b> Símbolos de acessibilidade em edificação .....	62
<b>Figura 21:</b> Utilização de capacho embutido .....	63
<b>Figura 22:</b> Dimensionamento de pisos e espelhos em degraus isolados .....	63
<b>Figura 23:</b> Largura e inclinação das rampas .....	64
<b>Figura 24:</b> Medidas de um sanitário acessível .....	65
<b>Figura 25:</b> Recorte do PDI sobre condições de acessibilidade nas bibliotecas da UFPB .....	75

<b>Figura 26:</b> Mesa com dimensionamento adequado na Biblioteca Setorial do CCSA .....	83
<b>Figura 27:</b> Posicionamento adequado das estantes nas Bibliotecas Central e setoriais do CCSA e CCEN, respectivamente .....	85
<b>Figura 28:</b> Presença do SIA na Biblioteca Central (2 imagens à esquerda) e Biblioteca do CCEN (2 imagens à direita) .....	92
<b>Figura 29:</b> Pisos adequados das Bibliotecas Central e setoriais do CCSA e CCEN, respectivamente .....	93
<b>Figura 30:</b> Capacho embutido em desnível no prédio da Biblioteca Central .....	94
<b>Figura 31:</b> Rampa da Biblioteca Central com adicional de piso tátil .....	96
<b>Figura 32:</b> Rampa da Biblioteca Setorial do CCEN com acesso pelo percurso dos veículos .....	99
<b>Figura 33:</b> Sanitários acessíveis em construção na Biblioteca Central .....	101
<b>Figura 34:</b> Distribuição das recomendações de acessibilidade arquitetônica por biblioteca .....	102
<b>Figura 35:</b> Atalhos em formato de imagens nos <i>sites</i> das bibliotecas .....	107
<b>Figura 36:</b> Site da Biblioteca Central com destaque nos links pequenos .....	109
<b>Figura 37:</b> Site da Biblioteca Setorial do CCSA com alto contraste .....	110
<b>Figura 38:</b> Mensagem de erro no site da Biblioteca Central .....	111
<b>Figura 39:</b> Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional nos <i>sites</i> das bibliotecas .....	114
<b>Figura 40:</b> Distribuição de cores nos <i>Instagrams</i> das bibliotecas .....	116
<b>Figura 41:</b> Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional no <i>Instagram</i> das bibliotecas .....	117
<b>Figura 42:</b> Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional nos acervos digitais .....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
- Avalies - Avaliação das Instituições de Educação Superior
- CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza
- CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CEA - Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
- CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade
- CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CPA - Comissão Própria de Avaliação
- CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- GERES - Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC - Ministério da Educação
- Munic - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- NBR - Norma Brasileira Regulatória
- OMS - Organização Mundial de Saúde
- PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
- PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba
- WCAG - *Web Content Accessibility Guidelines*
- W3C - *World Wide Web Consortium Consortium*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO .....	10
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA .....	11
1.3	OBJETIVOS .....	11
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>12</b>
1.4	JUSTIFICATIVA .....	12
1.5	ESTRUTURA DA PESQUISA .....	14
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA E FLUXO DOS PROCEDIMENTOS .....	15
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>22</b>
3.1	REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	22
<b>3.1.1</b>	<b>Acessibilidade como política de Estado .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Acessibilidade e suas tipologias .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Avaliação da Educação Superior .....</b>	<b>37</b>
3.1.3.1	Acessibilidade no contexto da avaliação da educação superior .....	44
3.2	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E ACESSIBILIDADE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO .....	47
<b>3.2.1</b>	<b>A biblioteca universitária no processo de avaliação da educação superior</b>	<b>47</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A biblioteca universitária acessível .....</b>	<b>52</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>69</b>
4.1	ACESSIBILIDADE A PARTIR DE DOCUMENTOS ORIENTADORES DO SINAES .....	69
4.2	ACESSIBILIDADE A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES NA UFPB .....	73
4.3	ACESSIBILIDADE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DIRETA EM BIBLIOTECAS DA UFPB .....	78
<b>4.3.1</b>	<b>Acessibilidade arquitetônica em bibliotecas da UFPB .....</b>	<b>79</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Acessibilidade comunicacional em bibliotecas da UFPB .....</b>	<b>103</b>
4.4	RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE A PESQUISA .....	126
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>
	<b>ANEXO .....</b>	<b>174</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação é uma ferramenta imprescindível para assegurar, não só o preparo de novos profissionais para o mercado de trabalho, mas também para fomentar o desenvolvimento científico nacional, necessários para se atingir o desejado progresso social, garantidor de melhores condições de vida, como defendem os preceitos da Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Dada sua importância, o pleno acesso à educação deve ser um direito de todos e um dever do Estado, que precisa adotar em suas políticas públicas a constante busca por estratégias de melhoria e garantir em suas normas, a promoção da educação para toda a população.

Nesse sentido, diante da diversidade de pessoas na sociedade em seus mais variados aspectos – culturais, econômicos, educacionais, entre outros –, é preciso discutir o papel da inclusão em todas as frentes, como fator de geração de transformações sociais, fruto de um longo processo histórico e de incessantes lutas pela garantia de direitos humanos. Dentro desse contexto, tem-se a busca por inclusão da comunidade de pessoas com deficiência que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS, representa uma população de mais de um bilhão de pessoas que convivem com alguma forma de deficiência, o que representa cerca de 15% de toda população mundial, sendo esse, um número que tende ao crescimento, considerando o constante envelhecimento da população e o aumento global de doenças crônicas como diabetes, câncer, doenças cardiovasculares e distúrbios mentais, que podem aumentar o risco de deficiência nos indivíduos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2011).

Já a população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, possui um total de 24% de pessoas com deficiência, (IBGE, 2010). Os mesmos dados do IBGE (2010) também colocam a Paraíba em posição de destaque, pois o possui a segunda maior população de pessoas com deficiência do país, que representam 27,76% dos habitantes do estado.

Se para a população em geral, a luta por direitos a melhorias sociais já é difícil, as lutas de grupos socialmente vulneráveis, considerados minoritários, como o das pessoas com deficiência, a busca para assegurar direitos que atendam as suas necessidades específicas é, inegavelmente, mais árduo, onde a garantia por igualdade de oportunidades ainda é algo distante.

Dessa maneira, espaços voltados à promoção da educação devem gozar de estrutura adequada para atender a totalidade da população, sem restrições, se fazendo garantir o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência, por meio da acessibilidade, em suas diferentes tipologias. Nesse contexto, estão inseridas as bibliotecas universitárias, estruturas onde se realizam relevantes atividades de natureza educacional, promovendo acesso à informação e ao conhecimento e, por isso, devem ser pensadas para que todos possam acessá-las e utilizá-las de igual maneira.

Assim, partindo da problemática da acessibilidade para pessoas com deficiência nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o trabalho buscou analisar como esse direito tem se manifestado na referida instituição, de forma a promover a inclusão educacional e, por sua vez, social das pessoas com deficiência.

É válido ressaltar que, a inclusão educacional é um processo que deve ir muito além da possibilidade da simples matrícula de uma pessoa com deficiência em uma instituição de ensino ou de sua participação nas atividades acadêmicas. É preciso assegurar que essa pessoa possa utilizar todos os serviços da instituição com a mesma amplitude que as demais, para que assim, possam permanecer nesse ambiente de maneira digna, com as mesmas oportunidades que os outros usuários, como garantido nas normas editadas em nosso ordenamento jurídico, como será visto no decorrer desse trabalho.

## 1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

A partir das alegações anteriormente expostas, é preciso pensar que a oferta de serviços nas bibliotecas universitárias deve se dar de maneira democrática, refletindo sobre a promoção da igualdade de acesso. Dessa maneira, surgiu a seguinte questão-problema: **“Como a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN da UFPB tem buscado garantir à acessibilidade para as pessoas com deficiência, na oferta de seus serviços presenciais e digitais?”**

## 1.3 OBJETIVOS

Abordam-se aqui, as aspirações da pesquisa em relação ao seu alcance e contribuições para a instituição estudada. Assim, será elencado a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

### **1.3.1 Objetivo geral**

Compreender a adequação de serviços presenciais e digitais da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN da UFPB para a promoção da acessibilidade, enquanto direito das pessoas com deficiência.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

a) Identificar nos documentos orientadores de acessibilidade no processo de avaliação das IES dentro do contexto do SINAES e, no PDI e demais documentos norteadores da UFPB, aspectos de acessibilidade arquitetônica e comunicacional voltados a atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

b) Realizar a interpretação dos dados oriundos do mapeamento da estrutura física e digital dos serviços das bibliotecas pesquisadas com base nos documentos e na observação direta, utilizando-se da análise de conteúdo;

c) Elaborar relatório, a partir da coleta informacional, apresentando diagnóstico e orientações para a melhoria da política institucional de acessibilidade para a pessoa com deficiência nas bibliotecas da UFPB.

## **1.4 JUSTIFICATIVA**

O desejo por desenvolver uma pesquisa com a temática da acessibilidade, dentro do contexto das bibliotecas universitárias partiu da experiência enquanto servidor, bibliotecário, na UFPB, atuando em suas bibliotecas desde o ano de 2011. Nas referidas unidades informacionais foi possível atender a inúmeras demandas e necessidades de diferentes tipos de usuários, incluindo pessoas com deficiência. Em um primeiro momento nas Bibliotecas Setoriais do Campus IV e, posteriormente, da Biblioteca Central, no Campus I da UFPB.

Nessas bibliotecas, foram vivenciados fatos relacionados a não promoção da acessibilidade, como o de ter que comunicar aos usuários cadeirantes que, infelizmente, eles não poderiam acessar os andares superiores da biblioteca, porque os elevadores estavam, há tempos, quebrados e que, não havia rampas que pudessem auxiliá-los no processo de subida.

Particularmente, comunicar a esses usuários a impossibilidade de acesso aos outros espaços da biblioteca foi, além de constrangedor, bastante significativo, pois a indesejada

posição de porta-voz da instituição para algo de conhecimento enquanto servidor, representava a negativa de acesso aos seus direitos. Assim como, da impossibilidade de acesso à informação e ao conhecimento, tão fundamentais no processo de formação acadêmica daquelas pessoas, considerando no contexto universitário, a biblioteca como base para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa maneira, juntou-se a experiência profissional, a formação acadêmica na área do Direito e a vivência enquanto, atualmente, também estudante do curso de arquitetura e urbanismo. A experiência prática e os conhecimentos adquiridos na academia levaram à reflexão sobre como a legislação e outras diretrizes normativas dessas áreas têm sido aplicadas no cotidiano da instituição, na qual se desenvolvem as atividades laborais e de estudo do pesquisador.

Além do mais, a pandemia do Coronavírus (*Covid-19*), que aflige o mundo desde o final do ano de 2019, levando ao isolamento social, ao teletrabalho e a oferta de diversos serviços em meio eletrônico, também trouxeram inquietações sobre o quanto os serviços das bibliotecas da UFPB estavam preparados, ou não, para atender também às demandas específicas das pessoas com deficiência nos meios digitais.

Dentro do contexto da universidade, as bibliotecas exercem um papel fundamental no processo de democratização da informação e do conhecimento. Da mesma forma, são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que norteiam a missão das universidades. Assim, diante de sua importância, pretende-se que essa pesquisa possa contribuir para a melhoria dos serviços das bibliotecas universitárias para um público que necessita de especial atenção, que é o das pessoas com deficiência.

Nesse mesmo sentido, este trabalho também pretende colaborar para a reflexão e concretização de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, sobretudo, com vistas à promoção de acessibilidade, acreditando que ela seja um caminho para a mudança de fatos históricos que, infelizmente, perduram até os dias atuais como a segregação dessas pessoas, ainda postas à margem da sociedade e, cujos índices estatísticos oficiais comprovam a dificuldades de acesso à educação, ao emprego, a renda e a melhores condições de vida. Essa significativa parcela da população possui uma série de direitos assegurados, mas é preciso que esses saiam dos textos das leis e se tornem concretos, efetivos, para que produzam os efeitos e as mudanças necessárias. Para isso, é preciso lançar luz sobre os problemas encontrados, para buscar e cobrar a solução dos mesmos e, é esse o cerne dessa pesquisa.

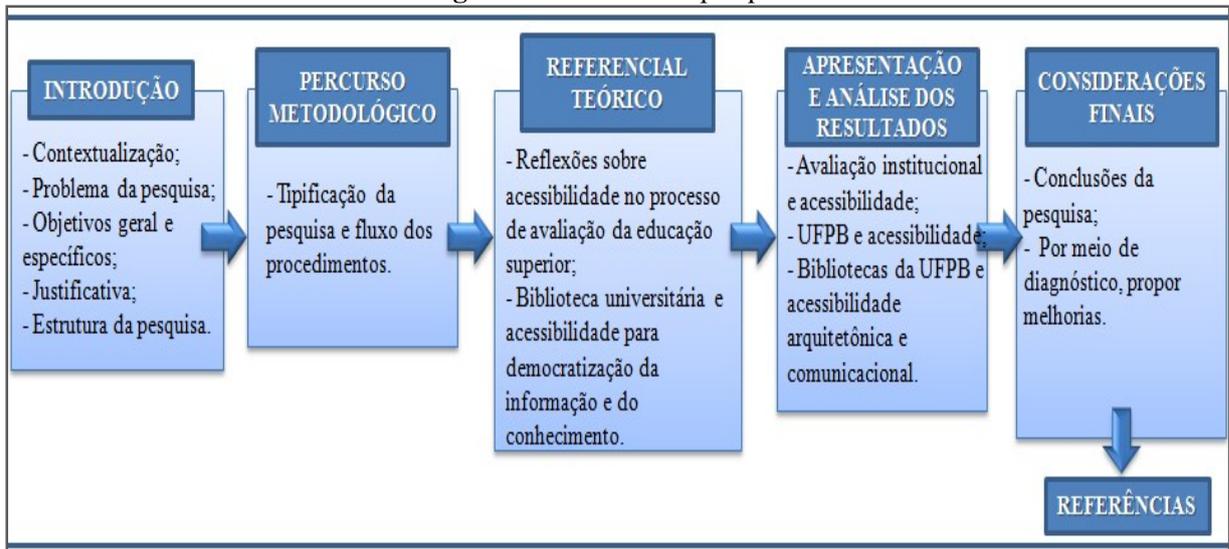
Destaca-se ainda que a escolha das 3 bibliotecas para essa pesquisa, devido as suas estruturas físicas, são prédios maior dimensionamento e que, por isso, conseguem comportar

um maior número de pessoas em suas dependências. É válido ressaltar ainda que, o Sistema de Bibliotecas da UFPB é composto atualmente por 23 unidades, distribuídos nos 4 campi da instituição.

### 1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi estruturada tendo como norte inicial a temática da acessibilidade para, a partir dela, verificar a inserção das pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias e sua adequação aos parâmetros estabelecidos pela avaliação institucional. A figura a seguir representa a ordem de desenvolvimento do trabalho:

**Figura 1:** Estrutura da pesquisa.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na seção seguinte, será apresentado o percurso metodológico adotado no desenvolvimento da pesquisa em relação à tipologia adotada, ao ambiente estudado e o fluxo seguido nos procedimentos da pesquisa.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para se desenvolver uma pesquisa científica é imprescindível à aplicação de procedimentos metodológicos, o uso dos métodos ou metodologias, se contrário for a isso, não pode se configurar como ciência. Barros e Lehfeld (2000) definem metodologia como um conjunto de procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento e, método, como o conjunto ordenado e sistemático para se chegar a um fim, com uma estratégia que delinea as técnicas necessárias para sua operacionalização. Dessa maneira, não se faz pesquisa científica sem a adoção de um percurso metodológico, adequando-os aos objetivos da pesquisa.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa se constitui em um longo processo que inclui diversas fases que, se estendem desde a formulação do problema até uma satisfatória exposição dos resultados, com o objetivo de dá resposta a problemática levantada.

Assim, para ser desenvolvida essa pesquisa precisou, de maneira pré-determinada, adotar métodos e técnicas científicas para de forma descritiva, detalhar e revelar o que foi evidenciado por meio dos dados coletados. É exatamente, nesse sentido que, Lakatos e Marconi (2005, p. 155) pontuam a pesquisa como “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Assim, a pesquisa se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção na realidade encontrada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Na busca por atingir seus objetivos, quantos aos métodos e técnicas utilizados, a caracterização ou tipificação dessa pesquisa, bem como seu fluxo procedimental serão detalhados a seguir.

### 2.1 TIPIIFICAÇÃO DA PESQUISA E FLUXO DOS PROCEDIMENTOS

Quanto à sua natureza, essa se configura em um estudo aplicado, motivado por razões de ordens práticas, que objetiva contribuir para fins práticos e a busca de soluções para problemas concretos, nos moldes definidos por Andrade (2017). Sobre a pesquisa aplicada Barros e Lehfeld (2014) afirmam que o pesquisador se volta para busca de soluções imediatas de problemas concretos do cotidiano. É uma pesquisa que, normalmente envolve verdades e interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013). Dessa maneira, essa pesquisa se volta ao

estudo da realidade local do pesquisador e que, diz respeito à prática dos serviços presenciais e digitais ofertados as pessoas com deficiências em bibliotecas da UFPB.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa adota a tipologia qualitativa, tendo em vista que, ela atende melhor aos pressupostos da nossa investigação, uma vez que, “é utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade”, como conceitua Rodrigues (2006, p. 90). Na percepção de Gerhardt e Silveira (2009), o método qualitativo busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, sem se preocupar com a quantificação de valores e as trocas simbólicas, nem se submetendo a prova de fatos. Dessa maneira, essa pesquisa não busca a quantificação de fatos ligados à situação das bibliotecas estudadas e sua relação com a oferta de serviços a pessoas com deficiência, mas pretende revelar a qualidade dessa relação.

Na perspectiva de atingir seus objetivos, a pesquisa adota um enfoque exploratório e descritivo. Na pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2010), o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, na busca por torná-lo mais explícito e, para isso, a pesquisa envolve, por exemplo, a análise de exemplos que estimulem melhor a compreensão. Já no enfoque descritivo da pesquisa, segundo Barros e Lehfeld (2014), procura-se descobrir a frequência que determinado fenômeno ocorre ou sua natureza, suas características, suas causas, suas relações e conexões com outros fenômenos. Andrade (2017) complementa que, uma das formas de se desenvolver uma pesquisa descritiva é por meio da observação e, é exatamente, o aspecto observacional que será utilizado nesse estudo para verificar a relação entre os serviços das bibliotecas e seus usuários com deficiência.

Quanto aos procedimentos para desenvolvimento desse estudo, são adotados a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, no entendimento de Fonseca (2002), permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto e, se constitui no levantamento de um referencial teórico, hora já analisado, que foi publicado em meio físico ou digital, em formato de livro, artigo científico, página de *web sites*, dentre outros. Gil (2010) acrescenta que, esse tipo de pesquisa se aplica, dentre outros casos, para estudos que propõem a análise de diversas posições acerca de um problema.

Dessa maneira, essa pesquisa desenvolve sua análise bibliográfica a partir das discussões de diferentes autores acerca dos temas da acessibilidade e sua aplicação no contexto da educação superior e de sua avaliação assim, como também, de estudos sobre o papel da biblioteca universitária e de sua necessidade de adequação as necessidades das pessoas com deficiência.

Em relação à pesquisa documental, essa recorre a fontes diversas e mais dispersas, que ainda não passaram por tratamento analítico, como ocorre na pesquisa bibliográfica, a exemplo de: relatórios, documentos oficiais, cartas, fotografias, pinturas, filmes, jornais, revistas, etc. (FONSECA, 2002). Fachin (2017) completa que, a pesquisa documental consiste em um processo de coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda espécie de informações.

Nesse sentido, do ponto de vista da pesquisa documental, esse estudo se debruça sobre os seguintes documentos:

1 - No contexto do processo de avaliação das instituições de educação superior com vistas à averiguação da promoção da acessibilidade nesse tipo de organização, são analisadas as recomendações presentes em diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a partir do “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade”, de 2016; e do “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento”, de 2017.

2 - Para averiguação e análise das políticas institucionais da Universidade Federal da Paraíba em relação à acessibilidade são verificados o seu “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI”, para o quinquênio 2019-2023; e as orientações normativas do Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA da UFPB.

3 – Também são produzidos documentos icnográficos, a partir de fotografias das estruturas físicas das bibliotecas estudadas assim, como também, do processo de captura de tela dos *sites*, redes sociais e bibliotecas virtuais oferecidos pelas bibliotecas do estudo. A produção desses documentos se dá, então, por meio do emprego da técnica da observação direta que, de acordo com Gil (2010), constitui-se na aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade. Sobre essa técnica, Rúdio (2002) nos diz que, a observação direta não se trata apenas de ver, mas também de examinar, sendo um dos meios mais frequentes para se conhecer pessoas, coisas, acontecimentos e fenômenos.

Utilizando-se da observação direta aplicada as 3 diferentes bibliotecas, verificou-se atentamente cada item, buscando identificar em cada um deles o que recomenda norma ou diretriz de acessibilidade, não pretendendo lançar comparações entre as unidades, mas apenas produzir um recorte da situação de acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da UFPB, a partir de 3 de suas unidades mais significativas em estrutura física e fluxo de usuários.

Dessa forma, com base na observação direta, na busca pela identificação de questões de acessibilidade arquitetônica são utilizados os parâmetros estabelecidos no documento

publicado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a Norma Brasileira Regulatória - NBR 9050, que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, sendo sua última edição do ano 2020, onde são verificados *in loco* os seguintes itens:

**Quadro 1:** Itens analisados – Acessibilidade arquitetônica.

Balcões de atendimento	Balcões de informação/ referência
Mesas de estudo	Posicionamento das estantes
Terminais de consulta	Entorno – calçada
Entorno – estacionamento acessível	Portas
Portas de vidro	Sinalização acessível
Rota acessível	Piso
Capachos, forrações, carpetes e tapetes	Degraus isolados
Escadas	Rampas
Corrimãos	Corredores
Sanitários	

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

4 – Já para identificar questões relacionadas à acessibilidade comunicacional nos *sites*, rede social (*Instagram*) das bibliotecas escolhidas e, também, nos acervos virtuais adquiridos com recursos financeiros da UFPB e ofertados a sua comunidade acadêmica são utilizadas as orientações constantes nas “Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* 2.1”, versão em língua portuguesa de “*Web Content Accessibility Guidelines – WCAG 2.1*”, publicado em 2018, pelo consórcio internacional *World Wide Web Consortium Consortium - W3C*. Esse documento é um dos principais norteadores para construção de conteúdo *web*, voltados ao atendimento das pessoas com deficiência em âmbito mundial, trazendo para isso 4 princípios, que se manifestam em 13 recomendações centrais que, por sua vez, são detalhadas por meio de 78 critérios que devem ser observados para se atingir o pleno sucesso de acessibilidade dos conteúdos dispostos na internet.

As análises foram centralizadas a partir das orientações basilares de cada uma das 13 recomendações ou diretrizes centrais, conforme descritas no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Itens analisados – Acessibilidade Comunicacional.

<b>Item</b>	<b>Item</b>
Alternativas em texto	Navegável
Mídias com base em tempo	Modalidades de entrada
Adaptável	Legível
Discernível	Previsível
Acessível por teclado	Assistência de entrada
Tempo suficiente	Compatível
Convulsões e reações físicas	

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

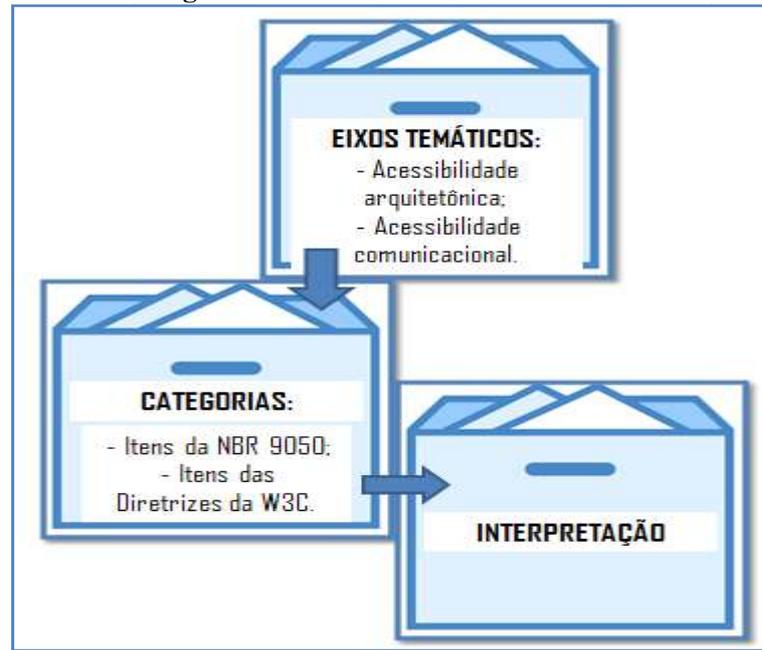
Para inquirição dos dados identificados na pesquisa, foi adotada a técnica da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que buscam obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo identificado, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. O mencionado autor complementa que, a análise de conteúdo possui duas funções que podem coexistir de forma complementar, a saber:

a) Uma função heurística, que busca o enriquecimento da pesquisa exploratória e aumenta a possibilidade de descobertas, proporcionando o surgimento de hipóteses, sobretudo, quando se examinam mensagens que foram pouco exploradas em momento anterior; e

b) Uma função de administração da prova, pois pode vir a servir de prova para a verificação de hipóteses, hora apresentadas sob a forma de questões ou de informações provisórias (BARDIN, 2016).

Assim, na análise e discussão dos resultados, os dados qualitativos coletados no campo da pesquisa são descritos e analisados a partir dos itens de acessibilidade arquitetônica e comunicacional e, posteriormente, inferidos com base nas elucidações que se apresentaram pertinentes nas pesquisas bibliográfica e documental, como representado no fluxo da figura adiante:

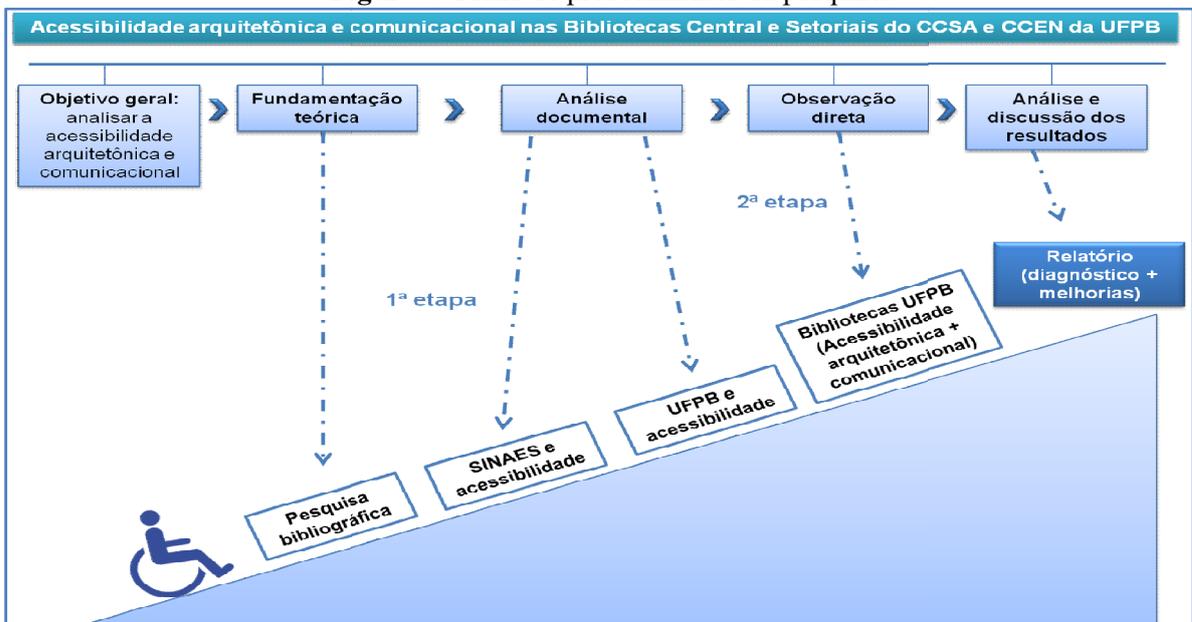
**Figura 2:** Fluxo da análise de conteúdo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dessa maneira, pode-se sintetizar o fluxo dos procedimentos adotados para desenvolvimento dessa dissertação, na busca por atingir os objetivos nela propostos, da seguinte forma:

**Figura 3:** Fluxo de procedimentos da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Desse modo, seguindo o fluxo de procedimentos acima, passaremos na próxima seção desse trabalho a sua fundamentação teórica, com vistas a compreender melhor temas como a

acessibilidade e suas diferentes vertentes, bem como, suas manifestações e relevância para a educação superior e suas bibliotecas.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para fundamentar esse estudo, se discute teorias levantadas por diversos autores, e também do diálogo entre eles, a respeito de temas como acessibilidade, avaliação institucional no ensino superior e bibliotecas universitárias, voltados para a questão da promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência.

#### **3.1 REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

##### **3.1.1 Acessibilidade como política de Estado**

A acessibilidade pode ser definida, de forma substancial, com a qualidade daquilo que é acessível, do que pode fornecer facilidade de acesso (MICHAËLIS; MICHAËLIS, 2021). Esse acesso, ao qual faz menção o conceito de acessibilidade, diz respeito à possibilidade de ingresso em sua total amplitude, pois o que está implícito na definição desse termo é exatamente, a de permitir a todos, de forma igualitária, a entrada em tudo aquilo que desejem ou necessitem, sem que enfrente nenhuma distinção, barreira ou limitação.

Nesse sentido, a acessibilidade pode ser considerada como uma das mais claras manifestações da inclusão, sobretudo, da inclusão social e busca por igualdade. Dessa forma, para melhor compreender a acessibilidade é necessário antes, que se adentre brevemente a temática da inclusão, para entender os caminhos para sua construção e quais suas finalidades, especialmente, como política de Estado.

Assim, partindo de uma perspectiva histórica, verifica-se que a pauta da inclusão começa a ser articulada pela sociedade no final do século XIX, juntamente com os ideais que fizeram emergir o chamado Estado de bem-estar-social. Nesse período, de acordo com Dussel e Caruso (2003), a burguesia liberal europeia, como classe dominante, impunha a sociedade o seu ritmo de vida, de moral e de Estado, enquanto que, grande parcela da população padecia pelo crescimento da pobreza e das precárias condições de vida. Esse foi o ponto de partida para o fortalecimento de movimentos políticos socialistas, anarquistas e comunistas que, somados as condições sociais da época formam as bases para que pudesse emergir um novo modelo de Estado, o de bem-estar social, ou seja, um Estado que passasse a governar prioritariamente questões sociais, voltadas a coletividade.

Também se uniu a tal conjuntura histórica, o aumento populacional e sua mobilidade que, trouxe com eles o crescimento dos problemas sociais, econômicos e legais que, segundo Lopes e Fabris (2013), se tornaram um dos maiores problemas da Modernidade. Assim, o Estado já não pôde mais se voltar a atender apenas as necessidades individuais de particulares, como era observado até o final do século XVIII, passando a regular a vida da população como um todo (LOPES, 2013). Nesse mesmo sentido, Menezes (2011) acrescenta que, as inúmeras revoluções ocorridas antes e durante esse período, como as Revoluções Inglesa, Francesa e Industrial, também foram determinantes para trazer a consciência da necessidade de uma nova ordem, a de uma sociedade democrática, com direito à igualdade.

Destarte, de acordo com Foucault (2008), quando o Estado passa a demonstrar interesse pela população, também deixa clara a necessidade de se ter um governo racional, que se articula em torno de dispositivos de segurança. Nesse Estado, os sujeitos são transformados em cidadãos sociais, com direitos sociais, num modelo de governo que se torna técnico à medida que inventa conceitos como o da seguridade social, do bem-estar social, etc. (MILLER; ROSE, 2012). Nesse mesmo sentido, Lopes e Fabris (2013) complementam que, o centro das preocupações do Estado passou a ser a vida biológica dos indivíduos, com as chamadas biopolíticas, investindo-se em mecanismos de cuidado, educação e regulação, por exemplo.

Assim, dentre as estratégias desse Estado de bem-estar social e da busca pelo direito à igualdade, entram em pauta questões como a inclusão que, na perspectiva de Lopes e Dal'Igna (2012), aparece como uma forma de alcançar não só o coletivo da população, através de biopolíticas, como também de atingir cada indivíduo em particular, por meio de operações de disciplinamento e correções de anomalias, onde o Estado passa a enxergar e promover condições diferenciadas de vida.

A inclusão se apresenta como uma das estratégias contemporâneas mais eficazes para a possibilidade de se atingir um ideal de universalização dos direitos individuais, como forma de planificar as desigualdades acentuadas entre os sujeitos, suas maneiras de viver e suas distintas condições econômicas, culturais, sociais, religiosas, individuais, etc. (LOPES; FABRIS, 2013).

Dessa maneira, tamanha sua importância no contexto do Estado de bem-estar social, passa-se a pensar a inclusão como um imperativo desse Estado, que deve atingir a todos sem distinção e independente de desejos individuais (LOPES; FABRIS, 2013). Como imperativo estatal, Foucault (2008) afirma que, a respeito da inclusão, parece interessante inventar contracondutas, ou seja, não se fazer oposição a ela como um movimento maior.

Ao refletirem sobre a inclusão como manifestação das obrigações do Estado, Lopes e Rech (2013) nos dizem que, como imperativo, que dá a inclusão caráter de abrangência e imposição a todos, ninguém pode deixar de cumpri-la e nenhuma instituição pode dela declinar.

Contudo, ao pensar a inclusão como imposição estatal Provin (2011) acrescenta que, é preciso refletir a inclusão, não somente pela pura e simples obediência a lei; por seu caráter disciplinar e regulador; nem por questões salvacionistas, ligados ao humanismo e as raízes judaico-cristãs carregadas por muitos de nós. Para a mencionada autora, é preciso pensar a inclusão pela vontade de viver o coletivo e, de se ter condutas mais alinhadas e coerentes como a noção de direito.

No Brasil, as primeiras experiências sobre o papel da inclusão, enquanto imperativo do Estado só começam a ocorrer no final do século XX e início do XXI, quando em meio a diversas viradas econômicas, culturais e tecnológicas são realizados importantes investimentos, sendo um dos mais significativos, o levantamento populacional, que buscou conhecer em detalhes as condições de vida de cada indivíduo, tornando visíveis os números da discriminação. Sobre esse fato, Lopes e Fabris (2013, p. 22) acrescentam que: “[...] O cálculo do risco se torna o grande investimento em uma sociedade que precisa mostrar resultados e melhorar sobremaneira sua performance”. Ou seja, de acordo com as mencionadas autoras, as políticas de inclusão no Brasil tem seu início atrelado aos resultados do recenseamento populacional e a possibilidade de mudar esses números, mas claramente em prol de políticas de governo e, não de Estado, que deveriam se voltar à concretização e perpetuação de direitos, como preceituam os conceitos de inclusão até aqui vistos.

No entanto, a busca pela inclusão para torná-la realidade como política de Estado no Brasil, também é marcada pela luta de seguimentos específicos da população que, organizados foram às ruas clamar por seus direitos e por dignidade. Lopes e Fabris (2013, p. 26) definem a atuação desses grupos como: “Uma forma de ação que permite o borramento de fronteiras que dividiam de um lado os incluídos, portanto normais, e, de outro lado, os excluídos, portanto anormais (seja por situações individuais, marcadamente presentes no corpo, seja por determinismos estatísticos)”.

Tem-se ainda que, sem dúvida alguma, outro marco extremamente significativo para o processo de construção e concretização das políticas de inclusão no nosso país, foi a luta pela redemocratização do Brasil, na década de 1980, com o fim da Ditadura Militar, iniciado em 1964, que traz à tona questões de proteção e respeito aos direitos humanos, em decorrência de situações às quais o esse regime havia submetido à população. Sob a influência desse cenário,

surgiu então, o Movimento Nacional Constituinte e a posterior promulgação da Constituição Federal de 1988, que vigora até os dias atuais e, na época de sua construção ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, por trazer avanços significativos no sistema político, incorporando ao texto questões da Doutrina Internacional de Direitos Humanos e instituindo direitos sociais.

Assim, a Constituição Federal de 1988, como documento norteador máximo do sistema jurídico brasileiro, trouxe em seu texto inovações e garantias legais voltadas a busca pela melhoria na qualidade de vida do povo nos aspectos mais básicos e essenciais, passando assim, por questões fundamentais como a inclusão dos indivíduos em diferentes aspectos da sociedade.

### 3.1.2 Acessibilidade e suas tipologias

A promoção da inclusão, enquanto imperativo estatal, pode se manifestar de diferentes maneiras e, quando se trata de inserir na sociedade as pessoas com deficiência, as ferramentas e mecanismos voltados à garantia da acessibilidade se revelam como uma das mais significativas estratégias inclusivas.

Seguindo tal entendimento, Vailatti *et al.* (2019) afirmam que, a acessibilidade, dentre outras coisas, visa assegurar à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida não apenas uma vida independente, mas também o exercício de seus direitos de cidadania e participação social, ou seja, voltados para a sua inclusão.

Nesse sentido, tem-se que na já mencionada Constituição Federal de 1988 ficou instituída em seu art. 227, inciso II e parágrafo 2º, que compete o Estado a prestação de serviços especializados para as pessoas com deficiência, da seguinte maneira:

[...] **Art. 227, II** - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1988, *online*).

O texto do parágrafo 2º ainda foi repetido integral e isoladamente no art. 224 do texto constitucional, na parte destinada as “Disposições Gerais Constitucionais”, evidenciando a

importância de se assegurar o direito a acessibilidade a quem dele necessite. Isso posto, Feijó (2008) destaca que, na Constituição Federal a matéria da acessibilidade é posta como garantia material do princípio da igualdade. O referido princípio, oriundo das discussões e normas internacionais de direitos humanos preceitua, antes de tudo, a proteção de grupos socialmente vulneráveis, a exemplo das pessoas com deficiência.

Assim, fazendo-se cumprir os ditames constitucionais, anos depois, a Lei nº 10.098 de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, veio estabelecer critérios básicos visando à promoção da acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, buscando a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e de comunicação (MIRANDA; NOVAIS, 2008, p. 2). A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.296 de 2004.

Contudo, é importante destacar que há um significativo lapso temporal entre a promulgação dessas legislações (quase 12 anos entre a determinação constitucional e a primeira lei sobre acessibilidade) sobre aos quais é preciso refletir, pois evidenciam que, apesar das previsões normativas, a inclusão, aqui manifesta por meio da acessibilidade, continuou ao longo dos anos, sendo pauta de políticas de governos específicos e não, uma política de Estado, mesmo diante de sua importância.

A Lei 10.098/00 define acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; [...] (BRASIL, 2000, *online*).

A mencionada Lei também acrescenta uma informação de extrema importância para a compreensão do tema, que são as definições das barreiras à acessibilidade. Por barreira, a norma entende que é:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, [...] (BRASIL, 2000, *online*).

Ou seja, existem mecanismos que precisam ser analisados e deliberadamente excluídos para que as ações de promoção da acessibilidade possam se concretizar. Essas barreiras ainda são classificadas no texto da Lei 10.098/00 da seguinte maneira:

- [...] **a) barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;  
**b) barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;  
**c) barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;  
**d) barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; [...] (BRASIL, 2000, *online*, grifo nosso).

Assim, é possível identificar que a legislação deixa claro que, a acessibilidade não está restrita apenas a questões estruturais, como comumente difundido, ela vai além, se expandido para questões como transporte, comunicação, informação, tecnologia, etc. A esse respeito, Vasconcelos e Sonza (2017, p. 3) acrescentam que:

No Brasil, a palavra acessibilidade costuma ser associada apenas a questões físicas ou arquitetônicas, mas este vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. É o direito de ir e vir de cada cidadão somado ao fato de tornar acessível todo e qualquer conteúdo, lugar e/ou produto.

Nesse direcionamento, é possível identificar que existem diferentes tipologias de acessibilidade e a Fundação Dorina Nowill para Cegos, instituição brasileira que atua há mais de 75 anos, desde 1946, na luta pela autonomia de pessoas com deficiência no país, com base nas determinações legais, mas não se restringindo apenas a elas, por vislumbrar a necessidade de constantes atualizações quando a temática é a acessibilidade, elencou 7 diferentes tipologias para ela, a saber:

- 1 - Acessibilidade atitudinal:** diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações. Por exemplo: usar o termo “pessoa com deficiência”, e não “deficiente”; ao falar com uma pessoa com deficiência, dirigir-se diretamente a ela, e não ao seu acompanhante; não tratar a pessoa com deficiência como “coitadinho”.
- 2 - Acessibilidade arquitetônica:** é promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações e equipamentos urbanos. Exemplos: rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, etc.
- 3 - Acessibilidade metodológica:** é também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em *Braille* ou textos ampliados. É também muito presente em ambientes

corporativos, na análise dos postos de trabalho adequados aos profissionais com deficiência.

**4 - Acessibilidade instrumental:** visa superar barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas e também em atividades profissionais, de recreação e lazer. Por exemplo: quando uma pessoa cega tem acesso a um software de leitor de tela no computador.

**5 - Acessibilidade programática:** está relacionada às normas, leis e regimentos que respeitam e atendem as necessidades das pessoas com deficiência, e se necessário, utilizar adaptações razoáveis para incluir a todos. Um exemplo é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão - LBI, ou a Convenção da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência.

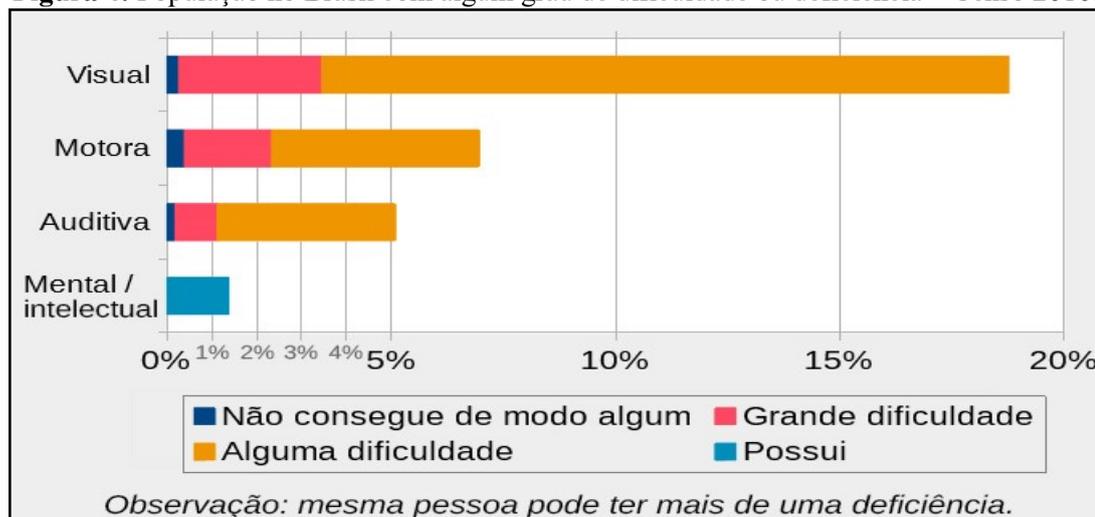
**6 - Acessibilidade nas comunicações:** diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual. Exemplo: a presença de intérprete de Libras e a audiodescrição de imagens, sejam elas fotografias, filmes, peças de teatro ou eventos em geral. .

**7 - Acessibilidade natural:** refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Um cadeirante, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores. Outro bom exemplo de iniciativa nesse sentido são os projetos que oferecem cadeiras de rodas anfíbias para que as pessoas possam se locomover pela areia da praia e tomar um banho de mar (FREITAS, 2020, *online*, grifo nosso).

A diversidade tipológica da acessibilidade, dentre outras possibilidades, permite que seu conceito seja ampliado, fazendo-o se tornar presente em diferentes domínios, em prol de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Nesse sentido, Teles (2014) acrescenta que, de fato, a temática da acessibilidade, sobretudo, enquanto política de Estado abrange diferentes áreas e, por isso, seu desenvolvimento depende de vários atores e setores de governo, o que também compreende a constante elaboração de diagnósticos e a experimentação de abordagens interdisciplinares.

Contudo, antes de seguir com a construção detalhada de algumas dessas tipologias, se acredita relevante responder primeira a algumas questões e, também, se observar alguns dados. Pois, que parcela da população é essa que depende de políticas de acessibilidade? Ela possui realmente problemas que merecem atenção do estado? Eles têm tido suas demandas atendidas?

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Censo de 2010 identificou no Brasil quase 46 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 24% da população, que declarou possuir algum grau de dificuldade nas habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus), ou então, possuir alguma deficiência mental/intelectual, conforme detalhado na figura a seguir:

**Figura 4:** População no Brasil com algum grau de dificuldade ou deficiência – Censo 2010.

**Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2014, *online*)

O IBGE também desenvolve a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic que, em 2014, revelou dados preocupantes sobre as políticas de acessibilidade para esse recorte tão numeroso da nossa população. A pesquisa revela que a maioria das prefeituras não promovem atividades de lazer voltadas para as pessoas com deficiência (78%), nem programas de turismo acessível (96,4%), ou planos de geração de emprego e renda ou inclusão no mercado de trabalho (72,6%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

E tratando-se de mercado de trabalho, cuja garantia de inserção é de extrema importante para a promoção da cidadania, dados de 2018 da Relação Anual de Informações – RAIS, produzida pelo Governo Federal, identificou que em torno de 486 mil pessoas com deficiência possuíam empregos formais, o que representa apenas 1% dos trabalhadores ativos no mercado formal (SANTOS NETO, 2020). Cabe ressaltar que, de acordo com o art. 93 da Lei 8.213 de 1991, as empresas com 100 ou mais funcionários devem ter obrigatoriamente de 2% a 5% dos seus cargos preenchidos por pessoas com deficiência (BRASIL, 1991, *online*).

Sabe-se que, a precária situação da empregabilidade de pessoas com deficiência é apenas uma, de outras tantas questões que caminham em desacordo com as previsões legais e separam essa população de ver garantido os seus direitos mais básicos. O fato é que, os dados anteriormente elencados, ilustram bem o quanto o Brasil ainda caminha a passos lentos, quando o assunto é promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência. Essa significativa parcela do nosso povo ainda precisa de uma sociedade adaptada, verdadeiramente inclusiva, que se atente para as diferentes tipologias de acessibilidade e promova a derrubada de barreiras.

Nesse sentido, conhecidos alguns anseios das pessoas com deficiência e, definidos os diferentes tipos de acessibilidade passa-se, então, a discorrer melhor sobre duas dessas tipologias, ligados diretamente ao objeto de estudo da nossa pesquisa, cujo objetivo é propor melhorias nesses aspectos no ambiente estudado. Assim, será analisada com maior proximidade a acessibilidade arquitetônica e a acessibilidade nas comunicações ou comunicacional.

Como anteriormente mencionado, a acessibilidade arquitetônica é, sem dúvida, a tipologia mais conhecida quando se trata sobre esse tema. De fato, áreas como a arquitetura e o design têm, há tempos, se dedicado aos estudos e a difusão da acessibilidade para além das previsões legislativas, pois como afirmam Mazzoni *et al.* (2014), a acessibilidade não deveria ser caracterizada apenas por um conjunto de normas e leis, mas deveria partir antes de um processo de observação e construção que parte dos próprios membros da sociedade, cabendo a cada um analisar até que ponto tem-se consciência do dia de amanhã, e porque não torná-lo mais agradável a todos.

Do ponto de vista histórico, de acordo com Mello (2013, *online*), a preocupação com a acessibilidade e a atenção a questões como barreiras arquitetônicas e desconforto para utilização das edificações, só se tornou evidente após a Segunda Guerra Mundial, quando os mutilados no confronto começaram a sentir dificuldades para exercer suas atividades cotidianas. Assim, nesse período de pós-guerra, surge nos Estados Unidos da América a primeira padronização de acessibilidade que, alguns anos depois, faz emergir na Universidade da Carolina do Norte, o conceito do *Universal Design* (Design Universal), que busca projetar produtos e ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior quantidade possível, sem que sejam necessárias adaptações ou projetos especializados (MELLO, 2013, *online*).

A supramencionada autora ainda acrescenta que, o *Universal Design* segue alguns princípios que precisam ser atentamente observados pelos profissionais que desejam produzir espaços preparados para acolher a diversidade humana, sendo esses princípios: o uso equitativo; a flexibilidade no uso; o uso simples e intuitivo; a informação perceptível; a tolerância ao erro; o baixo esforço físico; o tamanho e espaço para aproximação e uso (MELLO, 2013, *online*).

As ideias precursoras do Design Universal fizeram surgir os preceitos da arquitetura e do design inclusivos. Na concepção de Mello (2013, *online*), a arquitetura inclusiva é aquela que respeita a diversidade humana e gera acessibilidade para todos. No mesmo contexto, tem-se que o conceito de design inclusivo, também está intimamente ligado à diversidade, assim, visando à proposição de soluções específicas e benefícios para grupos específicos, com

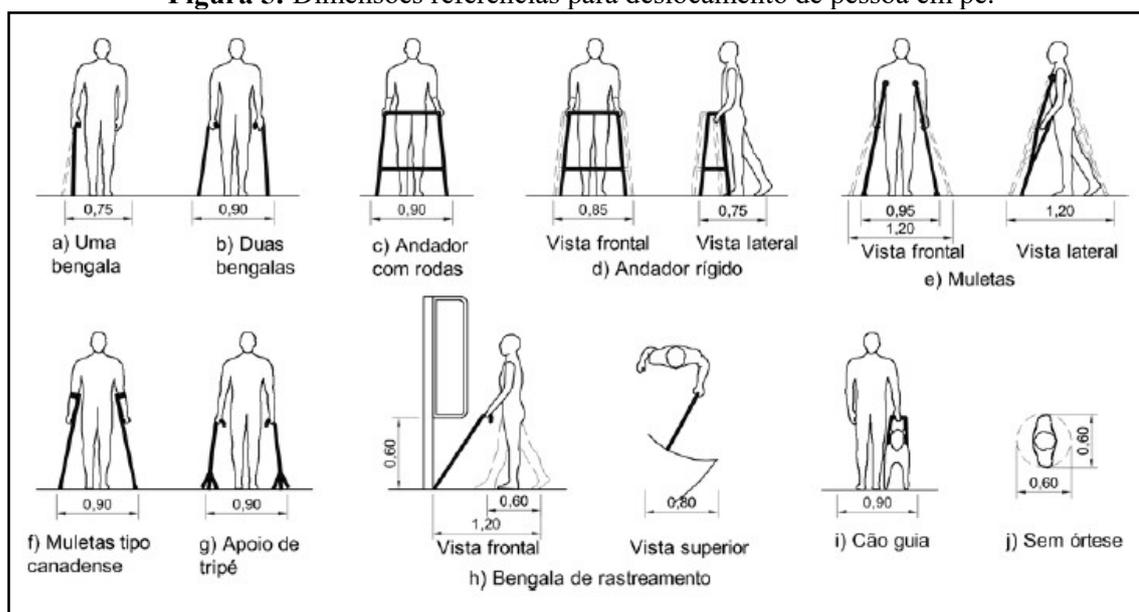
características limitantes ou peculiares, ao mesmo tempo em que, busca soluções amplas para um maior número de pessoas, como afirma Gomes (2017, p. 44). E, do ponto de vista metodológico, ainda tem-se que, nos projetos que buscam a acessibilidade, também se faz intimamente presentes, conceitos similares como os do desenho universal e do *design for all* (MONT'ALVÃO, 2017, p. 32).

Mesmo com todos os avanços na área para Araújo (2017), na arquitetura o ato de incluir, por vezes, ainda é comumente confundido com o de acrescentar quando, na verdade, essa inclusão deveria refletir antes que a percepção de ferramentas, estratégias e barreiras são indispensáveis para melhorar a relação imediata do indivíduo com seu meio.

Assim, com o objetivo de auxiliar no processo de construção de estratégias e derrubada de barreiras, buscando estabelecer critérios e parâmetros técnicos que atendem ao Desenho Universal, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT desenvolveu o mais completo e relevante instrumento de orientação sobre acessibilidade arquitetônica para o Brasil, a Norma Brasileira Regulamentadora - NBR 9050, atualizada em 2020, mas criada em 1985 e, também chamada de Manual de Acessibilidade da ABNT, mencionada no Decreto nº 5.296/04, que regulamentou a já mencionada Lei de Acessibilidade.

De início, essa norma define como acessível para fins arquitetônicos o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive as com mobilidade reduzida, ou seja, aquelas áreas cujas características possam ser alteradas para que se tornem acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 2).

Para estabelecer suas diretrizes, a NBR 9050 buscou levar em consideração as condições de mobilidade e percepção do espaço, levando em conta questões como: o uso ou não de aparelhos específicos como cadeiras de rodas, próteses, bengalas, etc.; e os parâmetros antropométricos baseadas nas médias de medidas da população brasileira. A Figura 5 ilustra a maneira como essas, e outras orientações são dispostas ao longo da norma:

**Figura 5:** Dimensões referências para deslocamento de pessoa em pé.

**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 8.

Além de trazer orientações gerais a respeito de parâmetros e medidas que devem ser respeitados pelas edificações para atender a acessibilidade, a norma também se encarrega de detalhar outras questões de extrema importância, tais como: os padrões de sinalização acessível, estacionamentos, rampas, sanitários, mobiliários e, um rico detalhamento de como equipamentos urbanos como cinemas, restaurantes, escolas e outros estabelecimentos que, por sua natureza de uso público, devem construir ou adequar seus ambientes para atender a todos. Inclusive, dentre os equipamentos urbanos detalhados na norma, é encontrado um tópico específico voltado a edificações de bibliotecas e centros de leitura, que será mais bem trabalhado em seção posterior deste trabalho, pois se configura em um dos nossos objetos de pesquisa.

Também cabe ressaltar que, a NBR 9050 além de pensar na acessibilidade para pessoas com deficiência, ainda busca proporcionar o uso com o máximo de segurança dos equipamentos e espaços para o maior número de pessoas e de atender as necessidades particulares de outros grupos, como os de pessoas com mobilidade reduzida, gestantes e idosos.

Afora a já mencionada Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/00) e o Decreto 5.296/04, o cumprimento às orientações da NBR 9050 ainda atende as deliberações da Lei 13.146/15, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por isso, para que essas imposições legais e a norma técnica sejam cumpridas, a fiscalização dos espaços e edificações quanto a sua acessibilidade devem ficar a cargo de órgãos como o Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia – CREA, prefeituras municipais e outras instituições que autorizem a execução de obras.

Já quando se fala em acessibilidade comunicacional, remete-se a obstáculos que dificultam ou impedem completamente o fluxo de troca de informações para com as pessoas com deficiência. Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Maria elencou três diferentes dimensões onde há impeditivos nesse processo comunicacional, sendo elas:

**Comunicação interpessoal:** quando, por exemplo, você vai conversar com uma pessoa surda e não sabe Libras, a comunicação fica comprometida de uma forma bem óbvia;

**Comunicação escrita:** quando informações importantes não estão disponíveis em Libras ou em Braille – o que acontece bastante em bibliotecas, placas de sinalização e até mesmo em *sites*;

**Espaços virtuais:** quando não há acessibilidade digital, ou seja, quando os *sites* não permitem que certas pessoas acessem suas informações. Também entra aqui a falta de tradução automática, de audiodescrição e de textos alternativos nas imagens (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019, p. 11, grifo nosso).

É possível identificar que, todas as dimensões acima citadas enquadram-se perfeitamente na descrição das “barreiras nas comunicações e na informação”, conforme se viu na Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/00). A identificação dessas barreiras é fundamental para compreender como é possível derrubá-las e assim, gerar a desejada inclusão das pessoas com deficiência.

A NBR 9050 apesar de ter sua ênfase voltada à acessibilidade arquitetônica, também traz recomendações importantes sobre acessibilidade comunicacional, dedicando uma de suas sessões para “Comunicação e sinalização” e, evidenciando que, além de construir espaços e edificações acessíveis é preciso também dotá-los com informações inclusivas, que facilitem seu uso e que, de acordo com a norma se fazem por meio de recursos visuais (através de textos ou figuras), táteis (caracteres ou figuras em relevo, Braille) e/ou também sonoros (recursos auditivos) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 16).

Nesse mesmo sentido, também é preciso saber que, afora as leis e normas já detalhadas, as garantias à acessibilidade comunicacional ainda encontram arcabouço em outras normas específicas, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) que, vislumbrando o acesso à informação e comunicação como imprescindível para a integração dos indivíduos determina em seu art. 63 que:

**Art. 63.** É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (BRASIL, 2015, *online*).

O enfoque do citado artigo acima citado é garantir o acesso das pessoas com deficiência às informações contidas nas páginas na internet e, é exatamente esse um dos enfoques de investigação dessa pesquisa.

A acessibilidade comunicacional na internet permite que, *sites* e serviços da *web* possam ter a mesma condição de alcance, percepção e entendimento, de maneira que todos possam utilizá-los com segurança e autonomia, em igualdade de oportunidades, até mesmo para interagir e contribuir na *web* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019, p. 14). Nesse mesmo sentido, Barreto Junior e Rodrigues (2012) acrescentam que, é preciso ter em mente, que a inclusão digital não significa ter acesso a computador e internet, por exemplo, é preciso permitir que esses recursos sejam utilizados e aproveitados em todas as suas potencialidades.

É válido ressaltar que, atualmente, muitos serviços voltados à promoção da cidadania de diversos órgãos públicos já são ofertados via internet, onde é possível agendar a retirada de documentos, marcar consultas médicas e odontológicas, verificar horários de ônibus, participar de campanhas de vacinação, dentre outros, numa oferta que só tende a se expandir, sobretudo, após as experiências das instituições públicas e também privadas com o oferecimento de serviços remotos, a partir da pandemia do novo Coronavírus e do isolamento social que ela desencadeou.

Sobre a oferta de serviços na internet, a Universidade Federal de Santa Maria (2019) chama a atenção para o fato de que, de certa forma, ela também contribui para a eliminação de barreiras arquitetônicas, já que a transposição de um serviço do meio físico para o digital facilita seu acesso para pessoas com impossibilidade de locomoção, ou que não podem ler material impresso, ou ouvir informações, ou compreender o que está disposto em ambientes confusos e com muita estimulação visual. Radabaugh (1993) já afirmava que, para as pessoas sem nenhum tipo de deficiência, as ferramentas tecnológicas, sem dúvidas, tornam as coisas mais fáceis, mas para as pessoas com deficiência, elas são fundamentais para tornar muitas coisas possíveis.

E assim, com a oferta de serviços, inclusive públicos, tão importantes sendo dispostos também por meio da internet, parece imprescindível que o acesso e uso dessas plataformas sejam inclusivos, o que se faz possível por meio de ferramentas de acessibilidade. Sobre isso,

Vailatti *et al.* (2019) pontuam que, as ferramentas para eliminação das barreiras de comunicação constituem um vasto e interminável rol, e que elas podem atender as mais variadas necessidades das pessoas com deficiência.

Caplan (2002) afirma que, se entende por acessibilidade na internet à possibilidade de permitir a qualquer indivíduo utilizar a *web*, obtendo um total e completo entendimento das informações nela disponíveis, além de permitir sua completa interação com para com ela.

Assim, buscando a promoção e a padronização dessa acessibilidade nos conteúdos *web*, se encontram as iniciativas do consócio internacional *World Wide Web Consortium* – W3C que agrupa organizações filiadas, sua própria equipe e, também, o público num trabalho conjunto para o desenvolvimento de padrões para a internet. Esse consócio publica desde 1999, a *Web Content Accessibility Guidelines* – WCAG (em português: Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web*), um documento onde constam recomendações que especificam como tornar o conteúdo *web* acessível para todas as pessoas. Esse documento está atualmente em sua terceira versão, a 2.1 de 2018, e se estrutura em 4 princípios, que se desdobram em 13 recomendações ou diretrizes centrais, por sua vez, essas recomendações são detalhadas por meio de 78 critérios, que usam técnicas específicas para se atingir a acessibilidade na internet.

Essas 13 recomendações centrais são descritas pelo *World Wide Web Consortium* (2018) da seguinte forma:

1 – **Alternativas em texto:** é preciso trazer alternativas textuais da *web* para conteúdos que não sejam textuais, transformando-os em outras formas que possam atender a necessidade dos usuários como impressão com fontes maiores, conversão para Braille ou fala, por exemplo;

2 - **Mídias com base em tempo:** conteúdos baseados em tempo, como áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso a esse conteúdo, como o uso de legendas, de audiodescrição e língua de sinais;

3 – **Adaptável:** o conteúdo da página precisa ser apresentando de maneira que, se necessitar ser alterado, ampliado, por exemplo, não perca informações ou estrutura, como um layout simplificado;

4 – **Discernível:** as páginas devem fazer com que os conteúdos sejam facilmente ouvidos e visualizados por todos os usuários. Para isso, é preciso ser preocupar com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado;

5 – **Operável por teclado:** a página deve funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado. Essa funcionalidade é imprescindível para promover acessibilidade, principalmente, a pessoas com deficiência motora;

6 – **Tempo suficiente:** é necessário que os conteúdos fiquem na tela tempo suficientes para sua leitura e utilização, sendo disposto de forma equilibrada, nem muito rápido, nem devagar demais;

7 – **Convulsões e reações físicas:** é preciso evitar a criação de conteúdos que podem causar convulsões ou outras reações físicas, como o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de *pop-ups*, abas menores que se abrem sozinhas sob a aba principal, geralmente com avisos e anúncios;

8 – **Navegável:** a página deve está organizada de forma que possa ajudar os usuários na sua experiência de navegação e, possa facilitar a localização dos conteúdos;

9 – **Modalidades de entrada:** é fundamental que se possa navegar a partir de outras entradas além do teclado como, por exemplo, o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis;

10 – **Legível:** o conteúdo dos textos deve ser legível e compreensível, para que possam alcançar o total entendimento de todos os usuários. Por esse motivo, se devem escolher tipologias de fontes adequadas, além de se escrever sentenças de textos sempre com clareza e objetividade, evitando expressões de um contexto específico. Esses elementos são fundamentais, por exemplo, para a compreensão de pessoas com dislexia ou deficiências intelectuais;

11 – **Previsível:** as páginas *web* devem aparecer e funcionar de maneira que sejam previsíveis, não permitindo mudanças repentinas, de layout ou de cores, por exemplo, apenas se forem a pedido do usuário;

12 – **Assistência de entrada:** em caso de erros na experiência de navegação, a página deve oferecer alternativas de ajudar ao usuário para evitá-los ou corrigi-los. Assim, os erros de navegação devem ser descritos em forma de texto, dando-lhe instruções de como corrigi-lo;

13 – **Compatível:** esse item diz respeito à codificação das páginas, que devem ser desenvolvidas de forma a se adaptarem para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo.

Apesar das determinações legais e da existência de diretrizes internacionais para auxiliar a acessibilidade das pessoas com deficiência na internet, em levantamento realizado em abril de 2020 pela plataforma de dados *BigData Corp*, em parceria com o Movimento

*Web para Todos* foi identificado que 99,26% dos *sites* brasileiros ainda não estão preparados para oferecer uma adequada experiência de navegação aos usuários com deficiência. Foram verificados 14,65 milhões de páginas e, menos de 1% delas atendeu aos requisitos pesquisados: links, formulários e imagens acessíveis. Quando o recorte do levantamento se deslocou apenas para aos *sites* governamentais, a situação também continua bem alarmante, com somente 3,29% das páginas atendendo aos requisitos desejáveis de acessibilidade (NOVO..., 2020).

Sendo assim, verifica-se que, embora a acessibilidade seja um direito que deveria ser garantido às pessoas com deficiência, na prática, esses direitos se manifestam através da derrubada de barreiras que, aqui, também se constituem em barreiras sociais, e são medidas essenciais para a inclusão dessa comunidade também no processo de conhecimento (MIRANDA; NOVAIS, 2008).

O fato é que, a acessibilidade precisa se fazer presente em diferentes lugares, sejam eles físicos ou virtuais, mas ainda há muito que se avançar nesse sentido, sobretudo, para que as garantias legais se façam presentes em todos os espaços, e se possa conferir real autonomia e independência para as pessoas com deficiência. E, se esses espaços estão ligados à promoção de outros direitos básicos e fundamentais, como a educação, é que se deve ter maior atenção para que se garanta pleno acesso e permanência a esses indivíduos e, sem dúvidas, um desses espaços são as Instituições de Ensino Superior - IES, o que será discutido a partir do próximo item desse trabalho.

### **3.1.3 Avaliação da Educação Superior**

As políticas públicas de avaliação da educação superior são instrumentos imprescindíveis na busca pela melhoria na qualidade do ensino. De acordo com Bedritichuk (2018, p. 1), as políticas de avaliação representam, antes de tudo, a possibilidade de adequação do Estado para promover direitos, mas não no papel de provedor destes e sim, no papel de controlador do sistema.

O sistema de educação superior brasileiro passou por um longo processo de expansão, com crescimento tanto do setor público, quanto privado, mas quase sempre com predomínio desse último. O fato é que, esse processo de ampliação trouxe inúmeros desafios e exigiu do Estado a necessidade de desenvolver e implantar estratégias de controle para, dentre outras coisas, averiguar a qualidade desse ensino.

Sistemas de avaliação têm sido fortemente utilizados como instrumentos de gestão e, também, de prestação de contas, que imprimem racionalidade, sobretudo, na busca por critérios como eficiência, eficácia e produtividade (BEDRITICHUK, 2018, p. 2).

No Brasil, pode-se dizer que o poder público vem adotando mecanismos e estratégia de controle, regulação ou verificação do ensino superior desde a criação desses cursos no país. Contudo, nem sempre esses processos estiveram voltados à garantia da qualidade desse ensino, e sim, de sujeitá-lo aos interesses do poder público e de grupos dominantes, como se verá adiante.

De acordo com Cunha (2007b), os colégios jesuítas no período colonial trouxeram para o Brasil seus primeiros cursos de ensino superior, sendo eles de filosofia e teologia. Apesar de não serem chamados ainda de universidades, como ocorreram nas outras colônias da América Espanhola, a modalidade do ensino era totalmente similar à dessas últimas. A principal função dos colégios jesuítas era a de tonar cultos os filhos da aristocracia, de formar pessoal capacitado para o aparelho repressor da colônia e, também de formar sacerdotes para a ordem jesuíta, dessa forma, a regulação desse ensino ficava a cargo da Igreja Católica, mas essa igreja funcionava totalmente integrada ao Estado, como uma espécie de aparelho ideológico deste, já que os bispos eram nomeados pelo rei e, assim, era o próprio monarca que acabava por também controlar a Igreja. Assim, nesse período, toda a estrutura para controle e regulação do ensino superior estava focada em fortalecer as ideologias religiosas que, por sua vez, compunha o próprio Estado.

Com a vinda da família real para a colônia, em 1808, foram criados novos cursos superiores, todos voltados para atender as necessidades militares, burocráticas e econômicas locais, tais como engenharia, direito e medicina. Nesse período do Brasil Império, a estruturação do ensino superior vai ser marcada pela tensão entre o modelo de ensino tradicional, católico, e o positivismo, contrário a muitas das ideologias religiosas. Nessa época surge então, uma duplicação entre ensino estatal e ensino privado, esse último, ligado as ordens religiosas católicas, mas ambos passam a ser controlados agora pela Assembleia Nacional, formada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados do Império e, logo depois, as assembleias provinciais também passam a poder implantar o ensino superior nas províncias, mas essas não podiam emitir diplomas para quem nelas fosse formado, evitando assim concorrência com as escolas mantidas pela Assembleia Nacional (CUNHA, 2007b).

Pode-se observar que, nessa fase, o controle e a regulação do ensino superior estavam voltados, principalmente, para a manutenção dos privilégios e interesses das classes dominantes.

Já o período da Velha República foi marcado pela difusão do ensino superior no país, com forte expansão do número de escolas, de alunos matriculados e, também, de pressões para facilitar o acesso a esse ensino, buscando-se o fim dos privilégios da elite. Nessa fase, a promulgação da Constituição Federal de 1891 estabeleceu que, o Congresso Nacional seria o responsável por regular o ensino superior na capital e também nos estados, mas esse último ficou a cargo do Congresso Legislativo. Logo depois é criado o Conselho Superior de Ensino, que ficou responsável pela fiscalização das instituições. É também um período, onde há forte controle ideológico sobre qualquer manifestação contrária ao Estado, criando-se inclusive, uma polícia escolar para reprimir movimentos estudantis e também de professores (CUNHA, 2007b).

O período seguinte, do Estado Novo, é marcado por um projeto liberal de educação, voltado à ideia de promoção das liberdades de ensino e de reforço às habilidades individuais dos alunos. Nessa fase é criado o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação para regular o ensino em todo território nacional assim, como também, é elaborado o Estatuto das Universidades Brasileiras, compondo a estrutura de regulação e controle do ensino superior no país da época (CUNHA, 2007a). O Estatuto, por exemplo, colocou as universidades sob o total controle do Estado brasileiro, engessando-as em um único modelo de instituição.

O período subsequente, que vai de 1945 a 1964, é marcado pela redemocratização do país com os governos de Dutra, o segundo governo de Vargas, seguido por Juscelino Kubitschke e, por fim, pelo curto governo de Jânio Quadros, sucedido por João Goulart. Essa fase se caracteriza pela expansão do ensino universitário, sobretudo, na forma de universidades no formato de campus universitários, com poucas faculdades isoladas, numa tentativa de integrar os diversos cursos. Esse período também é caracterizado pela federalização das universidades e pela instituição, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, um forte instrumento de controle e regulação também para o ensino superior.

Com a destituição do governo de João Goulart, foi instaurado então, o Golpe Militar de 1964 e, com ele, são postas novas diretrizes para a educação superior, principalmente, em busca do total controle dessas instituições para retardar ideologias e movimentos contrários ao governo repressor. De acordo com Minto (2005), a política educacional da ditadura teve como pontapé inicial a Reforma Universitária de 1968, voltada ao fortalecimento do ensino tecnicista, do domínio das instituições privadas, da perda de autonomia das instituições

públicas de ensino superior e do controle dessas por parte do governo central, com significativa redução da sua participação no financiamento da educação.

O Regime Militar teve seu fim em 1985 e, de acordo com Bedritichuk (2018) foi nesse período que se iniciou a ampliação e a extensão do controle, da regulação e da avaliação do ensino superior. Assim, no final desse período e, após ele, começaram a surgir as mais efetivas e estruturadas propostas para averiguação, de fato, da qualidade da educação superior no país, sendo elas: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU (1983); o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior - GERES (1985-1986); o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB (1993) e o Exame Nacional de Cursos, o “Provão” (1995), como demonstra a figura 6, que elenca as principais contribuições de cada uma dessas propostas avaliativas:

**Figura 6:** Propostas de avaliação da educação superior de 1983 a 1995.

Propostas de avaliação	Ano de implantação	Principais contribuições:
Programa de Avaliação de Reforma Universitária – PARU	1983	Preocupação em mensurar a qualidade do corpo docente, discente e técnico administrativo, a produção científica e os vínculos da instituição com a sociedade.
Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior – GERES	1985 -1986	Gestores teriam a avaliação como fonte de financiamento; dos docentes, discentes e técnico-administrativos veriam a avaliação como preservação da liberdade acadêmica; e o Estado vincularia recursos de acordo com o desempenho das instituições.
Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB	1993	Propunha o conhecimento da instituição em sua totalidade, promovendo aperfeiçoamento contínuo e sustentando a prestação de contas à sociedade.
Exame Nacional de Cursos – ENC “Provão”	1995	Os resultados passaram a servir de instrumento de regulação do ensino superior junto aos institutos de credenciamento e credenciamento das instituições e reconhecimento de curso.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Essas propostas foram influenciadas por princípios do liberalismo, a partir de diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que apontava para a necessidade de adoção de mecanismos eficientes de avaliação para o controle da qualidade da educação, como afirma Queiroz (2011).

Para Bedritichuk (2018), mesmo apresentando pontos falhos e controversos, hora encontrando aceitação, hora não, as propostas de avaliação do ensino superior das décadas de

1980 e 1990 foram essenciais, pois colocaram em evidência a importância da avaliação para a educação superior, o que passou a ser reconhecido tanto pela sociedade, quanto pelas agendas governamentais. Nesse sentido, é que no início dos anos de 2000 é instituída a Lei nº 10.861 de 2004, criando o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, que enfatiza a participação democrática em todo o processo e está em vigor até os dias atuais. De acordo com Dias Sobrinho (2010), suas características singulares o tornaram em uma política de Estado, não apenas de governo. E para Polidori; Marinho-Araujo e Barreyro (2006), o SINAES se constitui em um sistema mais integrador, voltado a garantir informações e análises da totalidade da educação superior no país.

O contexto de surgimento do SINAES se deu no ano de 2003, com a eleição de um governo cujo programa sinalizava para o combate as iniciativas neoliberais e de privatizações, inclusive na educação superior, conforme aponta Maués (2007). Assim, ainda no ano da posse, foi criada a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior – CEA, com a finalidade de elaborar uma proposta de avaliação para essas instituições. O relatório apresentado pela comissão alcançou bastante aceitação no meio acadêmico, o que se deu, segundo Maués (2017), pela familiaridade e aproximação teórica e metodológica com o já mencionado PAIUB. Dessa forma, diante de sua significativa aceitação, a proposta da Comissão seguiu para o MEC e, posteriormente, foi alterada para Medida Provisória pela Comissão da Câmara e, logo depois, foi transformada em lei.

O SINAES é mantido e organizado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, responsável por coordenar, operacionalizar e supervisionar o sistema. Já ao Ministério da Educação cabe a função de articular, financiar e estimular a adesão das instituições.

O sistema se destaca por sua significativa articulação entre avaliação e regulação, sendo a avaliação manifesta por meio de diferentes ferramentas a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Já a regulação se faz presente nas modalidades de credenciamento e reconhecimentos das instituições de ensino superior, e são realizadas periodicamente assim, como também, atua nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos.

Os mecanismos de avaliação do SINAES almejam uma proposta de nivelamento da qualidade entre as instituições de ensino superior do país, o que não acontecia com as propostas de avaliação de anos anteriores. Na visão de Dias Sobrinho (2000), com o SINAES a avaliação ganha um papel cada vez mais importante na medida e no controle da eficiência e da produtividade das IES.

Assim, tem-se um processo avaliativo pautado unicamente na busca pela melhoria da qualidade do ensino superior no país e que, para isso, se utiliza dos resultados obtidos nas diferentes procedimentos de avaliação para identificar pontos fortes e fracos das instituições e, dessa forma, orientar seus planos.

A lei que institui o SINAES aponta então, para 10 dimensões obrigatórias que devem ser consideradas na avaliação das instituições de ensino superior, com vistas a identificar seu perfil e atuação, sendo essas dimensões:

- 1 - Missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- 2 - Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;
- 3 - Responsabilidade social da instituição;
- 4 - Comunicação com a sociedade;
- 5 - Políticas de pessoal;
- 6 - Organização e gestão da instituição;
- 7 - Infraestrutura física;
- 8 - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- 9 - Políticas de atendimento aos estudantes;
- 10 - Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2004).

Assim, com base nessas dimensões, o SINAES propõe eixos avaliativos que compreendem: a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a Avaliação dos Cursos de Graduação e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes, promovida pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, conforme ilustra a figura 7:

**Figura 7:** Componentes do SINAES.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A figura acima apresenta os componentes principais e complementares dos processos avaliativos do SINAES. A Avaliação Institucional, por exemplo, possui 2 componentes complementares, a Autoavaliação, que envolve toda comunidade acadêmica e, fica a cargo de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, presente em cada IES, para promover o seu autoconhecimento e aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de buscar estreitar as relações entre os processos avaliativos e de gestão. Já o outro componente é o da Avaliação Externa, que se faz por meio de verificação *in loco*, por parte de membros avaliadores externos a instituição, mas que fazem parte da comunidade acadêmica e científica, que são designados pelo INEP/MEC para avaliar a instituição com base em suas capacidades em áreas específicas e sua ampla compreensão sobre instituições universitárias (CAVALCANTI; GUERRA, 2018).

Dessa maneira, no processo de avaliação externo tem-se, então o recredenciamento da instituição, que ocorre periodicamente, onde os avaliadores utilizam-se do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância, em sua última versão, do ano de 2017, e que contempla as 10 dimensões obrigatórias do SINAES. Contudo, nesse documento, as dimensões foram agrupadas por afinidades em apenas 5 eixos avaliativos principais, que são: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura.

Assim, no processo de credenciamento, os avaliadores geram um relatório com base nesses 5 eixos, levando em consideração todas as informações encontradas na instituição durante o processo de visita. A partir desse processo é gerado o Conceito Institucional – CI, graduado em até 5 níveis, cujo cálculo considera os pesos atribuídos a cada um dos 5 eixos presentes no instrumento de avaliação, da seguinte forma: 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (peso 10); 2 - Desenvolvimento institucional (peso 30); 3 - Políticas acadêmicas (peso 10); 4 - Políticas de gestão (peso 20) e 5 - Infraestrutura (peso 30).

### 3.1.3.1 Acessibilidade no contexto da avaliação da educação superior

Os interesses dessa nossa pesquisa estão centrados no eixo avaliativo 5, que diz respeito a questão da infraestrutura das instituições de ensino superior. Nesse eixo, 18 indicadores são aferidos pela comissão e eles se apresentam da seguinte forma: 1 - instalações administrativas; 2 - salas de aula; 3 - auditórios; 4 - salas de professores; 5 - espaços para atendimento aos discentes; 6 - espaços de convivência e de alimentação; 7 – laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; 8 - infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA; 9 - bibliotecas: infraestrutura; 10 - bibliotecas: plano de atualização do acervo; 11 - salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; 12 - instalações sanitárias; 13 - estrutura dos polos EAD; 14 - infraestrutura tecnológica; 15 - infraestrutura de execução e suporte; 16 - plano de expansão e atualização de equipamentos; 17 - recursos de tecnologias de informação e comunicação; 18 - Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (BRASIL, 2017).

Como pode ser observado, dentre os indicadores do eixo de infraestrutura do instrumento de avaliação acima referido, um deles foi destinado especificamente para a averiguação das questões estruturais da biblioteca da instituição de ensino, cujos conceitos e critérios de análise são os seguintes:

**Figura 8:** Indicador “Biblioteca: infraestrutura”.

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	A infraestrutura para bibliotecas <b>não</b> atende às necessidades institucionais.
2	A infraestrutura para bibliotecas <b>atende</b> às necessidades institucionais, <b>mas não</b> apresenta acessibilidade, <b>ou não</b> possui estações individuais e coletivas para estudos <b>ou</b> recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
3	A infraestrutura para bibliotecas <b>atende</b> às necessidades institucionais, <b>apresenta</b> acessibilidade, <b>e possui</b> estações individuais e coletivas para estudos <b>e</b> recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
4	A infraestrutura para bibliotecas <b>atende</b> às necessidades institucionais, <b>apresenta</b> acessibilidade, <b>possui</b> estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo <b>e fornece</b> condições para atendimento educacional especializado.
5	A infraestrutura para bibliotecas <b>atende</b> às necessidades institucionais, <b>apresenta</b> acessibilidade, <b>possui</b> estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, <b>fornece</b> condições para atendimento educacional especializado <b>e disponibiliza</b> recursos comprovadamente inovadores.

Fonte: Brasil (2017).

De acordo com esse indicador, para obter o conceito máximo, a estrutura da biblioteca deve, dentre outras questões, atender-se a critérios que garantam acessibilidade. Dessa maneira, tem-se aqui, a acessibilidade como item de extrema relevância no processo de avaliação institucional das IES no contexto da biblioteca universitária, tema central dessa pesquisa.

Contudo, a preocupação com a acessibilidade não é item exclusivo do indicador de infraestrutura das bibliotecas, ele também se faz presente na maioria dos outros indicadores do eixo de infraestrutura, o que demonstra clara preocupação dos processos avaliativos trazidos pelo SINAES para com a promoção da inclusão, sobretudo, das pessoas com deficiência.

Nesse mesmo sentido, foi publicado pelo INEP, em 2016, um documento específico com orientações voltadas às questões de acessibilidade nos processos de avaliação das IES. Assim, o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade” tem como objetivo principal, promover a qualificação permanente dos avaliadores que realizam o trabalho *in loco* em relação às questões de acessibilidade, assim como também, busca informar as IES sobre a necessidade de atender-se para essa temática. Para tanto, o documento se estrutura a partir das metas do

Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, bem como outras legislações vigentes sobre o SINAES, as características específicas da acessibilidade e de sua verificação no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (BRASIL, 2016).

Dada à importância e o nível de detalhamento do “Documento Orientador” a respeito das questões da acessibilidade para as IES, tema central deste trabalho, esse documento será melhor analisado na seção de “Apresentação e análise dos resultados” da nossa pesquisa, juntamente com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, uma vez que, se acredita necessário apresentar melhor quais são os pressupostos de acessibilidade exigidos dentro dos processos avaliativos do SINAES, antes de apresentar os resultados encontrados no nosso campo de estudos.

O fato é que, as instituições de ensino superior devem ser pensadas para promover o acesso a todos e, por isso, capazes de oferecer oportunidades igualitárias aos seus usuários, como afirmam Bittencourt *et al.* (2004). Nesse sentido, Pagliuca *et al.* (2007) complementam que, as condições de acessibilidade também revelam, dentre outras coisas, o direcionamento da missão e do compromisso das instituições com a comunidade.

Assim, se faz de extrema importância o diagnóstico de barreiras arquitetônicas nos campi universitários, pois a retirada desses entraves e adequação de áreas internas e externas representa o cumprimento das normas vigentes, ao tempo que, também atende aos critérios de avaliação do SINAES e a preocupação com a inclusão de toda a comunidade acadêmica.

Contudo, as intervenções para promoção da acessibilidade já não podem ficar mais restritas as questões arquitetônicas como comumente propagado, hoje a inclusão por meio da acessibilidade também deve ser feitas nas ferramentas de comunicação. Dessa forma, se faz cada vez mais necessário que *sites*, portais, plataformas e aplicativos criados, mantidos ou adquiridos pelas instituições de ensino superior sejam pensados e adequados para atender com igualdade a todos os seus usuários, em todos os setores da instituição. Nesse sentido, o próximo item do nosso trabalho discutirá as aplicações da acessibilidade no ambiente das bibliotecas universitárias.

## 3.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E ACESSIBILIDADE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

### 3.2.1 A biblioteca universitária no processo de avaliação da educação superior

Como se viu, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância do MEC traz dentre os seus indicadores, a necessidades de análise da infraestrutura das bibliotecas universitárias. Dessa forma, como objeto desse estudo, passa-se a uma melhor compreensão sobre as bibliotecas universitárias e sua participação nos processos avaliativos do SINAES. Em seguida, serão apresentados alguns parâmetros específicos de acessibilidade indicados para as bibliotecas.

Na perspectiva de Rodrigues *et al.* (2013, p. 83), “[...] a importância da biblioteca para a preservação e conservação do conhecimento é inquestionável, pois desde o início da humanidade o homem se preocupa em registrar o conhecimento por ele produzido”. Dessa maneira, o papel da biblioteca sempre esteve centrado em permitir que o conhecimento produzido esteja ao alcance de todos para que assim, possa vir a produzir novos conhecimentos. Na visão de Shera (1973), a biblioteca se torna um verdadeiro agente da democracia, que amplia sua influência de levar o conhecimento para todos, incluindo os não privilegiados e socialmente em desvantagem.

Fujita (2005) destaca a vinculação da biblioteca a instituição de ensino superior, e a necessidade de se compreendê-la nesse contexto mais amplo, de uma atuação que não pode estar desvinculada do ambiente acadêmico e de sua cultura.

Dessa forma, tem-se então, a universidade como instituição voltada não apenas para a formação profissional, mas também para a maciça produção do conhecimento por meio de suas atividades, dentre elas, o processo de ensino-aprendizagem que, na perspectiva de Gomes (2000, p. 63) funciona da seguinte forma:

Os sujeitos ligados ao ensino-aprendizagem estabelecem entre si um processo de interação, que também envolve suas práticas comunicativas realizadas com o apoio dos diversos recursos tecnológicos. Nesse processo, constroem seus modelos mentais que permitem a mediação entre o ‘mundo interior’ e o ‘mundo exterior’, possibilitando assim a construção de seus conhecimentos.

De acordo com Santos (2015), os produtos e serviços da biblioteca na universidade são essenciais para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem, uma vez que, permite a comunidade acadêmica que tenha acesso à informação registrada que, de forma

segura, representa o conhecimento já consolidado e aceito pela comunidade científica, podendo assim, seguir com seu processo de aprendizagem, que se complementa em sala de aula e em grupos de estudo e pesquisa.

Contudo, o conhecimento produzido na universidade não está restrito apenas ao ensino, a pesquisa é outra dessas atividades, sobre a qual Fujita (2005, p. 99) nos diz que: “[...] a universidade promove a construção de conhecimento através da pesquisa, e realiza, por meio dos conteúdos curriculares, o contato do aluno com o conhecimento já construído”. Da mesma maneira, esse conhecimento também é produzido pelas atividades de extensão, onde o conhecimento construído na universidade é transformado em ações aplicáveis à comunidade, em seu benefício, em ações voltadas a área do conhecimento daquela pesquisa de campo (SANTOS, 2015).

As ligações da biblioteca universitária com as atividades desenvolvidas na universidade são analisadas por Fujita (2005, p. 99), a partir da dinâmica construída entre essa unidade de informação e a comunidade acadêmica, pois para a autora essa relação:

[...] é um organismo vivo, um agrupamento de pessoas em permanente interação com atividades específicas, cuja dinâmica utiliza e elabora documentos para registro e difusão do conhecimento em um processo cumulativo. Nesse ambiente sabe-se que o principal insumo é o conhecimento e por isso a informação é uma das principais demandas de uma comunidade de pessoas que possuem conhecimento e o compartilham incessantemente para promover a geração de mais conhecimento a ser registrado e divulgado.

Assim, tomando por base a produção, circulação e uso do conhecimento científico dentro do contexto da universidade, a biblioteca universitária pode ser definida com uma unidade de informação vinculada as instituições de ensino superior, que baseia sua missão e objetivos também no tripé do ensino, pesquisa e extensão. Bufrem e Sorribas (2008, p. 70) afirmam que, “[...] as bibliotecas universitárias não se constituem apenas em guardiãs, difusoras ou disseminadoras do saber, pois seus compromissos ampliam-se, abrangendo o aprender e o criar”.

O fato é que, como disseminadora de conhecimento em meio o ambiente universitário, a biblioteca tem contribuído não só para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também para a formação de sujeitos críticos e com maior bagagem não apenas científica, mas também cultural. Sobre esse aspecto da biblioteca universitária, Shera (1973) afirma que sua missão é, de fato, a de maximizar a utilidade social das informações nela presentes para que se voltem em benefício dos indivíduos e da sociedade. Sendo assim, Santos (2015, p. 27) complementa essa visão da biblioteca universitária a partir de suas

influências da seguinte maneira: “Como um ambiente social, a biblioteca recebe influência direta do meio em que está inserida - social, cultural, econômica e/ou política. A biblioteca universitária é, portanto, um espelho das inquietações e das ansiedades da sociedade”.

Assim, como parte de seu meio, que o influencia e é influenciada por ele, a biblioteca universitária deve estar alinhada aos mesmos propósitos que a instituição da qual é parte, como afirma Fujita (2005, p. 101) ao enunciar que, “[...] a biblioteca universitária insere-se em um contexto universitário cujos objetivos maiores são o desenvolvimento educacional, social, político e econômico da sociedade humana”. A autora ainda complementa que, três elementos integram esse tipo de biblioteca e influenciam diretamente na sua atuação, que são: a cultura, a sociedade e meio acadêmico (FUJITA, 2015).

Com base nas afirmações da autora supramencionada pode-se dizer que, os processos avaliativos aos quais as instituições de ensino superior são submetidas em nosso país, fazem parte dessa dinâmica de influências, sobretudo, da influência da sociedade sobre o meio acadêmico, uma vez que, as avaliações buscam verificar, principalmente, o nível de qualidade dos serviços oferecidos pelas IES a essa sociedade e, dentro desse contexto, está à avaliação também das bibliotecas universitárias como parte integrante dessas instituições de ensino.

Sobre a participação das bibliotecas nesse processo avaliativo Lubisco (2011, p. 9), em certo tom de crítica, nos diz que:

Na prática, a avaliação das bibliotecas universitárias brasileiras vem a algum tempo atrelada às avaliações oficiais do Ministério da Educação, nas quais a biblioteca é vista, parcialmente, como um dos recursos de infraestrutura do processo ensino-aprendizagem.

A crítica da autora reside no fato de considerar o processo avaliativo realizado pelo SINAES atualmente, bastante reducionista em relação aos vários aspectos que poderiam ser verificados na biblioteca para além de sua infraestrutura, com apenas uma instalação física, como se fosse uma instituição a parte.

Como se viu na seção anterior desse trabalho, dentre os 5 eixos contemplados no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância do MEC, a biblioteca universitária é contemplada como objeto de averiguação apenas no quinto eixo, destinado a verificar as questões estruturais da IES. O eixo de infraestrutura possui, como já se viu, 18 indicadores a serem avaliados na visita *in loco*, estando a bibliotecas nos indicadores: 9 - Bibliotecas: infraestrutura e 10 - Bibliotecas: plano de atualização do acervo.

Como ilustrado na figura 6 desse trabalho, o nono indicador do eixo 5 trata, especificamente, da estrutura do prédio e de alguns serviços ofertados pela biblioteca

universitária, sendo eles: acessibilidade na estrutura física do prédio; a presença de espaços ou cabines que permitam estudos individuais e também coletivas; a disponibilização de recursos tecnológicos para gerenciamento do acervo, que permitam sua guarda, organização, consulta e empréstimo; o oferecimento de atendimento educacional especializado e; por fim, se a biblioteca disponibiliza recursos que sejam de fato inovadores (BRASIL, 2017).

Já o décimo indicador do quinto eixo do “Instrumento de Avaliação Externa” vai contemplar em sua análise, a estrutura de outro serviço específico da biblioteca, que é a diversidade da oferta de títulos em seu acervo e a atualização deste, como se pode verificar na figura 9, adiante:

**Figura 9:** Indicador “Bibliotecas: plano de atualização do acervo”.

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	<b>Não há</b> plano de atualização do acervo descrito no PDI.
2	<b>Há</b> plano de atualização do acervo descrito no PDI, <b>mas não</b> há viabilidade para sua execução.
3	<b>Há</b> plano de atualização do acervo descrito no PDI, <b>e</b> viabilidade para sua execução, <b>considerando</b> a alocação de recursos.
4	<b>Há</b> plano de atualização do acervo descrito no PDI, <b>e</b> viabilidade para sua execução, <b>considerando</b> a alocação de recursos <b>e</b> ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica.
5	<b>Há</b> plano de atualização do acervo descrito no PDI, <b>e</b> viabilidade para sua execução, <b>considerando</b> a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica <b>e</b> a existência de dispositivos inovadores.

**Fonte:** Brasil (2017).

Nesse indicador é importante destacar a importante previsão que deve existir entre os planos de desenvolvimento dos acervos e os planos de desenvolvimento da própria instituição, registrado no seu documento de PDI. Essa vinculação é de extrema relevância à medida que, garante constante atualização do acervo às bibliotecas, impedindo que esse acervo fique estático, tornando-se apenas um depósito de materiais, uma vez que, as bibliotecas são um organismo que deve está em constante crescimento, tendo em vista o fato de que, o conhecimento e a informação estão sempre em constantes mudanças, assim como preceitua a quinta Lei da Biblioteconomia, um dos princípios basilares da área, lei essa instituídas pelo pensador e bibliotecário indiano, Shiyali Ranganathan.

É válido ressaltar que, os acervos bibliográficos também são objeto de análise de outro processo avaliativo do MEC, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Autorização, de 2017, que em sua dimensão 3, também de infraestrutura, contempla ao acervo das bibliotecas nos seguintes indicadores: 3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) e 3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Em suma, esses indicadores exigem que o acervo da biblioteca esteja de acordo com a bibliografia básica e complementar indicado no Plano Político Pedagógico dos cursos de graduação ofertados pela IES. Também há a preocupação com a quantidade de exemplares físicos ofertados e/ou a garantia de acesso em número suficiente aos títulos virtuais.

Apesar de suas críticas a parca participação da biblioteca universitária nesse contexto avaliativo, tendo em vista que, muitos outros serviços, processos e estruturas poderiam ser contemplados Lubisco (2011) afirma que, por conta de sua inclusão nesse processo, a biblioteca universitária, mais do que nunca, deixa de ser apenas repertório de informações e passou a se atentar para políticas que focam na satisfação dos seus usuários, e também que contribuam cada vez mais nos processos e resultados da formação dos alunos. A autora complementa que, nesse contexto da avaliação, as bibliotecas universitárias “constituem-se em setores estratégicos engajados na dinâmica institucional que precisam submeter-se aos processos avaliativos com fins de melhoria contínua e de assegurar a qualidade dos seus serviços” (LUBISCO, 2011, p. 14).

Na visão de Guerra e Dias (2013), os processos de avaliação institucional também passaram a exigir que a biblioteca universitária se tornasse em um espaço para o marketing, que deve desenvolver atividades ligadas à divulgação da informação, ao tempo que, também se tornou um serviço empenhado na sustentação da confiabilidade na instituição ao qual ela está vinculada.

Assim, para cumprir as determinações dos processos avaliados do MEC e, também para satisfazer cada vez melhor as necessidades de seus usuários, não apenas as necessidades de informação, a biblioteca universitária deve estar atenta às questões de acessibilidade, que permitam que a informação e o conhecimento estejam disponíveis também para as pessoas com deficiência. Dessa maneira, no próximo item desse trabalho serão tratadas as recomendações existentes para que a biblioteca universitária possa estar adequada aos itens de acessibilidade exigidos nas normas e diretrizes e também nos processos avaliativos do SINAES.

### 3.2.2 A biblioteca universitária acessível

Como se viu anteriormente, o indicador 9 do quinto eixo do “Instrumento de Avaliação Externa” do MEC, elenca a acessibilidade como item indispensável para que as IES possam alcançar uma avaliação satisfatória em suas bibliotecas.

De acordo com Santos (2015), para se alcançar o reconhecimento da biblioteca universitária como um espaço que oferece a construção do conhecimento e propicia o crescimento social, cultural e cognitivo dos seus usuários, é preciso que os bibliotecários e outros profissionais que nela atuem, tenham o compromisso e a responsabilidade de adotar os recursos que se fizerem necessários, sejam eles técnicos, teóricos e/ou metodológicos.

Sem dúvida alguma, para além dos processos avaliativos e para cumprir sua missão, o planejamento de uma biblioteca acessível deve passar pelo compromisso e pela adoção de recursos que a tornem abertas, de forma que, os profissionais que nela trabalham devem estar atentos a essa característica e, as instituições mantenedoras precisam viabilizar a concretização dessas ações nesse sentido, pois a biblioteca, independente de sua tipologia, é um espaço voltado à garantia de direitos fundamentais, por seu papel na disseminação e guarda da informação e do conhecimento e, assim, de difusão da cultura e da educação. Nesse sentido, se faz indispensável que o acesso a esses espaços e aos seus serviços seja garantido a todos.

Sobre a necessidade de se garantir acessibilidade na biblioteca, Ferrés (2008, p. 36) afirma que:

Uma biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

A biblioteca, sobretudo, a pública é um importante canal para garantir à sociedade o acesso ao conhecimento e a cultura de maneira democrática. Garantir que todos, igualmente, tenham acesso a ela é também uma questão de garantia de direitos. Dessa maneira, a já citada NBR 9050 da ABNT, de 2020, que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos apresenta diversos parâmetros com o objetivo de que, os projetos arquitetônicos e de design brasileiros estejam em conformidade com as normas internacionais e busquem respeitar a diversidade humana. Assim, o item 10.16 dessa norma traz algumas diretrizes específicas às quais devem se atentar as bibliotecas do

país em termos de sua estrutura física, mobiliário e equipamentos, que possam permitir acesso a todos os seus usuários, independente de condições físicas permanentes ou temporárias.

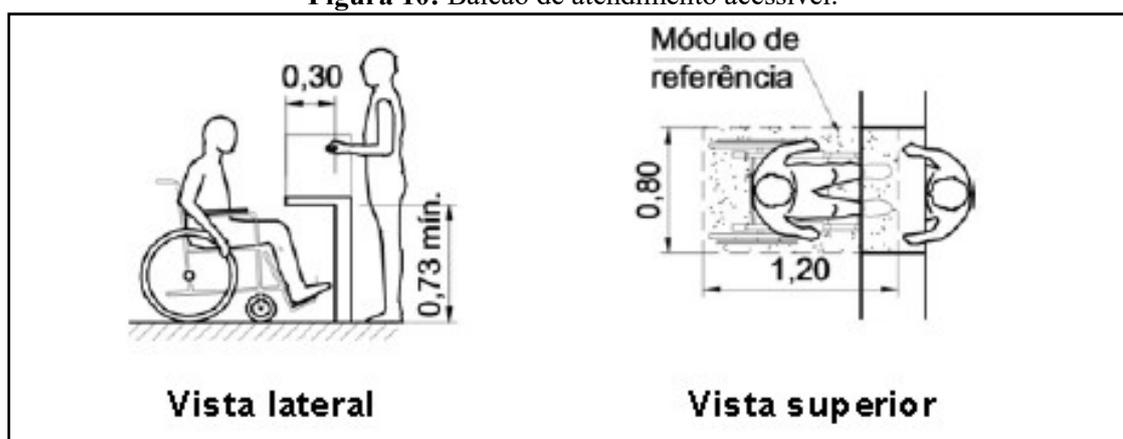
A primeira orientação para bibliotecas presente nessa norma diz que: “Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender à Seção 9” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 135). A Seção 9 da norma, por sua vez, traz recomendações técnicas para tipos de mobiliários utilizados em diferentes edificações e, dessa seção, especificamente, em relação aos que podem ser utilizados em bibliotecas, tem-se: os balcões de atendimento, os balcões de informações e as mesas ou superfícies de trabalho.

Sobre os balcões de atendimento a norma especifica que:

- Devem ser de fácil localização e precisa está em rotas acessíveis;
- Garantir espaço livre para aproximação frontal de 0,80 m por 1,20 m no piso, sendo essa a medida de referência ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas e, também permitir que essa cadeira possa fazer um giro de 180° nesse espaço;
- Iluminação que permita uniformidade na visualização da face do atendente;
- Largura mínima de 0,90 m e uma altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m;
- Largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m;
- Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, que permita a pessoa em cadeira de rodas avançar sob o balcão.

Para melhor compreensão, algumas das medidas apresentadas no item acima foram ilustradas na edição anterior da Norma 9050, de 2004, como apresenta a figura 10:

**Figura 10:** Balcão de atendimento acessível.



**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2004, p. 93).

Os balcões de informação, por sua vez, que geralmente nas bibliotecas também se denominam de balcões de referência, se distinguem dos balcões de atendimento, pois nesse último, são realizados os empréstimos e devoluções, por exemplo, enquanto que no de

informação/referência são prestadas as orientações sobre localização de livros, normas da biblioteca, etc. A norma 9050 detalha que, para ser acessível, esse balcão deve ser projetado segundo as seguintes especificações:

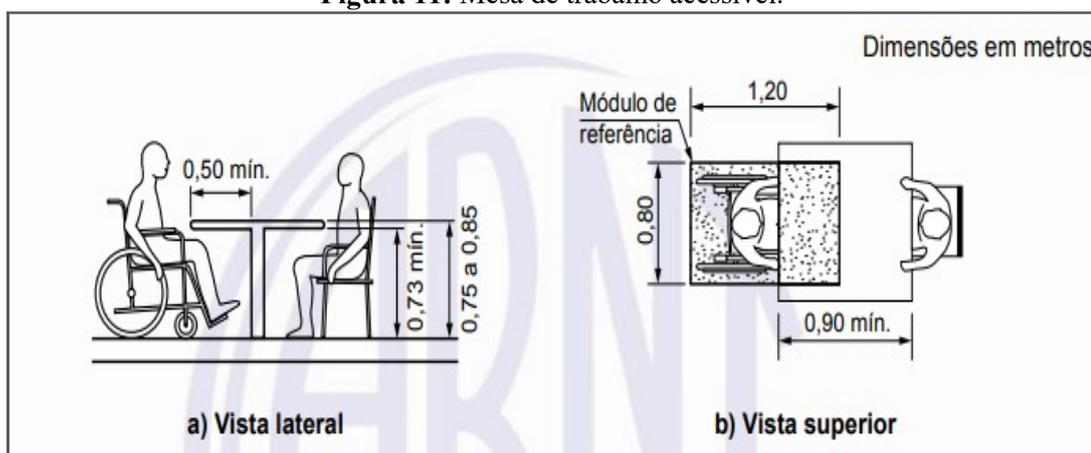
- Deve ficar próximo a entrada, sendo de fácil identificação e, também situado em trajeto acessível;
- Boa iluminação, que permita ver a face do atendente e facilite a leitura labial e gestual;
- Para facilitar a comunicação se deve evitar telas e grades;
- Largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,90 m a 1,05 m;
- Permitir que pessoas em cadeira de rodas possam se aproximar lateralmente e rotacionar a cadeira em até 180°.

Para ambos os balcões acima referidos, a norma também se preocupou em garantir acessibilidade aos profissionais que realizam o serviço de atendimento, trazendo as seguintes recomendações: “[...] Devem ser garantidas condições de circulação, manobra, aproximação e alcance para pessoas com deficiência na função de atendente, e o mobiliário deve estar de acordo com o disposto em 9.3.1” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 117).

Já a segunda orientação da norma técnica 9050, no seu item específico para as bibliotecas, vai tratar sobre as mesas dispostas para estudo e determina que, no mínimo, uma delas seja acessível, ou que pelo menos 5% do total de mesas, siga as especificações de acessibilidade. Ou ainda que, outros 10 % possam ser adaptáveis para acessibilidade. Assim, na Seção 9 as recomendações normativas para as mesas ou superfícies de trabalho são:

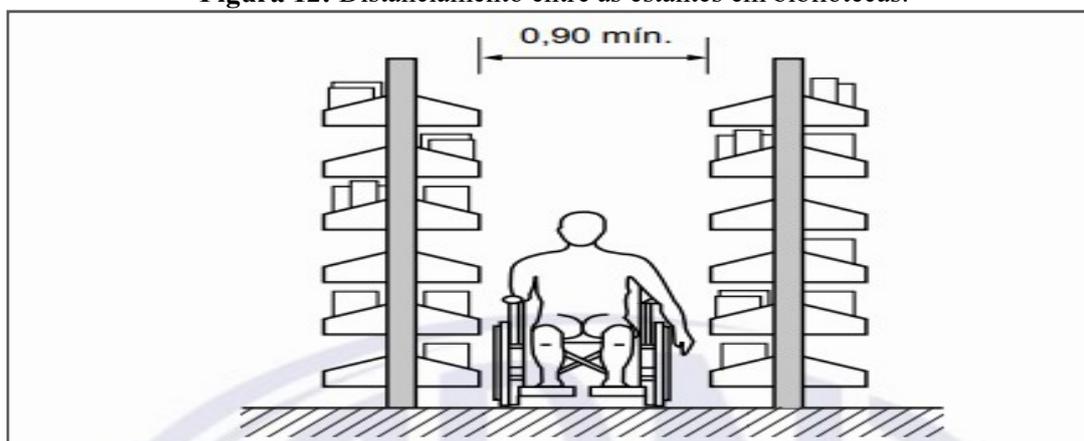
- Devem ser fáceis de identificar e dispostas em uma rota acessível;
- Garantir espaço para aproximação frontal de 0,80 m por 1,20 m e possibilitar que, a cadeira de rodas possa fazer um giro de 180°;
- Tampo com largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m;
- Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m, para que a pessoa em cadeira de rodas possa avançar sob ela.

Os padrões de medida para a mesa de trabalho acessível são mais bem apresentados na figura a seguir:

**Figura 11:** Mesa de trabalho acessível.

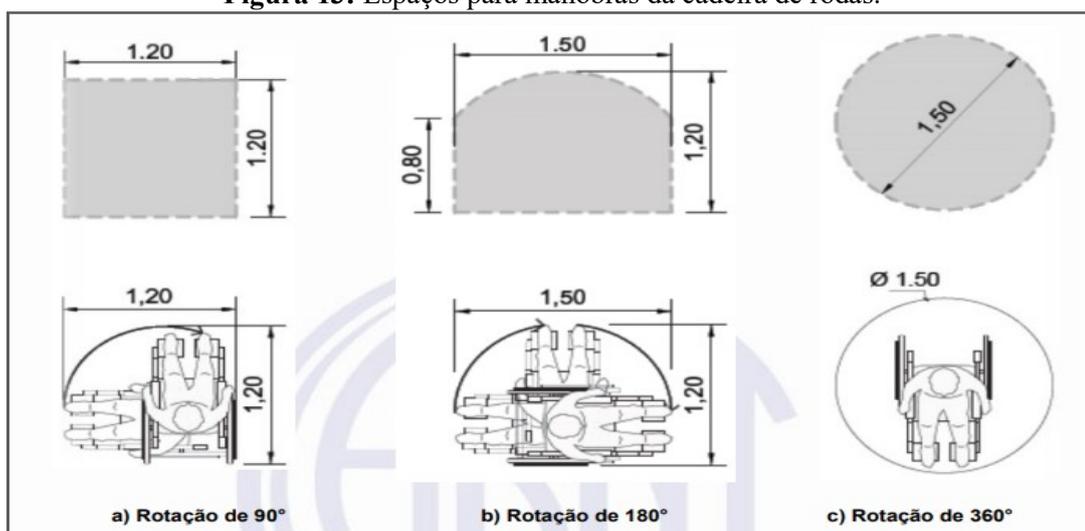
**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 118).

A NBR 9050 segue o item sobre bibliotecas, orientando-as quanto ao posicionamento de suas estantes para disposição de livros e outros materiais, onde: “A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, [...]. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra, conforme 4.3.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 135). A norma ilustra esse espaço entre as estantes conforme a figura 12:

**Figura 12:** Distanciamento entre as estantes em bibliotecas.

**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 136).

Sobre os espaços ideais recomendados para a realização das manobras de pessoas em cadeiras de rodas, a figura a seguir traz as medições necessárias, conforme o item 4.3 do documento normativo:

**Figura 13:** Espaços para manobras da cadeira de rodas.

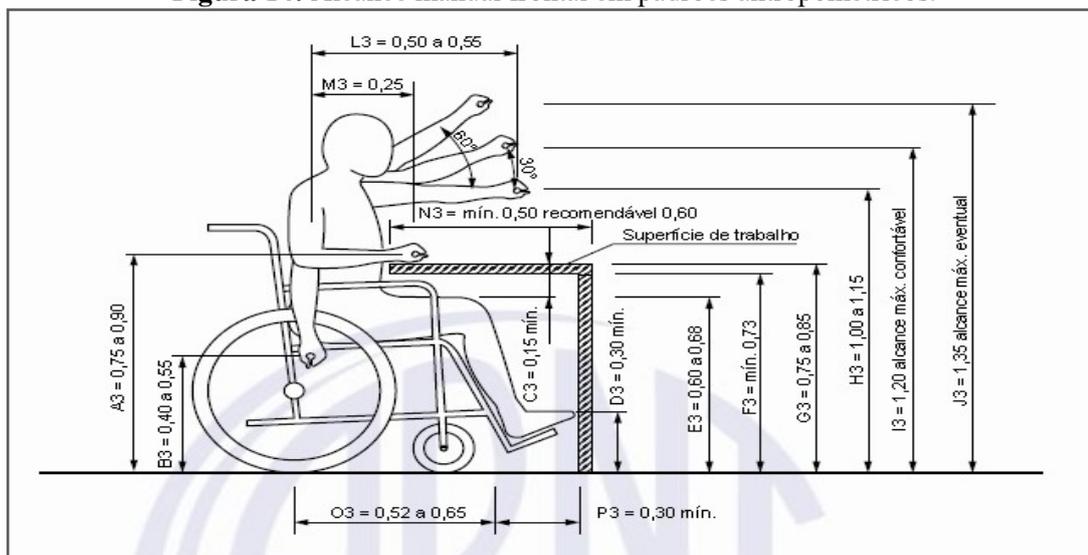
**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 136).

Nesse sentido, as bibliotecas devem manter uma distância adequada entre suas estantes pensando não só em cumprir a norma, mas também no acesso e na liberdade de uso do acervo por todos os seus usuários, garantindo assim a autonomia no processo de busca pela informação e conhecimento.

Os fichários, espécie de armário com gavetas, onde ficam disponíveis para consulta as fichas catalográficas de todo o acervo da biblioteca, viabilizando sua localização na estante, apesar de estarem praticamente em desuso, devido ao crescente processo de informatização das bibliotecas, ainda são contemplados pela norma 9050, certamente, porque muitas bibliotecas no nosso país, sobretudo, as públicas ainda encontram dificuldades financeiras para viabilizar o processo de modernização dos seus acervos e serviços, que exige aquisição de computadores, softwares, internet, pessoal qualificado, etc. Dessa forma, sobre esse tipo de mobiliário a norma diz que: “A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme Seção 4” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 136).

A Seção 4, mencionada anteriormente, traz os parâmetros antropométricos que devem ser considerados, dentre outras coisas, no planejamento de mobiliários acessíveis. Os parâmetros antropométricos levam em consideração as medidas referenciais da população brasileira. A figura 14 ilustra como deve se dá as medidas de um mobiliário para o alcance de objetos por uma pessoa em cadeira de rodas, levando-se em consideração os parâmetros antropométricos:

**Figura 14:** Alcance manual frontal em padrões antropométricos.



**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 19).

É válido ressaltar que, a norma apesar de recomendar que os fichários das bibliotecas sigam os parâmetros antropométricos, não faz o mesmo com as estantes de livros, por exemplo. Em pesquisa realizada por Giacumuzzi e Moro (2014), essa altura da distribuição dos livros nas estantes é uma das características identificadas que não está contemplada na NBR 9050, mas que seria fundamental para garantir a total acessibilidade dos usuários nas bibliotecas. Atentar-se a essa característica é essencial para permitir o acesso não só das pessoas em cadeira de rodas, mas também de pessoas com mobilidade reduzida, nanismo ou ainda, de crianças e idosos. Contudo, é difícil observar bibliotecas que atendam essa característica, pois a preocupação normalmente é com a distribuição da maior quantidade possível de livros nas estantes, deixando também espaços livres para futuras aquisições, como mostra a figura 15. Por isso, é importante que, apesar de não ser uma das recomendações expressas na norma de acessibilidade, que as bibliotecas possam refletir também sobre essa característica, já que ela é uma barreira à acessibilidade e, por sua vez, retira a autonomia do usuário na busca por suprir suas necessidades informacionais.

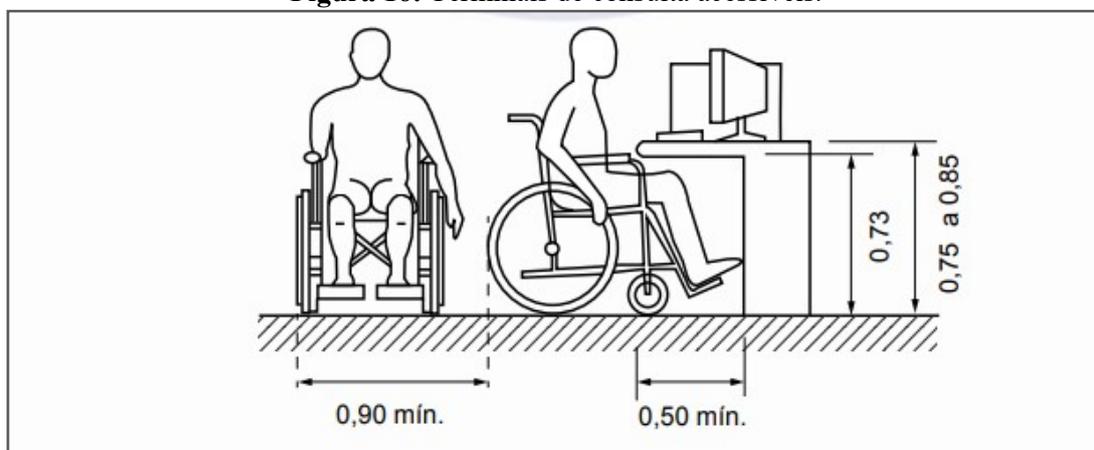
**Figura 15:** Distribuição dos livros nas estantes em altura inadequada.



Fonte: IMAGENS GOOGLE (2021).

Ainda sobre a acessibilidade de mobiliários específicos para as bibliotecas, a norma traz por meio de ilustração as diretrizes que devem ser observadas nos terminais de consulta, conforme mostra a figura 16, adiante:

**Figura 16:** Terminais de consulta acessíveis.



Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 135).

Para esses terminais de consulta ao acervo por meio de computador ou ainda, os que permitem acesso à internet, a NBR recomenda que devem representar, no mínimo, 5% dos terminais disponíveis para utilização por pessoas em cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida, ou que, no mínimo, outros 10% possam ser adaptados para acessibilidade.

Como pode se observado, o item específico sobre bibliotecas na NBR 9050 é bastante breve, mas como toda edificação e, sobretudo, como prédio aberto ao público, que oferece serviços a usuários diversos, outros itens de acessibilidade descritos na norma devem ser

observados na composição desses espaços, tendo em vista que, todos eles, certamente, também são verificados nos processos avaliativos do SINAES.

Nesse sentido, na já mencionada pesquisa de Giacomuzzi e Moro (2014) as autoras que buscaram conhecer como se dava a acessibilidade arquitetônica, de mobiliário e equipamentos em diferentes tipos de bibliotecas na cidade de Porto Alegre/RS revelam outras características que devem ser levadas em consideração para uma completa promoção da acessibilidade nas bibliotecas brasileiras. Assim, essas outras características presentes na norma são apresentados pelas autoras nas seguintes categorias:

1 - Adequação do “entorno e o estacionamento da biblioteca”, contemplando calçadas e espaços para guarda de veículos;

2 - “Entrada e espaços internos da Biblioteca”, observando obstáculos como portas, sinalização, rota acessível e cor de pisos e paredes;

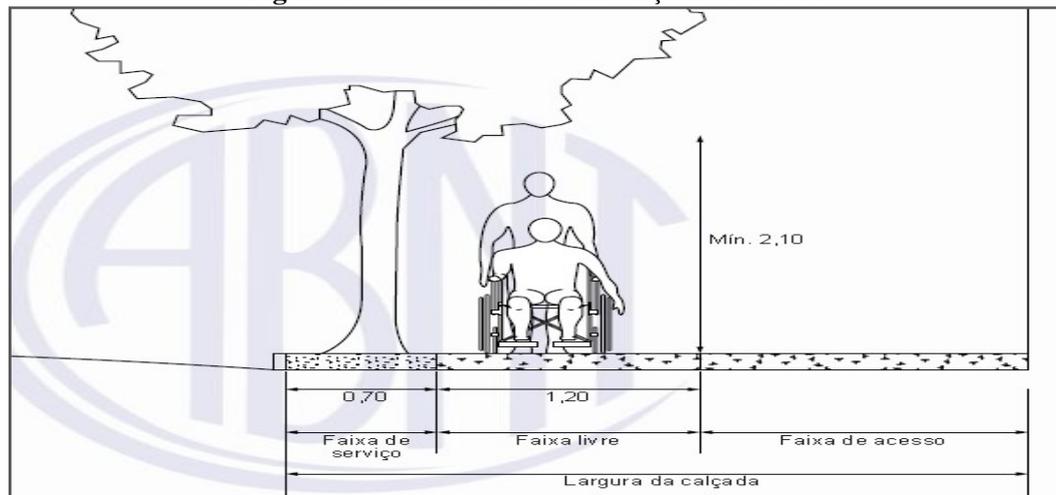
3 - A adaptação de “pisos, capachos, forrações, carpetes e tapetes”, na busca por um piso acessível e de superfície firme;

4 - Uma análise dos “degraus, escadas fixas, rampas e corrimãos” assim, como também;

5 - A adequação de “corredores e sanitários” para o uso de pessoas com deficiência.

Levando em consideração as categorias mencionadas pelas supracitadas autoras, serão apresentadas com base na norma 9050 as principais recomendações dos itens que compõem cada categoria.

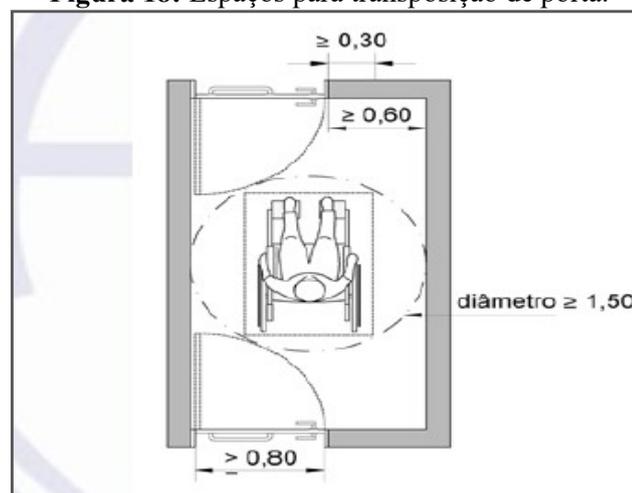
Assim, na categoria de “entorno e estacionamento da biblioteca” tem-se que, as calçadas estão contempladas na norma 9050, no seu item de “Circulação externa”, onde se orienta que, elas devem possuir uma faixa livre para a circulação de pedestres sem a presença de degraus. Essa faixa para circulação de pedestres, também deve ter uma largura mínima de 1,20 m e altura livre em sua lateral de 2,10 m, como demonstra a figura 17:

**Figura 17:** Dimensões de uma calçada acessível.

**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 75).

Em relação ao estacionamento a norma diz que, ele deve ser devidamente sinalizado e possuir um espaço adicional de circulação de, no mínimo, 1,20 m de largura, além de piso regular e estável. Também deve está em uma rota acessível, afastado da circulação de veículos e a, no máximo, 50 m de percurso em relação à edificação ou aos elevadores.

A segunda categoria de acessibilidade apontada por Giacumuzzi e Moro (2014) é a da “entrada e espaços internos da Biblioteca”. Dela fazem parte as portas, cujas dimensões necessárias para sua transposição são melhores explicadas por meio da figura 18, adiante:

**Figura 18:** Espaços para transposição de porta.

**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 69).

Vale ressaltar que, no caso de não existirem os espaços livres necessários para abertura e fechamento das portas, é preciso garantir equipamentos de automação para tal. Quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 m de

altura e, quando possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter esse dimensionamento.

Já as portas de vidro localizadas em área de circulação devem possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, sendo recomendada a aplicação de 3 diferentes faixas contínuas, postas em alturas diferentes, com dimensão mínima de 50 mm de largura cada uma.

Para serem abertas, as portas acessíveis devem fazer isso com um único movimento, assim como também, devem possuir maçanetas do tipo alavanca, a uma altura do piso de 0,80 m a 1,10 m.

O item seguinte dessa segunda categoria, diz respeito a sinalização acessível que, de acordo com a norma da ABNT, deve se fazer presente em diversas partes da edificação, de maneira autoexplicativa, perceptível e legível para todas as pessoas, inclusive às pessoas com deficiência. Em prédios, tais como os de uma biblioteca, os elementos de sinalização essenciais recomendadas na norma são os que contêm informações de banheiros, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga.

Existem símbolos específicos, trazidos na norma, que comunicam a presença de acessibilidade no prédio e nos elementos essenciais acima referidos. Dentre eles está o Símbolo Internacional de Acesso – SAI, que deve estar na entrada do prédio, nas vagas de estacionamento destinadas a idosos e PCDs, sanitários, área de resgate para PCDs, área de embarque e desembarque de PCDs, espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas e, também em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferencial de PCDs. Esse símbolo pode ser representado nas cores branco sobre azul ou branco e preto, ou ainda o inverso, como demonstra a figura a seguir:

**Figura 19:** Símbolo internacional de acesso.



**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 41).

Outros símbolos que representam acessibilidade em elementos de sinalização essenciais trazidos na norma são:

**Figura 20:** Símbolos de acessibilidade em edificação.



**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 44-5).

É válido ressaltar que, o uso de sinalização em Braille não dispensa a utilização da sinalização visual e tátil, como determinado na norma.

A rota acessível é outro elemento fundamental em edificações de uso público acessíveis. A norma define essa rota como: “[...] um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 52). No interior dos prédios, essas rotas podem coincidir com as rotas de fuga e delas, podem fazer parte os corredores, pisos, escadas, elevadores, dentre outros elementos de circulação. Para cumprirem sua função quanto à acessibilidade, essas rotas também necessitam ser natural ou artificialmente bem iluminadas.

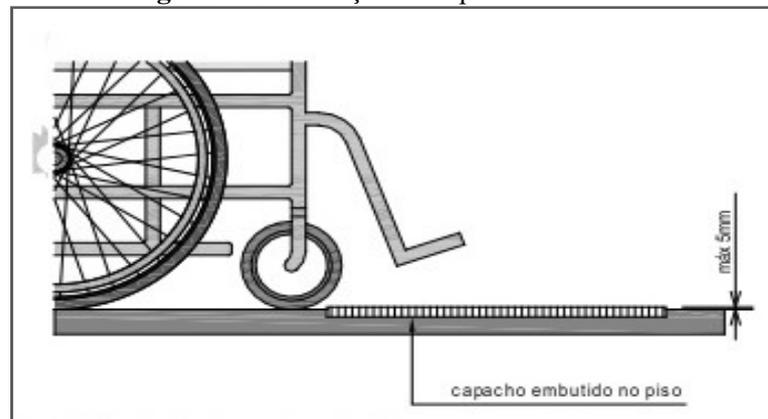
Em relação à cor adotada em paredes e pisos, a norma 9050 não faz menção a essa característica, apenas adverte sobre a importância de se evitar padronagens na superfície do piso, o que pode causar a sensação de insegurança, como o uso de desenhos e cores que causem a impressão de tridimensionalidade. No entanto, na percepção de Giacumuzzi e Moro (2014), faltou à norma advertir que, paredes e pisos claros demais, também podem prejudicar a percepção de pessoas com baixa visão, por exemplo.

A quarta categoria de acessibilidade em edificações como as de bibliotecas, aponta para a necessidade de adaptação dos “pisos, capachos, forrações, carpetes e tapetes”. De acordo com a norma, em relação aos pisos, além da observação feita em relação a evitar tridimensionalidades é dito que, essas superfícies devem ser regulares, firmes e que não causem trepidações para dispositivos com rodas. Assim, devem ser evitados os desníveis no piso de rotas acessíveis, a não ser que esse desnível tenha, no máximo, até 5 mm de altura.

Para as soleiras de portas ou os vãos de passagem com desníveis de até um degrau, deve-se ter em parte de sua extensão, uma rampa de, no mínimo, 0,90 m com barra de apoio em pelo menos em um dos seus lados.

No sentido de manter os pisos sempre nivelados, a norma de acessibilidade também recomenda que, nas rotas acessíveis seja evitado o uso de capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, ou seja, qualquer adereço que possa criar obstáculos no piso. Contudo, quando existirem no prédio, esses adornos devem estar fixados ao piso com firmeza, sem enrugamentos ou qualquer outra alteração que não prejudique o deslocamento das pessoas, podendo ser sobrepostos ou embutidos em desníveis que não excedam os 5 mm, conforme mostra a figura 21:

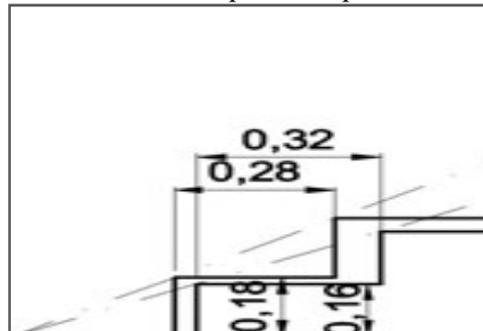
**Figura 21:** Utilização de capacho embutido.



**Fonte:** IMAGENS GOOGLE (2021).

Na quarta categoria de acessibilidade em edifício para bibliotecas estão os “degraus, escadas fixas, rampas e corrimãos”. Os degraus isolados, sendo eles, uma sequência de até 2 degraus, devem possuir sinalização com faixas luminosas em seu piso e espelho. Para serem considerados acessíveis esses degraus também devem conter corrimãos e o dimensionamento dos pisos deve ser entre 0,28 m a 0,32 m e, dos espelhos, entre 16 m a 18 m, como ilustra a figura a seguir:

**Figura 22:** Dimensionamento de pisos e espelhos em degraus isolados.

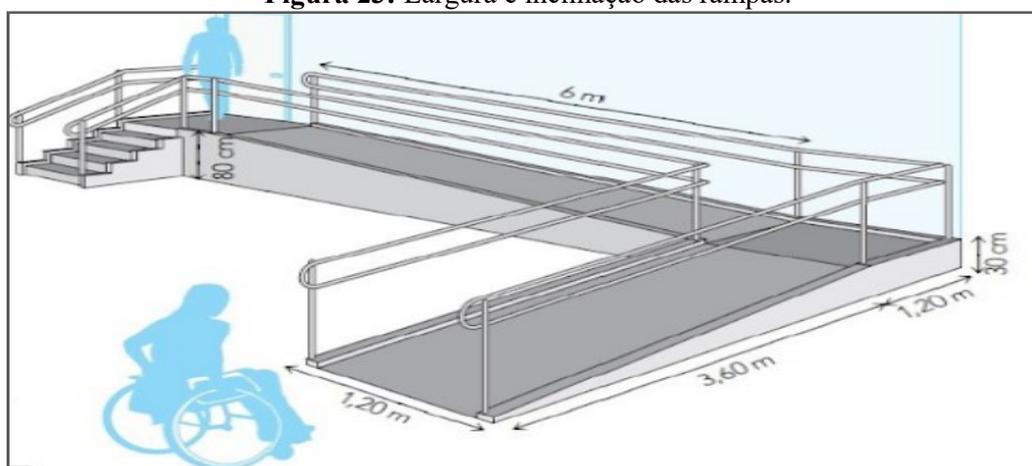


**Fonte:** IMAGENS GOOGLE (2021).

Já nas escadas, compostas pela sequência de 3 ou mais degraus, os requisitos de acessibilidade para os pisos e espelhos são os mesmos dos degraus isolados, acrescentando-se aqui uma largura mínima de 1,20 m. As escadas também devem possuir patamares, ou seja, áreas de descanso, a cada 3,20 m de desnível, ou sempre que a escada mudar de direção.

A respeito das rampas, a norma determina que sua largura deve ser estabelecida levando-se em consideração o fluxo de pessoas na edificação, mas sendo recomendável para as rotas acessíveis rampas com uma largura mínima de 1,50 m e, o admissível de 1,20 m. Sua inclinação deve atender a um cálculo específico óbito a partir da relação entre a altura do desnível e o comprimento da sua projeção horizontal, que pode ser melhor compreendido na figura adiante:

**Figura 23:** Largura e inclinação das rampas.



**Fonte:** IMAGENS GOOGLE (2021).

Os corrimãos são, de acordo com a norma de acessibilidade, um item indispensável às escadas e rampas. Eles devem ser instalados em ambos os lados das escadas e rampas, como é possível observar também na figura acima e, devendo possuir duas barras paralelas, uma a 0,92 m e outra 0,70 m de altura da face superior da barra até a quina do degrau para as escadas e, no caso das rampas, essa distância é medida da face superior da barra até o piso. Nas extremidades do corrimão deve haver um prolongamento de, no mínimo, 0,30 m.

Nos degraus isolados é obrigatória a presença de um corrimão com, no mínimo, 0,30 m de comprimento e a 0,75 m da quina do degrau.

Por fim, na quinta e última categoria de acessibilidade em bibliotecas elencada na pesquisa de Giacumuzzi e Moro (2014), tem-se a adequação dos “corredores e sanitários”.

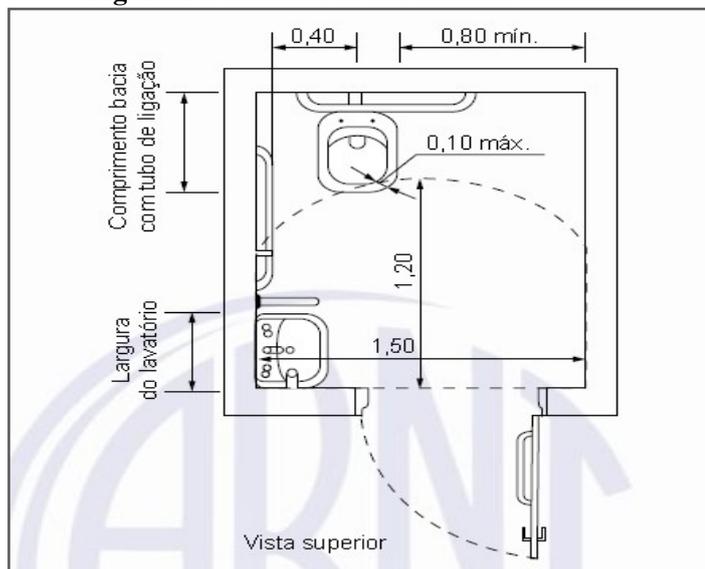
Assim como o recomendado para o dimensionamento das rampas, os corredores também devem ser projetados levando-se em consideração o fluxo de pessoas que a edificação deverá receber e, assim como nas calçadas, deve-se assegurar pelo menos uma

faixa livre de obstáculos e barreiras. Em prédios de uso público, como é o caso das bibliotecas, a indicação é que a largura mínima dos corredores seja de 1,50 m.

Em relação aos sanitários, já que em bibliotecas não é comum existirem banheiros ou vestiários para o público em geral, a norma 9050 determina que, em prédios de uso público, deve existir ao menos um sanitário acessível por pavimento. Esses sanitários devem ficar localizados em rotas acessíveis, a uma distância máxima de 50 m de qualquer ponto do prédio e, próximo a sua circulação principal. Também é importante que o sanitário acessível esteja próximo ou integrado aos demais, nunca isolado, pois isso permite auxílio de pessoas próximas em situações de emergências, mesmo que possuam dispositivos de sinalização de emergência. Mas é válido ressaltar a necessidade que a norma traz para que esses sanitários tenham entradas independentes dos demais, pois caso seja necessário, a pessoa com deficiência pode entrar acompanhada de outra do sexo oposto. A instalação de, pelo menos, uma bacia sanitária infantil é indicada, pensando-se na necessidade pessoas com baixa estatura.

Já as dimensões mínimas de um sanitário acessível são didaticamente apresentadas na figura 24:

**Figura 24:** Medidas de um sanitário acessível.



**Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2020, p. 44-5).

Outras dimensões do sanitário acessível, não apresentadas na figura acima são:

- As barras de apoio: devem se instaladas a uma distância mínima de 40 mm entre a parede e sua face interna. O comprimento e a altura de sua instalação são determinados pela função em que será utilizada;

- As bacias sanitárias: devem ficar a uma altura do piso entre 0,43 m e 0,45m, desconsiderado a altura do assento, o qual só deve acrescentar a altura final de 0,01 a 0,03 cm;
- Válvula de descarga: se instaladas na parede ou em caixa acoplada devem estar a uma altura de até 1,00 m do piso;
- Lavatórios: devem permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas e, no mínimo, um dos lavatórios de ser equipado com torneira de acionamento por alavanca, sensor elétrico ou equivalente;
- Papeleiras: instaladas sempre acima de 1,00 m do piso e, de modo que, não atrapalhe o acesso à barra de apoio;
- Espelhos: devem ser instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso.

É importante destacar que, os elementos acima detalhados da norma 9050 são os principais, ou mais comuns, que podem ser encontrados nos prédios de bibliotecas. Outros, dos vários itens tratados na norma de acessibilidade não foram analisados, pois baseando-se na pesquisa de campo realizada por Giacumuzzi e Moro (2014), não são tão comuns assim nesse tipo de unidade, ou ainda, não são abordados pela norma de acessibilidade, como é o caso dos elevadores e plataformas elevatórias, que possuem norma própria.

Contudo, a preocupação com a acessibilidade em bibliotecas universitárias não pode se revelar apenas em relação a sua estrutura ou mobiliário, pois como se viu no início desse referencial teórico, a acessibilidade se manifesta em diferentes lugares e de diferentes formas, para além das questões arquitetônicas. Assim, nas bibliotecas, isso não poderia ser diferente e a acessibilidade também deve estar presente em ferramentas trazidas pelas novas tecnologias, como é o caso das bibliotecas digitais, dos portais de pesquisa, das bases de dados, das redes sociais e dos *sites* oferecidos que oferecem os serviços bibliotecários por meio da internet.

É preciso também refletir, se as ferramentas tecnológicas utilizadas pelas bibliotecas também têm criado barreiras, agora comunicacionais, as pessoas com deficiência e, como é possível promover serviços cada vez mais acessíveis e de qualidade também na *web*. A esse respeito Rossi (2012) afirma que, os serviços prestados por bibliotecas universitárias, por exemplo, devem ser continuamente atualizados, de forma que sempre, acompanhem as tendências e discussões que propiciam inovação em serviços de biblioteca.

Como se viu anteriormente nesse trabalho, a necessidade de promoção de serviços inovadores em bibliotecas universitárias é citada nos indicadores 9 e 10 do eixo 5, sobre infraestrutura, do “Instrumento de Avaliação Institucional Externa” do MEC, que verifica se a biblioteca universitária:

[...] disponibiliza **recursos** comprovadamente **inovadores**. (indicador 5.9).

[...] a existência de **dispositivos inovadores** (indicador 5.10) (BRASIL, 2017, p. 28-9, grifo nosso).

Pode-se dizer que, a oferta dos serviços online por parte das bibliotecas universitárias é uma das principais manifestações do seu investimento em inovação. Esses recursos inovadores, por sua vez, também devem atender-se as determinações que dizem respeito à acessibilidade no meio digital, ou seja, a acessibilidade comunicacional.

As bibliotecas virtuais são uma dos principais e mais difundidas manifestações dessa inovação nas bibliotecas universitárias, cujo objetivo não é o de substituição dos acervos físicos, mas sim, complementá-los e ampliar a oferta e o alcance da informação. Assim, tem-se que, com relação os acervos físicos e, também em relação os virtuais, já existe expressa preocupação com sua oferta de forma acessível. Pois, na aludida Norma 9050 da ABNT que, apesar de ter suas preocupações voltadas principalmente à acessibilidade arquitetônica, cuidou de fazer recomendações sobre os acervos das bibliotecas, inclusive os disponíveis por meio da internet, orientando que: “[...] devem garantir recursos audiovisuais, **publicações em texto digital acessível** e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica [...]. Recomenda-se que possuam também publicações em Braille” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 136, grifo nosso).

A preocupação com a acessibilidade em acervos de bibliotecas no formato digital também é expressa em outro documento anteriormente referido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei federal que, sobre o livro digital, sobretudo, nas instâncias públicas, nos diz que:

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras [...] (BRASIL, 2015, *online*).

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, promulgado pela Lei Nº 13.005, de 2014, também relaciona a aquisição de matérias bibliográficas em formato digital acessível como uma de suas estratégias, como se ver adiante:

[...] Estratégia 12.10) assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

[...] Estratégia 12.15) institucionalizar programa de composição de **acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais** para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

[...] Estratégia 14.7) manter e expandir programa de **acervo digital de referências bibliográficas** para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência (BRASIL, 2014, *online*, grifo nosso).

Nesse sentido, cabe aos gestores de bibliotecas universitárias ficarem atentos a essas determinações normativas, quando também na aquisição de seus acervos *online*, procurando conhecer os recursos acessíveis e sua adequação aos parâmetros formalmente estabelecidos para esse meio, como é o caso das “Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web 2.1*”, do consórcio internacional *World Wide Web Consortium - W3C*, conforme já analisado no referencial teórico desse trabalho.

Dessa forma, é preciso que além de conhecer a norma de acessibilidade arquitetônica gestores e outros profissionais que trabalham nas bibliotecas universitárias, também conheçam as diretrizes de acessibilidade para a internet, onde outra parte importante dos seus serviços também passou a ser ofertada. Faltaria então, que aos documentos que orientam as avaliações do MEC, passem a incluir expressamente a necessidade de verificação da acessibilidade nos acervos *online*, assim como nos *sites* e outras plataformas digitais utilizadas pelas bibliotecas universitárias. São exatamente essas questões que serão apresentadas e discutidas na próxima sessão dessa pesquisa, onde serão analisadas, dentre outros aspectos, as questões de acessibilidade arquitetônica e, também comunicacional, nos meios digitais, de bibliotecas universitárias de uma instituição pública federal de ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, de acordo com a metodologia adotada na pesquisa e detalhada na seção do “Percurso Metodológico”, utilizando-se da análise de conteúdo com base em Bardin (2016), é apresentada em um primeiro momento, uma análise dos documentos orientadores de acessibilidade no processo de avaliação das IES dentro do contexto do SINAES e, em seguida, a produção da UFPB em relação à política de acessibilidade, dentro do seu PDI e de outros documentos norteadores dessa política na conjuntura local, sobretudo, os produzidos pelo seu Comitê de Inclusão e Acessibilidade. No segundo momento, são analisados os conteúdos dos dados coletados por meio do processo de observação direta junto às bibliotecas estudadas, verificando-se os itens de acessibilidade arquitetônica e, também de acessibilidade comunicacional, com base nas normas e diretrizes nacionais e internacionais anteriormente apresentadas.

### 4.1 ACESSIBILIDADE A PARTIR DE DOCUMENTOS ORIENTADORES DO SINAES

Como se viu na seção do referencial teórico deste trabalho, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES é orientado por uma série de documentos que direcionam a sua atuação nas ações de verificação da qualidade desse ensino no país. Assim, observando os objetivos dessa pesquisa de análise da acessibilidade no contexto de avaliação das IES e, levando em consideração a ordem cronológica de publicação desses documentos, tem-se que um dos principais instrumentos nesse sentido é o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade”, divulgado no ano de 2016. O documento supramencionado, como já foi visto na fundamentação teórica, visa qualificar os avaliadores *in loco* e instruir as instituições de ensino superior sobre as questões de acessibilidade.

Para isso, esse documento trás em seu início, um estudo sobre as características da acessibilidade, necessárias para atender os estudantes da educação especial nas instituições de educação superior, iniciando essa análise a partir dos pressupostos normativos da educação especial na educação superior, como a Constituição Federal, a LDB e outras legislações, hora também já apresentadas nesse trabalho e que, ao longo dos tempos foram rompendo com a visão clínica e assistencialista que era atribuída a deficiência no país e que se refletiam diretamente na educação ofertada a esse público. Em seguida, o instrumento define as especificidades do público alvo da educação especial, para logo adiante, tratar dos diferentes

tipos de acessibilidade e, na sequência apresenta algumas estratégias de acessibilidade na educação superior, conforme também já discutidos nessa pesquisa. Por fim, nessa parte inicial do documento orientador de acessibilidade, a fim de ilustrar a situação da acessibilidade no universo da educação superior, são apresentados os resultados de duas pesquisas sobre o tema, sendo a primeira, no contexto dos programas de pós-graduação e a segunda, analisando a temática da acessibilidade na educação superior a partir de artigos publicados em periódicos científicos.

Contextualizadas as questões de acessibilidade para a educação superior, ou seja, seu estado da arte, o documento orientador do INEP/MEC segue apresentando as metas da educação e avaliação institucional, partindo do prisma da inclusão no ensino superior, que tem como principal base o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2014-2024.

Após apresentar orientações de caráter geral e basilares para compreensão da acessibilidade, o documento norteador passa a trazer orientações sobre a prática da acessibilidade dentro do processo de avaliação externa dessas instituições de ensino superior cujo foco, de acordo com o próprio documento é de que: “[...] a promoção da acessibilidade deve resultar na garantia de condições de permanência dos estudantes da educação especial na educação superior, adequando o contexto institucional às especificidades do alunado que demanda tais recursos e serviços” (BRASIL, 2016, *online*).

Dessa maneira, para averiguação *in loco* da estrutura das IES, o instrumento de avaliação deve buscar identificar a adequação das condições de acessibilidade. Para isso, os pontos que devem ser identificados partem de uma leitura sobre o que pedem os indicadores do SINAES, atentando-se também para os requisitos legais de acessibilidade, conforme sintetiza o quadro adiante:

**Quadro 3:** Recomendações para verificação da acessibilidade na avaliação externa das IES.

<b>Temas</b>	<b>Recomendações de acessibilidade</b>
<b>Autoavaliação institucional</b>	Garantir a participação efetiva no processo de autoavaliação de estudantes e/ou colaboradores com deficiência; Acessibilidade comunicacional que garanta a divulgação dos processos avaliativos para todos.
<b>Desenvolvimento institucional/Coerência entre o PDI e as ações institucionais</b>	Garantir que a acessibilidade faça parte da realidade institucional, prevendo-a no PDI.
<b>Políticas de Ensino e ações acadêmico-administrativas</b>	Adaptação de processo seletivo, currículo, metodologia de ensino, processos avaliativos e oferta de tecnologia assistiva; Promover a educação continuada das pessoas com deficiência, após a conclusão da graduação; Promover projetos de pesquisa e extensão favoráveis à temática da inclusão e acessibilidade na IES e na comunidade.
<b>Comunicação da IES</b>	Comunicar as políticas de acessibilidade e permanência ao público externo, que forma a contribuir na seleção da IES pelo

	candidato que procure por uma educação inclusiva; Informações de interesse devem ser comunicadas de forma acessível para toda a comunidade acadêmica.
<b>Atendimento aos estudantes</b>	Criar programas formais de atendimento aos estudantes com deficiência, evitando que recorram à atuação informal e não especializada.
<b>Política e ações de acompanhamento dos egressos</b>	Identificar o número de pessoas com deficiência egressas de seus cursos; Verificar a atuação desses egressos no ambiente socioeconômico.
<b>Inovação tecnológica e propriedade intelectual</b>	Averiguar se a IES tem empreendido ações para o desenvolvimento de tecnologias assistivas.
<b>Política de formação e capacitação docente</b>	Realizar programas de formação para os docentes sobre acessibilidade e permanência, promovendo a acessibilidade pedagógica e atitudinal.
<b>Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo</b>	Realizar programas de formação para os servidores técnico-administrativos que promovam a acessibilidade arquitetônica e atitudinal.
<b>Gestão institucional</b>	Permitir a participação do aluno com deficiência no desenvolvimento das políticas de gestão que interfiram em sua vida, de forma que, a gestão possa de apropriar dos seus conhecimentos sobre acessibilidade e adequação as suas necessidades educacionais.
<b>Instalações administrativas</b>	Verificar nas instalações físicas, primordialmente, a acessibilidade arquitetônica; Conferir os outros tipos de acessibilidade nos indicadores relativos aos serviços.

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Brasil, 2016, p. 67-740).

Lançados os pressupostos para averiguação da acessibilidade nos processos avaliativos das IES, a partir do referido Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* foi editada no ano seguinte, em 2017, uma nova versão para o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento” que, dentre os diversos documentos orientadores existentes no SINAES, foi escolhido nessa pesquisa, por se o único a abordar a verificação da infraestrutura das bibliotecas universitárias e, por isso, as questões de acessibilidade estrutural a elas relacionadas.

No citado instrumento de avaliação, se faz presente um glossário, onde são definidos os termos de maior relevância para melhor compreensão do documento e do processo avaliativo em si. Dentre os termos definidos está o conceito de acessibilidade, onde diz que, ela deve trazer:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I) (BRASIL, 2017, 34).

No caso desse termo é possível identificar que, o instrumento se apropriou da definição de acessibilidade dada pela Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, tendo em vista que, todos os instrumentos avaliativos do SINAES têm entre suas bases, seguir a legislação brasileira vigente sobre o tema. Outro conceito importante, o de acessibilidade digital, também é dado pelo próprio instrumento, da seguinte forma: “Uso de tecnologias que tornem a comunicação e o conteúdo virtual (ambientes de aprendizagem, ferramentas, correio eletrônico, fóruns de discussão, páginas *web*) acessíveis aos indivíduos que necessitem de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida” (BRASIL, 2017, 34).

A partir do entendimento desses termos, a acessibilidade passa então é ser pontuada no instrumento de avaliação a partir do seu terceiro eixo, dentre os 5 abordados pelo documento. Assim, a temática da acessibilidade se apresenta no instrumento avaliativo conforme compendiado no quadro a seguir:

**Quadro 4:** Acessibilidade no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento.

<b>Eixos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Critérios a serem analisados quanto à acessibilidade</b>
<b>3 – Políticas acadêmicas</b>	3.11 Política de atendimento aos discentes.	Se a política de atendimento aos discentes contempla programas de acessibilidade.
<b>4 – Políticas de gestão</b>	4.6 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático.	Se o sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional
<b>5 – Infraestrutura</b>	5.1 Instalações administrativas; 5.2 Salas de aula; 5.3 Auditório; 5.4 Sala de professores; 5.5 Espaços para atendimento aos discentes; 5.6 Espaços de convivência e de alimentação; 5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; 5.9 Bibliotecas: infraestrutura; 5.11 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; 5.12 Instalações sanitárias; 5.13 Estrutura dos polos EAD.	Se a estrutura desses espaços atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade. Obs.: nas salas de apoio a informática, a acessibilidade deve incluir recursos tecnológicos transformadores.
	5.17 Recursos de tecnologias de informação e comunicação.	Se esses recursos garantem a acessibilidade comunicacional.

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Brasil, 2017, p. 20-32).

Verificando-se então, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento é notório o quanto a acessibilidade se faz presente no documento, se tornando um item de averiguação fundamental do processo de avaliação *in loco*.

Outro ponto a ser considerado na verificação dos documentos norteadores acima mencionados, tanto no Documento Orientador, quanto no Instrumento de Avaliação, é a referência que eles fazem a relação que deve haver entre os planos de gestão e as políticas de acessibilidade, como a necessidade de previsão dessa política nos Planos de Desenvolvimento Institucionais – PDIs da IES, tendo em vista que, esses são os principais documentos garantidores para que essas políticas possam ser implantadas internamente, assim como previsto no próprio documento orientador, que sobre as políticas internas de acessibilidade complementa: “[...] cada IES implica uma abordagem que será dimensionada pela sua realidade em coerência com o pressuposto em seu PDI, demais documentos institucionais e no Formulário Eletrônico por ela preenchido” (BRASIL, 2016, p. 67).

Nesse sentido, no item a seguir, será verificado como o PDI em curso na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, nosso campo de pesquisa, tem abordado a questão da acessibilidade em sua política institucional interna.

#### 4.2 ACESSIBILIDADE A PARTIR DE DOCUMENTOS NORTEADORES NA UFPB

As bases para criação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB foram lançadas no ano de 1955, por meio de lei estadual, que reuniu algumas escolas superiores existentes no Estado, junção essa sob o nome de Universidade da Paraíba. Sua federalização se deu poucos anos depois, por meio da Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, onde passou a assumir uma estrutura multicampi, com composições universitárias nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Tempos depois, essas estruturas se expandem também para as cidades de Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Contudo, em 2002, há um desmembramento dessa estrutura multicampi, com a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, com sede na cidade que lhe nomeia e campi em Cajazeiras, Patos e Sousa. A UFPB fica então, com seu campus sede em João Pessoa e unidades em Areia e Bananeiras e, em 2006, ganha um novo campus, no Litoral Norte do Estado, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, sendo essa a sua composição atual (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019, p. 6).

De acordo com dados atualizados em 2018, a UFPB possui atualmente, em seus 4 campi, uma estrutura que conta com 128 cursos de graduação, 116 cursos de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados) e ainda 2 escolas de ensino técnico-profissionalizante, que atendem a um total de mais de 37 mil alunos matriculados (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019, p. 9).

Para direcionar as atividades da UFPB, um dos documentos de maior relevância é o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja última versão publicada abarca o quinquênio de 2019 a 2023 e, onde o objetivo central é definido da seguinte forma:

Com base nos desafios e necessidades identificados a partir de um diagnóstico construído com a participação dos gestores e representantes da administração superior e setorial, foram definidos os objetivos, as metas e as políticas institucionais para o quinquênio 2019-2023, que permitem vislumbrar e definir diretrizes que sejam capazes de assegurar a consolidação da instituição no que diz respeito à qualidade das atividades gerenciais e dos seus processos formativos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019, p. 1).

Dessa maneira, centrada nesses objetivos, sobretudo, em relação à busca pela qualidade de suas atividades e processos formais, a instituição não poderia deixar de contemplar em seu planejamento as questões de inclusão e, por sua vez, de acessibilidade. Para isso, destina um dos capítulos do plano a apresentar suas diretrizes para a promoção da acessibilidade, além de tratar sobre o tema em diferentes outras seções do documento, como se verá adiante.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos planos de acessibilidade da UFPB para o quinquênio 2019-2023, conforme apresentado em seu PDI:

**Quadro 5:** Acessibilidade no PDI/UFPB, quinquênio 2019-2023.

<b>Capítulo</b>	<b>Diretrizes quanto à acessibilidade</b>
<b>5 Planejamento estratégico</b>	Alterações na infraestrutura física para atender aos requisitos legais de acessibilidade; Gerenciamento dos recursos para fortalecer os programas de acessibilidade de modo a estimular a permanência, a inclusão social e a formação acadêmica; Execução de 100% das metas de infraestrutura do Plano Anual Acessibilidade.
<b>6 Projeto Pedagógico Institucional</b>	Inclusão de novos materiais didáticos acessíveis nas estratégias pedagógicas de educação à distância.
<b>11 Políticas de Gestão</b>	Mobilidade urbana e acessibilidade como diretriz na política de gestão da infraestrutura; Promover a acessibilidade nas obras e materiais didáticos publicados pela instituição.
<b>13 Política para a transparência</b>	Acessibilidade como princípio norteador para acesso às informações divulgadas pela instituição.
<b>15 Plano de inclusão social e promoção da acessibilidade</b>	Ampliação das ações promovidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade.
<b>17 Infraestrutura física e instalações acadêmica</b>	Enfatiza as ações realizadas pela Seção de Inclusão de Usuários com Necessidades Especiais da Biblioteca Central e o investimento em bases digitais compatíveis com tecnologias assistivas.
<b>18 Ensino a distância</b>	Os polos de educação à distância devem possuir banheiros acessíveis.

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Universidade Federal da Paraíba, 2019, pgs. 16-135).

No PDI, também é válido destacar outra informação de especial relevância para essa pesquisa, pois apresenta nos apêndices do documento informações referentes aos anos de exercício do PDI anterior, incluindo dados sobre a situação de à acessibilidade nas bibliotecas da instituição, dentre elas, as 3 unidades abarcadas nesse estudo, que em relação as suas condições de acessibilidade são classificadas como:

**Figura 25:** Recorte do PDI sobre condições de acessibilidade nas bibliotecas da UFPB.

**Apêndice G – Estrutura e serviços oferecidos pelo sistema de bibliotecas da UFPB.**

Unidade	Horário de funcionamento	Número de Assentos	Média de Empréstimo + Renovações / mês	Computadores disponíveis aos usuários	Possui WI-FI	Oferece condições de acessibilidade	Possui banheiros para os usuários	Acesso ao uso das bases assinadas	Possui capacidade de expansão
BC	Seg. a Sex. 7h30 às 22h Sáb. 8h às 12h	226	3.773	7	SIM	SIM	SIM	Ebook Central Total de	SIM
CCEN	Seg a Qui. 7h30 às 20h Sex 7h30 às 19h	40	805	3	SIM	SIM	SIM		SIM
OCSA	7h30 às 21h30	51	1.102	2	SIM	NÃO	NÃO		SIM

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Universidade Federal da Paraíba, 2019, p. 188).

Contudo, cabe ressaltar que, não são apontados no documento os critérios ou as tipologias analisadas para se apontar a existência, ou não, das condições de acessibilidade nessas bibliotecas, mas é válido pontuar a existência de uma classificação de acessibilidade em um documento oficial da instituição para as unidades escolhidas como nosso campo de pesquisa, cuja realidade verificada *in loco* e que a seguir será apresentada, pode refutar ou não as informações do PDI.

Como é possível perceber a partir da análise do PDI, as ações de acessibilidade na UFPB estão distribuídas em diferentes eixos de atuação plano institucional abarcando inclusive, atos que envolvem diferentes tipologias de acessibilidade, embora, na maioria dos casos, ainda estejam bastante focadas nas questões estruturais, de acessibilidade arquitetônica.

Destarte, o capítulo 15 do PDI, como mencionado no quadro acima, faz especial menção à questão da acessibilidade, pois trata do seu “Plano de inclusão social e promoção da acessibilidade” e, que têm como seu principal pilar as ações desenvolvidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA.

Assim, dentro desse contexto, passa-se a destacar a atuação do CIA, sendo ele uma assessoria especial vinculada ao Gabinete da Reitoria da UFPB, criado em novembro de 2013, por meio da Resolução CONSUNI nº 34/2013. O Comitê tem o papel de estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade na instituição, buscando oferecer apoio a alunos e servidores com deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA,

2021, p. 5). O comitê é composto por uma coordenação, vice-coordenação e um colegiado constituído por 22 representantes de diferentes seguimentos da comunidade universitária, que organizam suas atividades e atuação através do Programa Estudante Apoiador, do Laboratório de Acessibilidade – LACESSE (Departamento de Arquitetura e Urbanismo), do Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva – LAVITA (Departamento de Terapia Ocupacional), do Setor de Tradução e Interpretação de Libras/ Português, Seção de Inclusão de Usuários com Deficiência – SIUD (Biblioteca Central), do Núcleo de Educação Especial – NEDESP (Centro de Educação) e dos Grupos de Trabalho focados em: acessibilidade pedagógica, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional e acessibilidade atitudinal.

Nesse sentido, partindo da estrutura e da atuação do CIA, o PDI para o quinquênio 2019-2023 apresenta as diretrizes que devem ser adotadas pela Política de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade, conforme demonstrado no quadro a seguir:

**Quadro 6:** Diretrizes da Política de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade no PDI/UFPB, quinquênio 2019-2023.

<b>Diretrizes</b>
Acompanhamento e avaliação do ingresso, do acesso, da permanência e do processo de aprendizagem de estudantes com deficiências.
Fortalecimento da articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para aprimorar as práticas inclusivas intra e extra universidade.
Desenvolvimento de ações para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.
Estímulo à criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar.
Investimento em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque na conscientização do direito de ir e vir de todas as pessoas.
Fortalecimento de parceria com a Pró-Reitoria de Assistência de Promoção ao Estudante, para manutenção do Programa de Estudante Apoiador.
Incentivo à inclusão em conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com deficiência.
Adoção de práticas pedagógicas inclusivas, ofertando orientação e formação continuada aos professores.
Incentivo à participação dos estudantes com deficiência nas diversas instâncias de atuação da comunidade acadêmica.

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Universidade Federal da Paraíba, 2019, p. 118).

Com vistas a divulgar e expandir o desenvolvimento dessas diretrizes, o CIA publica cartilhas e manuais com a apresentação de seus serviços e, também alguns relatórios de sua atuação. Assim, no seu último relatório de dados estatísticos, intitulado “CIA em números: 2017-2020”, publicado em 2020, foram identificados, a partir de dados coletados nos sistemas SIGAA e SIPAC da UFPB, o significativo número de 4.670 alunos ativos que declararam

possui alguma deficiência e/ ou necessidade educacional específica, no período de 2017 a 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020, p. 3). No entanto, o relatório não apresenta os números referentes a servidores técnicos e docentes com deficiência.

Outros documentos de especial importância para o contexto específico dessa pesquisa são aqueles produzidos pelos Grupos de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônica e Acessibilidade Comunicacional do CIA, tipologias objetos do nosso estudo.

De acordo com a Resolução CONSUNI n.º 09/16, que institui o Regimento Interno do CIA, sobre o Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônica, diz que dentre suas competências está: “[...] Art. 10, IV - Desenvolver pesquisas e projetos a fim de solucionar problemas arquitetônicos e de design, tendo em vista a melhoria das condições de inclusão e acessibilidade dos campi da UFPB” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2016, p. 5). Sendo assim, tem-se como principais publicações de orientação à acessibilidade arquitetônica produzidas por esse GT: o “Catálogo de produtos arquitetônicos para promoção de acessibilidade espacial 2020”, que está em sua 4ª edição e, é produzido em parceria com o LACESSE; o “Informativo de apoio aos alunos com baixa visão”, de 2019; o “Informativo Acessibilidade no ambiente construído na UFPB”, de 2019; o “Laudo Técnico de Acessibilidade Espacial para o Centro de Educação da UFPB”, de 2019.

Cabe aqui ressaltar que, a maioria das publicações referentes à produção do GT de Acessibilidade Arquitetônica não estão disponíveis no site do CIA e sim, do LACESSE, o que não facilita a localização de tão relevantes informações aos interessados.

Já em relação ao Grupo de Trabalho de Acessibilidade Comunicacional, a mesma Resolução CONSUNI 09/16, diz que a ele também compete: “[...] Art. 9, V - Contribuir para tornar acessíveis os sistemas de informação e comunicação na UFPB” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2013, p. 5). O trabalho desse GT destaca-se pela produção de conteúdo e gerenciamento do site ([ufpb.br/cia](http://ufpb.br/cia)) e das redes sociais do comitê (Facebook: [@cia-ufpb/](https://www.facebook.com/cia-ufpb/) Instagram: [@ciaufpb](https://www.instagram.com/ciaufpb/)) e pela instalação de programas assistivos para pessoas com deficiência visual em computadores de uso comum na universidade, como é o caso dos terminais de consulta das Biblioteca Central e setoriais e dos laboratórios de informática. Entretanto, não se localizou nenhuma publicação com orientações sobre acessibilidade comunicacional, a fim de tornar acessível o fluxo de informação e comunicação em outros setores da universidade.

Outro ponto que merece ser enfatizado é que, além das resoluções que o criaram o CIA, e a que instituiu seu regimento interno, não foram localizados no site do CIA e nas resoluções publicadas pelos conselhos superiores, nenhum outro documento de caráter

normativo com a finalidade de trazer direcionamentos oficiais a respeito da temática da acessibilidade que possam ser aplicados em toda a UFPB. Certamente, ainda careça ao comitê e outros setores competentes da universidade, como os seus conselhos superiores, a elaboração dessas normativas e também de outras diretrizes técnicas, de maneira a melhor difundir e orientar as políticas de promoção à acessibilidade dentro da instituição.

Nesse sentido, levando-se em consideração os direcionamentos traçados pelas diretrizes de acessibilidade presentes nos processos avaliativos do SINAES, os anseios de planejamento em relação a esse tema presentes no último PDI da UFPB e, também, ciente da carência de normativas internas na instituição que possam direcionar as ações específicas de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, o próximo item dessa análise e discussão dos resultados, busca revelar a realidade observada a partir de 3 bibliotecas dessa universidade, de forma, a produzir um recorte sobre as condições de acessibilidade nesse tipo de unidade de informação da Universidade Federal da Paraíba, com a finalidade de propor as melhorias que se fizerem necessárias.

#### 4.3 ACESSIBILIDADE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DIRETA EM BIBLIOTECAS DA UFPB

Para o processo de coleta de dados por meio da observação direta e realizada junto a Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais do CCEN e do CCSA da UFPB, são utilizadas as fichas de identificação dos itens de acessibilidade. Assim, para se identificar a existência de todos os itens de acessibilidade arquitetônica que devem se fazer presentes em uma biblioteca universitária, foram construídos quadros com esses itens e suas respectivas recomendações a partir da NBR 9050/20. Do mesmo modo, para localizar a presença da acessibilidade comunicacional, construiu-se outra ficha de identificação a partir dos itens a serem analisados e das diretrizes centrais de acessibilidade para *web* do consórcio internacional WC3.

### 4.3.1 Acessibilidade arquitetônica em bibliotecas da UFPB

Como já fora mencionado na seção de percurso metodológico deste trabalho, partindo das orientações da NBR 9050/2020, que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, se analisou adiante as condições de acessibilidade arquitetônica nos prédios das Bibliotecas Central e setoriais do CCSA e do CCEN, no campus I da UFPB, com base em 19 itens trazidos pela referida norma e que podem ser encontrados nas estruturas físicas de bibliotecas universitárias, com vistas ao que recomenda o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade” do MEC que, em relação às instalações administrativas, orienta os avaliadores a verificação das instalações físicas, primordialmente, a acessibilidade arquitetônica (BRASIL, 2016), bem como, ao item 5.9 do “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento”, que trata da avaliação da infraestrutura da biblioteca universitária (BRASIL, 2017).

Como citado por Freitas (2020, *online*), a acessibilidade arquitetônica consiste em “promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações e equipamentos urbanos”. A já mencionada norma 9050/20 complementa que, podem ser definidas como acessíveis para fins arquitetônicos, aquelas áreas cujas características possam ser alteradas para que se tornem acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020). Nesse sentido, a norma 9050/20 trás em seu item 10.16 algumas diretrizes específicas às quais devem se atentar as bibliotecas do país em termos de sua estrutura física, mobiliário e equipamentos, contudo, os prédios de bibliotecas contemplam bem mais do que os elementos trazidos nesse item específico da norma. Dessa maneira, seguiu-se também as orientações de Giacumuzzi e Moro (2014), que trazem com maior completude, outras características recomendadas na norma de acessibilidade e presentes nos edifícios das bibliotecas.

Assim, para direcionar nossa análise foram criadas as fichas de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitários, quadros que buscam organizar e distribuir visualmente os objetos analisados, os critérios dessa análise e a adequação, ou não, a cada um desses critérios trazidos pela norma 9050/20.

Para facilitar a visualização e compreensão dos itens analisados, eles são identificados da seguinte forma:

Atende | Em verde, o item analisado cumprir a contendo todas as orientações na

norma 9050/2020.

**Não atende**

Em vermelho, o item avaliado não cumprir com precisão as orientações da norma 9050/2020.

Sendo assim, a análise dos dados coletados por meio da observação direta, se debruça agora sobre as questões de acessibilidade arquitetônica identificadas nos prédios das bibliotecas do nosso estudo, conforme demonstram os quadros adiante:

**Quadro 7: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: BALCÕES DE ATENDIMENTO</b>						
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Fácil localização e em rota acessível.	Espaço livre para aproximação frontal (0,80 m x 1,20 m no piso).	Iluminação para visualização da face do atendente.	Largura mínima de 0,90 m e uma altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m.	Largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.	Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade de livre mínima de 0,30 m.
Dados identificados (BC - UFPB):	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende
Dados identificados (BS - CCSA):	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende
Dados identificados (BS - CCEN):	Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na Biblioteca Central, existem 3 balcões destinados exclusivamente para o atendimento dos usuários, um em cada pavimento do prédio onde estão distribuídos os acervos. Contudo, o balcão de atendimento do pavimento térreo, não atende as exigências da norma no quesito de profundidade livre mínima de 0,30 m, uma vez que, esse balcão construído em alvenaria tem profundidade livre de apenas 0,02 m. Já os outros dois balcões foram recentemente construídos, dentro das atualizações pelas quais está passando o prédio dessa biblioteca, atualmente em reforma. No entanto, foi identificado que a largura livre sob a superfície dos novos balcões está inadequada, pois não atinge a recomendação mínima de 0,80 m, chegando a 0,77 m.

A Biblioteca Setorial do CCSA possui apenas um balcão de atendimento, que não atende a norma por sua profundidade livre que é de apenas 0,10 m. Essa profundidade é fundamental para que uma pessoa em cadeira de rodas possa se aproximar adequadamente desse mobiliário.

Já na Biblioteca Setorial do CCEN, que possui 2 balcões de atendimento, foi identificado que ambos estão fora das recomendações normativas pela altura dos balcões em relação ao piso, com 0,90 m e 0,92, o que ultrapassa a altura indicada. Também não atendem a largura livre sob a superfície, ficando com 0,40 m e 0,39 m e também não acatam a profundidade livre mínima, estando com apenas 0,04 m e 0,02 m quando deveria ser de, no mínimo, 0,30 m.

**Quadro 8: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: BALCÕES DE INFORMAÇÃO/ REFERÊNCIA</b>					
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Próximo à entrada, de fácil identificação e em trajeto acessível.	Boa iluminação, que permita ver a face do atendente.	Deve evitar telas e grades.	Largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,90 m a 1,05 m.	Permitir que pessoas em cadeira de rodas possam se aproximar lateralmente e rotacionar a cadeira em até 180°
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Não atende	Atende
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Quanto aos balcões de informação, também chamados na Biblioteconomia, de balcões de referência, na Biblioteca Central foi identificado apenas um balcão, que não atende a recomendação da norma de acessibilidade, pois tem altura em relação ao piso de 1,10 m, maior que a recomendada.

Nas bibliotecas setoriais do CCSA e do CCEN os serviços de informação e/ou referência são prestados no mesmo balcão de atendimento, já analisados na ficha de identificação anterior.

**Quadro 9: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

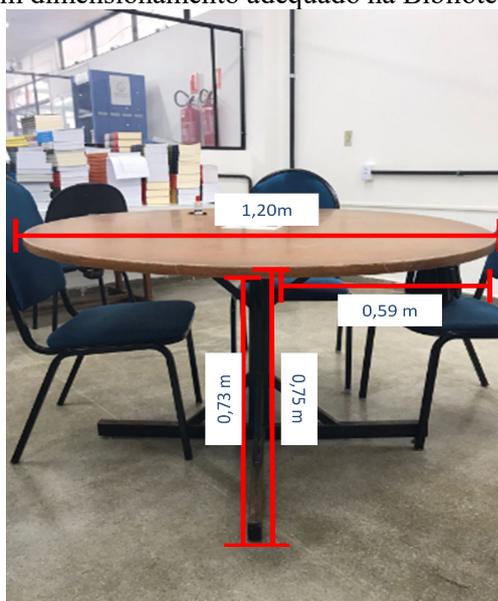
<b>Item: MESAS DE ESTUDO</b>						
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	No mínimo, uma delas seja acessível, ou pelo menos 5% do total e outros 10% adaptáveis.	Fáceis de identificar e dispostas em rota acessível.	Espaço para aproximação frontal de 0,80 m por 1,20 m/ cadeira de rodas possa fazer um giro de 180°.	Tampo com largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m.	Largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.	Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m.
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A Biblioteca Central, que possui um total de 58 mesas de diferentes modelos, não possui esse mobiliário em formato acessível ou adaptável e, identificou-se também, que nenhuma das mesas disponíveis atende as necessidades das pessoas com deficiência, pois o modelo de mesa redondo está a uma altura em relação ao piso de 0,71 m e altura livre do tampo ao piso de 0,69 m, medidas menores que as recomendadas. Da mesma maneira, o modelo de mesa quadrado, não atende as recomendações de largura livre sob a superfície, que é de apenas 0,60 m e, as de altura livre do tampo ao piso e de profundidade livre que são, respectivamente, 0,70 m e 0,44 m, abaixo do indicado.

A Biblioteca Setorial do CCSA, que possui apenas um pavimento, tem 10 mesas em modelo redondo, e todas atendem aos requisitos indicados pela norma, conforme pode ser visualizado na imagem a seguir. Para estudos, a unidade ainda possui mais 6 cabines de leitura, mas o dimensionamento desse tipo de mobiliária não é contemplado na norma de acessibilidade.

**Figura 26:** Mesa com dimensionamento adequado na Biblioteca Setorial do CCSA.



**Fonte:** Capturada pelo autor (2021).

A Biblioteca Setorial do CCEN, por sua vez, também possui mesas em diferentes modelos, somando um total de 23 desses mobiliários, onde 12 mesas no formato redondo atendem a completude das recomendações normativas, um percentual bem maior que os 5% recomendados para serem acessíveis. Contudo, 6 mesas no modelo quadrado com gavetas, não atendem a recomendação da norma no quesito de largura livre sob a superfície, que é de apenas 0,60 m e também, da altura livre do tampo ao piso e da profundidade livre, que são de 0,72 m e 0,44 m, respectivamente. Outras 4 mesas no modelo quadrado sem gavetas, não atendem a indicação da norma no quesito de profundidade livre, que tem apenas 0,43 m. Uma outra mesa, num modelo quadrado maior, também não atende as recomendações da norma pela sua profundidade livre, de apenas 0,40 m. É válido ressaltar que, esse profundidade livre das mesas é imprescindível para o uso adequado do mobiliário por pessoas em cadeiras de rodas.

**Quadro 10: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: POSICIONAMENTO DAS ESTANTES							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m.	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas (1,50 para rotação 360°).					
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende					
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende					
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende					

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

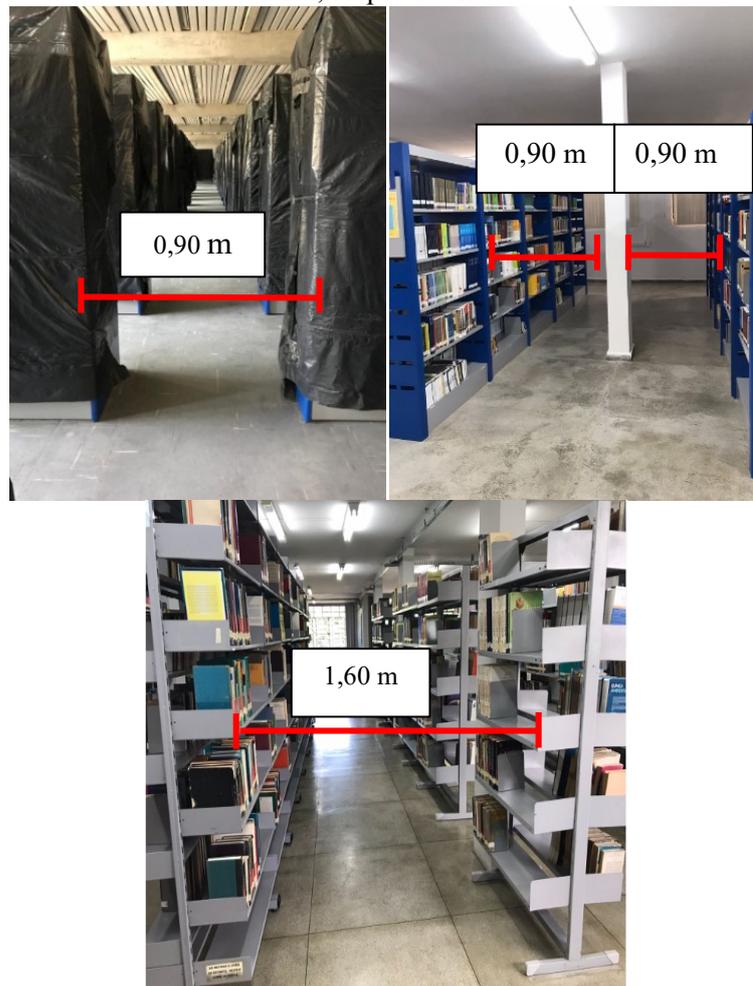
A Biblioteca Central, cujas estantes estão protegidas devido a atual reforma do prédio, demonstrou preocupação com o posicionamento das suas estantes, distribuídas nos acervos dos 3 pavimentos, onde todas atendem a contento as indicações da norma de acessibilidade, com distancias iguais ou maiores que 0.90 m.

A Biblioteca Setorial do CCSA também atende aos requisitos normativos de posicionamento das suas estantes, com corredores entre elas que variam de 0,93 m a 1,31 m.

Na Biblioteca Setorial do CCEN, os requisitos desse item também são atendidos, com corredores entre as estantes que variam de 1,00 m a 1,60 m.

O correto posicionamento das estantes nas 03 bibliotecas pode ser conferido nas imagens adiante:

**Figura 27:** Posicionamento adequado das estantes nas Bibliotecas Central e setoriais do CCSA e CCEN, respectivamente.



Fonte: Capturadas pelo autor (2021).

**Quadro 11:** Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.

Item: TERMINAIS DE CONSULTA						
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Devem representar, no mínimo, 5%, ou no mínimo, outros 10% possam ser adaptados.	Largura mínima de 0,90 m e uma altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m.	Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m.			
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Atende	Não atende			
<b>Dados identificados (BS - CCSA):</b>	Não atende	Não atende	Não atende			
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende			

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na Biblioteca Central, os 03 terminais de consulta aos acervos não atendem as recomendações de altura livre do tampo ao piso e de profundidade livre que são, respectivamente, 0,70 m e 0,44 m, o que fica abaixo do indicado, de 0,73 m e 0,50 m.

A Biblioteca Setorial do CCSA teve identificado apenas 01 terminal de consulta que, não atende as exigências indicadas na norma, pois têm largura de 0,80 m e profundidade livre de 0,37 m, medidas menores que o recomendado.

Com 06 terminais de consulta disponíveis em um grande balcão de granito, a Biblioteca Setorial atende a todos aos requisitos da norma nesse item.

**Quadro 12: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: ENTORNO – CALÇADA</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Possuir uma faixa livre para a circulação de pedestres sem a presença de degraus	Faixa para circulação deve ter uma largura mínima de 1,20 m.	Altura livre na lateral da faixa de circulação de 2,10 m.	Faixa lateral de serviço de no mínimo 0,70 m.			
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende			
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Atende	Atende	Atende			
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não atende	Não atende	Atende			

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

As calçadas que levam ao acesso principal da Biblioteca Central possuem faixas de circulação de até 2,33 m, o que é bem superior aos 1,20 m recomendados. Ainda vale ressaltar que, apesar de não exigidos pela norma como condição mínima para tornar uma calçada acessível, sentiu-se falta da implantação de pisos táteis, que só estão presente em alguns trechos da calçada.

Já a calçada de acesso a Biblioteca Setorial do CCSA, que tem 1,52 m, não atende as indicações da norma de acessibilidade, pois possui um degrau de 0,03 m.

A Biblioteca Setorial do CCEN possui calçadas que, praticamente, inviabilizam a sua utilização, pois elas não possuem conexão com as calçadas dos edifícios ao seu entorno, sendo elas calçadas isoladas ao redor do próprio prédio da biblioteca. Além do mais, essas calçadas possuem uma faixa de circulação com largura de apenas 0,97 m, altura livre na faixa lateral de 1,20 m, devido aos quebra-sóis nas janelas frontais.

**Quadro 13: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: ENTORNO – ESTACIONAMENTO ACESSÍVEL							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve ser devidamente sinalizado.	Possuir um espaço adicional de circulação de, no mínimo, 1,20 m de largura.	Piso regular e estável.	Deve estar em uma rota acessível.	Afastado da circulação de veículos.	No máximo 50 m de percurso em relação à edificação ou aos elevadores.	
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	
<b>Dados identificados (BS - CCSA):</b>	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Atende	

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Foram identificados no entorno do prédio da Biblioteca Central, 02 vagas de estacionamentos destinadas a pessoas com deficiência. Essas vagas estão demarcadas com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA, tanto no piso, quanto em placas verticais, e atendem a todas as outras recomendações da norma.

Já no entorno do prédio da Biblioteca Setorial do CCSA foram identificados 04 vagas de estacionamentos para PCDs. Contudo, estão demarcadas apenas no piso com o SAI e, essa sinalização está bastante comprometida, o que dificulta a identificação e localização das vagas.

No entorno da Biblioteca Setorial do CCEN foi localizada 01 vaga de estacionamento acessível, que possui sinalização no piso, mas que precisa ser reforçada para melhorar a visualização, mesmo não estando tão comprometida quanto as das vagas do CCSA. A vaga do CCEN também está fora de uma rota acessível, pois fica localizada do outro lado da via, do lado contrário ao prédio da biblioteca, e está próxima da circulação de outros veículos, ao contrário do indicado na norma.

**Quadro 14: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: PORTAS (em áreas de circulação)							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura.	Se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura.	Abertura dessas portas deve se fazer com um único movimento.	Maçanetas do tipo alavanca devem ficar a uma altura do piso de 0,80 m a 1,10 m.			
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Não atende	Atende	Não atende			
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Não possui esse tipo de porta	Atende	Atende			
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não possui esse tipo de porta	Atende	Atende			

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

No prédio da Biblioteca Central foram identificadas 24 portas de madeira nas rotas de circulação dos usuários. Dessas portas, 18 possuem largura do vão livre menor que o recomendado, entre 0,69 m a 0,79 m; 08 portas tem altura do vão livre menor que 2,10 m, ficando entre 2,06 m a 2,09 m; 06 portas que possuem abertura em duas folhas, também possuem vão livre menor que o indicado pela norma e, 02 portas possuem maçaneta no formato de esfera, quando o recomendando é o formato de alavanca.

Já o prédio da Biblioteca Setorial do CCSA, que só possui 01 porta de madeira de uma folha na rota de circulação dos usuários, não atende ao critério da largura do vão livre, que é de 0,79 m.

O prédio da Biblioteca Setorial do CCEN possui 06 portas de madeira na rota de circulação dos usuários. Dessas, 03 tem problemas nas dimensões da largura do vão livre, que fica entre 0,67 a 0,68, bem menor que os 0,80 m recomendados. 03 dessas portas não possuem a altura do vão livre indicada, ficando entre 2,05 m a 2,09 m.

Sobre o cumprimento do vão livre de portas é importante frisar que, por mais que a diferença em centímetros seja pequena, ela já é suficiente para impedir que uma pessoa em cadeira de rodas ou andador possa adentrar ao ambiente.

**Quadro 15: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: PORTAS DE VIDRO (em áreas de circulação)							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, aplicadas em 3 diferentes faixas contínuas, postas em alturas diversas, com dimensão mínima de 50 mm de largura cada uma.	Quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura.	Se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura.	Abertura dessas portas deve se fazer com um único movimento.	Maçanetas do tipo alavanca devem ficar a uma altura do piso de 0,80 m a 1,10 m.		
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Não atende	Não atende	Atende	Não atende		
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Atende	Atende	Atende	Não atende		
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Atende	Atende	Atende	Não atende		

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A Biblioteca Central possui 12 portas de vidro, 2 grandes portas na sua entrada principal e outras 10 distribuídas em entradas de ambientes internos, nenhuma delas com a sinalização visual com faixas. 06 dessas portas possuem largura do vão livre menor que o recomendando, ficando entre 0,67 m a 0,78 m. A altura do vão livre de 07 portas também não é a adequada, estando entre 2,04 m a 2,09 m. Dessas portas de vidro, 02 possuem duas folhas, mas com vão livre inadequado e, outras 05 portas possuem maçaneta do tipo esférico, e não de alavanca, como indicado na norma.

Na Biblioteca Setorial do CCSA foi identificada apenas 01 porta de vidro, com duas folhas, na sua entrada principal. A porta não possui a sinalização visual em faixas e suas maçanetas são do tipo barra, e não o recomendado, que é o tipo alavanca.

A Biblioteca Setorial do CCEN também só possui uma porta de vidro, com duas folhas, na sua entrada principal, que possui os mesmos problemas da porta de entrada do CCSA, sem sinalização adequada e com maçanetas incorretas, aqui em formato circular.

**Quadro 16: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Sinalização de banheiros, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga.	Símbolo Internacional de Acesso – SIA deve estar na entrada do prédio.	SIA deve estar nas vagas de estacionamento para PCDs.	SIA deve estar em sanitários para PCDs.	SIA deve estar na área de resgate, embarque e desembarque para PCDs.	SIA deve estar em espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas.	SIA deve estar em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferencial de PCDs.
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Não atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Não atende	Não atende	Não possui sanitários	Não atende	Não atende	Não atende
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Os prédios da Biblioteca Central e Setorial do CCEN possuem o Símbolo Internacional de Acesso - SIA, apenas nas vagas de estacionamentos e sanitários para PCDs, além de terem o símbolo em suas plataformas elevatórias, ou seja, em um de seus acessos verticais, como pode ser visto nas imagens adiante. Já na Biblioteca Setorial do CCSA não foi identificada a presença do símbolo em num ambiente.

**Figura 28:** Presença do SIA na Biblioteca Central (2 imagens acima) e Biblioteca do CCEN (2 imagens abaixo).



Fonte: Capturadas pelo autor (2021).

**Quadro 17: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: ROTA ACESSÍVEL							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Ser um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos.	Natural ou artificialmente bem iluminada.	Podem coincidir com as rotas de fuga.				
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Atende	Não atende				
<b>Dados</b>	Não atende	Atende	Não atende				

<b>identificados (BS – CCSA):</b>							
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Atende	Não atende				

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Os trajetos de conexão externos e internos na Biblioteca Central e nas setoriais do CCEN e CCSA são abertos e bem iluminados, mas não possuem nenhum tipo de sinalização que os identifique como rota acessível, nem muito menos como rotas de fuga, com orientações sobre os percursos a serem seguidos para localização de sanitários, saídas ou, em casos de emergência, para evacuação do prédio, por exemplo.

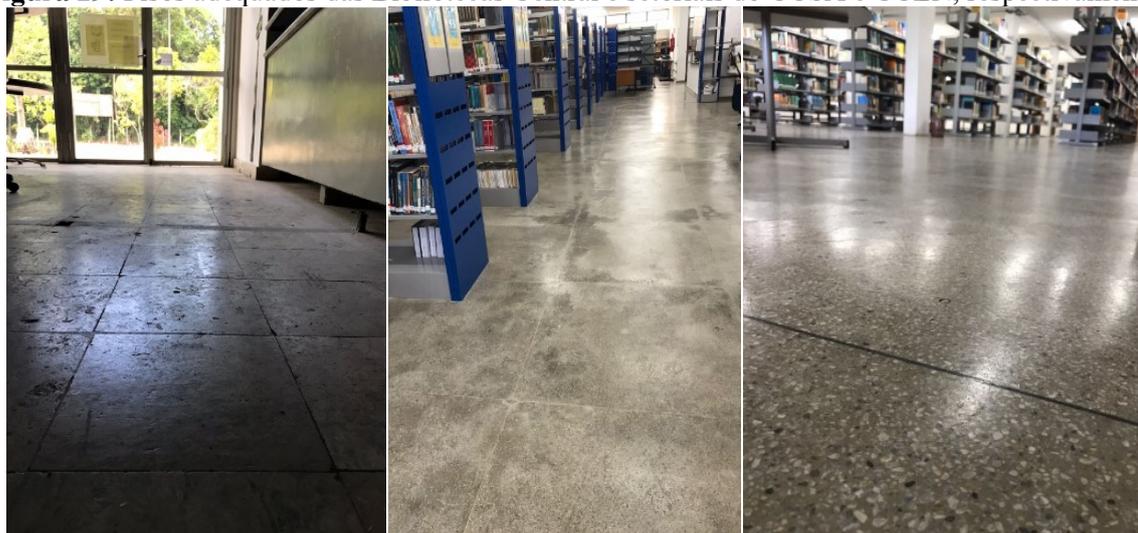
**Quadro 18: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: PISO</b>				
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Evitar padronagens na superfície, como o uso de desenhos e cores que causem a impressão de tridimensionalidade.	Devem ser regulares, firmes e que não causem trepidações para dispositivos com rodas.	Evitar desníveis no piso de rotas acessíveis, a não ser que esse tenha, no máximo, até 5 mm de altura.	Soleiras de portas ou os vãos de passagem com desníveis de até um degrau, devem ter em sua extensão uma rampa de 0,90 m. com barra de apoio.
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Os pisos das três bibliotecas possuem padronagem de uso predominante de uma cor, em diferentes tonalidades de cinza. No caso da Biblioteca Central, existem alguns trechos na cor preta. Mas em nenhuma dos casos foi identificado o uso de desenhos ou cores, como demonstram as imagens a seguir, que possam causar a impressão de tridimensionalidade, o que dificulta a utilização do prédio por pessoas com baixa visão, por exemplo. Os 03 prédios também não possuem nenhum desnível de até um degrau, que necessitem de rampas auxiliares.

**Figura 29:** Pisos adequados das Bibliotecas Central e setoriais do CCSA e CCEN, respectivamente.



**Fonte:** Capturadas pelo autor (2021).

**Quadro 19: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: CAPACHOS, FORRAÇÕES, CARPETES E TAPETES</b>				
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Seja evitado o uso de qualquer adereço que possa criar obstáculos no piso.	Quando existirem deve estar fixados ao piso com firmeza, podendo ser sobrepostos ou embutidos em desníveis que não excedam os 5 mm.		
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende		
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Não atende		
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não atende		

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na Biblioteca Central foi identificado apenas um grande capacho, tipo de tapete destinado, especialmente, para uso nas entradas dos prédios, que nessa biblioteca está embutido no piso, em um desnível de 5 mm, como indica a norma 9050/20.

**Figura 30:** Capacho embutido em desnível no prédio da Biblioteca Central.



**Fonte:** Capturada pelo autor (2021).

Na Biblioteca Setorial do CCSA também foi localizado um capacho a frente da sua porta de entrada, que não atende as indicações da norma, pois está totalmente solto no piso, sem firmeza, o que pode representar uma barreira na locomoção para as pessoas com deficiência visual, em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

A Biblioteca Setorial do CCEN tem 02 capachos na sua entrada principal, na parte interna do prédio, que também não atendem as determinações normativas, pois estão soltos sob o piso.

**Quadro 20: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: DEGRAUS ISOLADOS						
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Devem possuir sinalização com faixas luminosas em seu piso e espelho.	Devem conter corrimãos.	Dimensionamento dos pisos deve ser entre 0,28 m a 0,32 m.	Dimensionamento dos espelhos, entre 16 m a 18 m.		
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Não atende	Atende	Atende		
<b>Dados identificados (BS - CCSA):</b>	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau		
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau	Não possui esse tipo de degrau		

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Identificou-se na Biblioteca Central a existência de 04 degraus isolados, aqueles formados pela sequência de até 2 degraus, que nesse prédio, não possuem a sinalização e os corrimãos necessários para serem acessíveis, como indica a norma. Nas outras duas bibliotecas não foram identificados degraus isolados.

**Quadro 21: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: ESCADAS							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima de 1,20 m.	Dimensionamento dos pisos deve ser entre 0,28 m a 0,32 m.	Dimensionamento dos espelhos, entre 16 m a 18 m.	Possuir patamares, a cada 3,20 m de desnível.			
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende			
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não possui escadas	Não possui escadas	Não possui escadas	Não possui escadas			
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Atende	Atende	Atende			

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A Biblioteca Central possui 02 escadas principais para circulação dos usuários que conectam seus 3 pavimentos. Com largura de 1,91 m essas escadas atendem a todas as recomendações normativas e, ainda, possuem faixas luminosas antiderrapantes em todos os degraus, o que não é exigido como requisito principal na norma, mas aumenta o nível de segurança no uso dessas escadas.

A Biblioteca Setorial do CCSA, que possui apenas um pavimento térreo, não possui nenhuma escada.

Já a Biblioteca Setorial do CCEN, que tem 2 pavimentos, possui uma escada que os interliga, e a mesma tem largura de 1,17 m, o que é menor que a exigida pela norma, de 1,20 m. Contudo, essa escada possui patamares a distâncias de 2,43 m e 2,70 m, o que é melhor do que o indicado.

**Quadro 22: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: RAMPAS							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima de 1,50 m e, o admissível de 1,20 m.						
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende						
<b>Dados</b>	Atende						

<b>identificados (BS – CCSA):</b>							
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende						

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

No prédio da Biblioteca Central foi identificada uma rampa na entrada principal, que possui largura de 1,90 m, maior que o mínimo indicado. Destaca-se ainda, o fato dessa rampa possuir realce na cor azul ter piso tátil, indo além do que exige a norma para esse tipo de item, como pode ser verificado na imagem que segue:

**Figura 31:** Rampa da Biblioteca Central com adicional de piso tátil.



**Fonte:** Capturada pelo autor (2021).

No início da calçada de acesso a Biblioteca Setorial do CCSA existe uma rampa, com largura de 1,52 m, dentro dos padrões desejáveis. Mas vale destacar que, parte dessa rampa termina, ou inicia, em um pilar de sustentação da coberta sobre a calçada, o que dificulta o uso da rampa e cria uma barreira para sua melhor utilização.

O prédio da Biblioteca Setorial do CCEN, por sua vez, possui uma rampa em sua entrada com 3,57 m de largura, dentro do recomendado na norma. Contudo, o problema dessa rampa é que ela não termina em uma calçada, como as anteriormente analisadas e sim, na via de acesso ao prédio, por onde circulação os carros, o que representa um perigo não só para as pessoas com deficiência, mas para todos que utilizam aquele edifício, conforme demonstra a imagem adiante:

**Figura 32:** Rampa da Biblioteca Setorial do CCEN com acesso pelo percurso dos veículos.



**Fonte:** Capturada pelo autor (2021).

**Quadro 23:** Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.

Item: CORRIMÃOS				
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Instalados em ambos os lados das escadas e rampas.	Possuir duas barras paralelas, uma a 0,92 m e outra 0,70 m de altura da face superior da barra até a quina do degrau para as escadas/ da face superior da barra até o piso para as rampas.	Haver um prolongamento de, no mínimo, 0,30 m.	Nos degraus isolados deve haver um corrimão com, no mínimo, 0,30 m de comprimento e a 0,75 m da quina do degrau.
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não atende	Atende	Não atende	Não atende
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Não atende	Não atende	Não possui esse tipo de degrau.
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não atende	Não atende	Não possui esse tipo de degrau.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Apesar de no prédio da Biblioteca Central, as escadas possuírem os corrimãos com duas barras paralelas, recentemente instalados, ainda não existe esse importante recurso de apoio na rampa de entrada do prédio e nos 04 degraus isolados presentes no edifício. Identificou-se ainda que, o prolongamento nos corrimãos chega à medida de apenas 0,27 m, diferente dos 0,30 m recomendados.

Como se viu, na Biblioteca Setorial do CCSA não existe escadas, nem degraus isolados. Contudo, existe uma rampa, e nela não foram identificados corrimãos.

No prédio da Biblioteca Setorial do CCEN, onde existe uma escada e uma rampa, só foi identificada a presença de apenas uma barra de corrimão na escada, quando deveria haver duas, e essa barra única está instalada a 0,95 m da quina do degrau, o que também não atende as exigências da norma de acessibilidade. O corrimão único também não tem nenhum prolongamento nas extremidades da escada.

**Quadro 24: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

Item: CORREDORES						
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve-se assegurar pelo menos uma faixa livre de obstáculos e barreiras.	Largura mínima de 1,50 m.				
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende				
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Não atende	Não atende				
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Não atende				

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Foi identificado que, os corredores de circulação utilizados pelos usuários da Biblioteca Central têm em média 2,70 m de largura, bem superior ao mínimo de 1,50 m.

Apesar de ter possuir um corredor central de 2,83 m de largura, a Biblioteca Setorial do CCSA, também possui um corredor com apenas 1,30 m de largura, na parte de trás das suas estantes. Nesse mesmo corredor também se encontram 02 extintores, o que diminui o seu espaço livre, necessitando de ajustes.

Na Biblioteca Setorial do CCEN existem corredores com tamanhos bastante variados, que chegam à largura de 1,70 m até 0,91 m, de forma que, nem todos esses corredores estão dentro das recomendações normativas.

**Quadro 25: Ficha de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias.**

<b>Item: SANITÁRIOS</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve existir ao menos um sanitário acessível por pavimento.	Devem ficar localizados em rotas acessíveis, a uma distância máxima de 50 m de qualquer ponto do prédio e, próximo a sua circulação principal.	Próximo ou integrado aos demais, nunca isolado.	Tenham entradas independentes dos demais.	Abertura da porta para o lado externo.	Instalação de, pelo menos, uma bacia sanitária infantil.	Distância entre a porta e a bacia de, no mínimo, 1,20.
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Atende	Atende	Não atende	Não atende	Não atende	Atende
<b>Item: SANITÁRIOS (continuação)</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima do sanitário deve ser de 1,50 m.	Distância entre a bacia e as paredes laterais de, no mínimo, 0,40 m e 0,80 m.	Distância entre a linha de centro a partir da porta (1,20 m) e a bacia deve ser no máximo 0,10 m.	Barras de apoio devem ser instaladas a uma distância mínima de 40 mm entre a parede e sua face interna.	Bacias sanitárias: devem ficar a uma altura do piso entre 0,43 m e 0,45m, desconsiderado a altura do assento, o qual só deve acrescentar a altura final de 0,01 a 0,03 cm.	Válvula de descarga, se instaladas na parede ou em caixa acoplada devem estar a uma altura de até 1,00 m do piso.	Lavatórios devem permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Atende	Não atende	Atende	Atende	Não atende	Atende	Atende
<b>Item: SANITÁRIOS (continuação)</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Um dos lavatórios de ser equipado com torneira de acionamento por alavanca, sensor elétrico ou equivalente.	Papeleiras instaladas sempre acima de 1,00 m do piso e, de modo que, não atrapalhe o acesso à barra de apoio.	Espelhos devem ser instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso.				
<b>Dados identificados (BC - UFPB):</b>	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar	Não foi possível verificar				
<b>Dados identificados (BS – CCSA):</b>	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários	Prédio não possui sanitários				
<b>Dados identificados (BS - CCEN):</b>	Não atende	Não atende	Não possui espelhos				

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na Biblioteca Central existem 06 sanitários para PCDs, 02 em cada pavimento do prédio nas áreas de circulação dos usuários, com entradas independentes dos demais, uma mudança recente, trazida pela reforma por qual está passando o prédio dessa biblioteca. Dessa forma, como a reforma segue em curso, não foi possível identificar os demais elementos que compõem a estrutura desses sanitários, pois eles ainda não estão instalados, como demonstra a

figura abaixo. Mas a existência de sanitários agora planejados, especialmente, para PCDs é um dos grandes avanços para essa biblioteca.

**Figura 33:** Sanitários acessíveis em construção na Biblioteca Central.



**Fonte:** Capturadas pelo autor (2021).

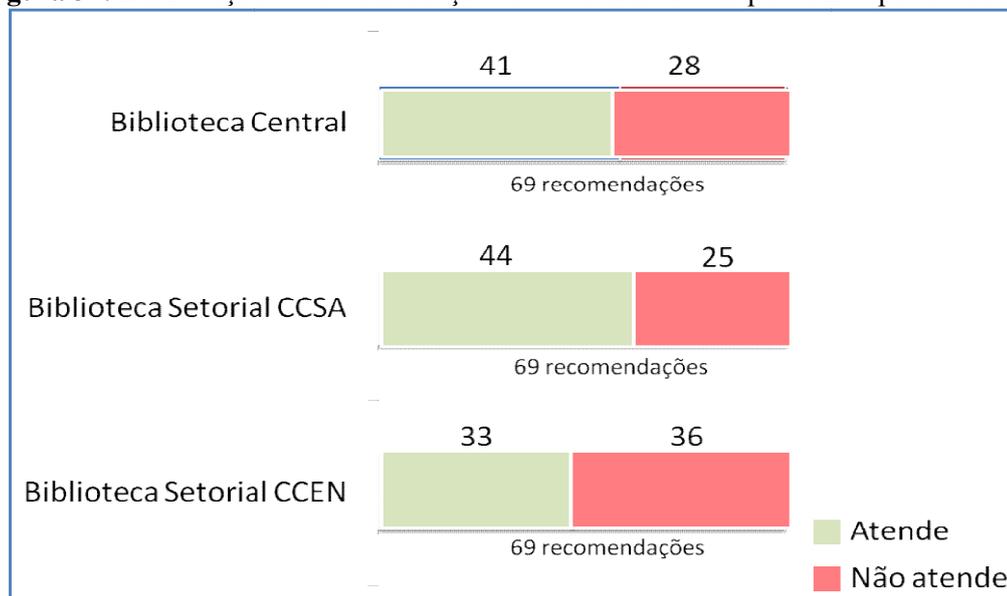
Já o prédio da Biblioteca Setorial do CCSA não possui sanitários na sua estrutura interna. Existe sanitários próximos ao prédio da biblioteca, mas que são de uso comum aos usuários de outros setores e ambiente do CCSA.

Na Biblioteca Setorial do CCEN existem 02 sanitários para PCDs no pavimento térreo, que ficam integrados as demais cabines de sanitários masculinos e femininos, sem entradas independentes, como requer a norma. As portas dessas cabines para PCDs também não permitem abertura para fora, nem a presença de bacia sanitária infantil, essa última, fundamental para atender a pessoas com nanismo, principalmente. A distância entre a bacia e a parede em um dos lados, que deveria ser de, no mínimo, 0,40 m, está com 0,35 m. A altura da bacia sanitária e do seu assento em relação ao piso, também se demonstrou diferente do indicado, com 0,40 m e 0,41 m. O acionamento das torneiras dos lavatórios é feito de forma giratória, quando o ideal seria por alavanca ou acionamento eletrônico. Os sanitários também não possuem papeleiras instaladas, ficando o papel higiênico disposto de maneira irregular e, esses ambientes também não dispõem de espelhos, o que não representa uma infração a norma, apenas o acessório está ausente das instalações, mas não trás prejuízos quanto à acessibilidade de pessoas com deficiência.

Em síntese, tem-se que a acessibilidade arquitetônica foi analisada em 19 diferentes itens, nos 03 prédios das bibliotecas analisados na UFPB e, nesses 19 itens, somados tem-se o

conjunto de 69 recomendações pontuadas pela NBR 9050/2020. Levando-se em consideração tais números identificou-se que, o atendimento as recomendações de acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas do estudo se distribuem da seguinte maneira:

**Figura 34:** Distribuição das recomendações de acessibilidade arquitetônica por biblioteca.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

De maneira geral, é possível verificar que, as condições de acessibilidade arquitetônica por número de itens atendidos é bastante similar entre as 03 bibliotecas pesquisadas, sobretudo, se considerado o fato de que, a Biblioteca Setorial do CCSA, onde estão os melhores resultados, não possui ou não necessita de alguns itens da análise em sua estrutura, como escadas, degraus isolados e sanitários, por exemplo. Assim, as outras 02 bibliotecas tiveram um número maior de recomendações averiguadas e, por isso, tiveram maiores chances de pontuar negativa ou positivamente na pesquisa. Inclusive, o item sanitário, que comporta o maior número de recomendações, só pode ser analisado por completo na Biblioteca do CCEN que, por sua vez, concentrou o maior índice de recomendações negativas.

Contudo, a partir desses dados, fica claro que a situação de acessibilidade arquitetônica não é favorável em nenhuma das 03 bibliotecas, e que muito ainda precisa ser feito para reverter essa situação, de modo que, essas unidades de informação possam se tornar o que recomenda Shera (1973), para quem a biblioteca deve ser um verdadeiro agente da democracia, que amplia sua influência de levar o conhecimento para todos, incluindo os não privilegiados e socialmente em desvantagem. E que também atenda, aos direcionamentos de Ferrés que, como se viu, aconselha que a biblioteca acessível deve ser “um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de

público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população” (FERRÉS, 2008, p. 36).

Dessa maneira, considerando os processos avaliativos do SINAES, seguindo às recomendações do “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento”, no seu eixo de infraestrutura, se constataria que, a estrutura dos espaços analisados não atende às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade. Da mesma forma que, também se precisa caminhar em direção ao atendimento dos desígnios do PDI da UFPB, para o quinquênio 2019-2023, que em seus planos de gestão, preceitua a acessibilidade como diretriz na política de gestão da infraestrutura, uma vez que, busca alterações na sua infraestrutura física para atender aos requisitos legais de acessibilidade. E ainda no PDI, para o cumprimento das Diretrizes da Política de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade, que vislumbra o desenvolvimento de ações para a eliminação de barreiras, dentre elas, a arquitetônica, visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019).

#### **4.3.2 Acessibilidade comunicacional em bibliotecas da UFPB**

Conforme também mencionado na metodologia desse trabalho, partindo das principais recomendações das 13 diretrizes centrais do consórcio internacional WC3, que busca direcionar as questões de acessibilidade para a internet em todo o mundo, analisou-se adiante as condições de acessibilidade comunicacional nos *sites* das bibliotecas escolhidas como campo da nossa pesquisa, além do *Instagram* utilizado por essas unidades, tendo em vista que, essa é a rede social de maior utilizam pelas mesmas. Nesse sentido, também foram avaliados a partir das 13 diretrizes da WC3, quando cabíveis, plataformas das bibliotecas virtuais assinadas pelo Sistema de Bibliotecas da UFPB, por meio da Biblioteca Central.

A finalidade dessa análise perpassa pelas ideias, hora já mencionados por Barreto Junior e Rodrigues (2012) para quem, o processo de inclusão digital deve ir muito além de promover o acesso a computadores e a internet, sendo necessário que esses recursos sejam utilizados e aproveitados em todas as suas potencialidades e, uma dessas potencialidades é, exatamente, a de permitir e facilitar o acesso à informação e ao conhecimento para pessoas com deficiência, pois como se viu em Radabaugh (1993), se para as pessoas sem nenhum tipo de deficiência, as ferramentas tecnologias já tornam as coisas mais fáceis, para as pessoas com deficiência, elas são fundamentais para tornar muitas coisas possíveis.

O desejo contido nessa pesquisa é, exatamente, o de tornar possíveis as pessoas com deficiência o acesso os serviços disponibilizados pelas bibliotecas da UFPB através da internet, no sentido de garantir os ditames vistos no “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade” para o qual: “[...] a promoção da acessibilidade deve resultar na garantia de condições de permanência dos estudantes da educação especial na educação superior, adequando o contexto institucional às especificidades do alunado que demanda tais recursos e serviços” (BRASIL, 2016, *online*). Já o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento” do MEC é enfático ao assegurar que, nas avaliações *in loco*, deve-se verificar se os recursos de tecnologias de informação e comunicação garantem a acessibilidade comunicacional (BRASIL, 2017).

Assim, para direcionar nossa análise foram criadas as fichas de identificação de acessibilidade comunicacional em bibliotecas universitários, quadros que buscam organizar e distribuir visualmente os objetos analisados, os critérios dessa análise e a adequação ou não, a cada um desses critérios. Para facilitar a visualização e compreensão dos itens analisados, eles são sinalizados da seguinte forma:

Atende	Em verde, o item analisado cumprir a contendo todas as recomendações da WC3.
Não atende	Em vermelho, o item avaliado não cumprir com exatidão as recomendações da WC3.

Dessa forma, a análise dos dados coletados por meio da observação direta, se debruça agora sobre as questões de acessibilidade comunicacional identificadas nos *sites* das bibliotecas do nosso estudo, conforme demonstram os quadros adiante:

**Quadro 26: Ficha de identificação de acessibilidade comunicacional em bibliotecas universitárias**

<b>Item: SITE DAS BIBLIOTECAS</b>					
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>1 - Alternativas em texto</b>	<b>2 - Mídias com base em tempo</b>	<b>3 – Adaptável</b>		
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo.	Áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais.	Se necessitar ser alterado, ampliado, por exemplo, não pode perder informações ou estrutura do seu <i>layout</i> .		
<b>Dados identificados em <a href="http://www.biblioteca.ufpb.br">www.biblioteca.ufpb.br</a> (BC - UFPB):</b>	Não atende	Atende	Atende		
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa">http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa</a> (BS – CCSA):</b>	Não atende	Atende	Atende		
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccen.ufpb.br/bsccen">http://www.ccen.ufpb.br/bsccen</a> (BS - CCEN):</b>	Não atende	Atende	Atende		
<b>Item: SITE DAS BIBLIOTECAS (continuação)</b>					
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>4 - Discernível</b>	<b>5 - Operável por teclado</b>	<b>6 - Tempo suficiente</b>	<b>7 - Convulsões e reações físicas</b>	
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Preocupação com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado.	Funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado.	Conteúdos fiquem na tela tempo suficientes para sua leitura e utilização, nem rápido, nem devagar demais.	Evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de <i>pop-ups</i> .	
<b>Dados identificados em <a href="http://www.biblioteca.ufpb.br">www.biblioteca.ufpb.br</a> (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa">http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa</a> (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccen.ufpb.br/bsccen">http://www.ccen.ufpb.br/bsccen</a> (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	
<b>Item: SITE DAS BIBLIOTECAS (continuação)</b>					
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>8 - Navegável</b>	<b>9 - Modalidades de entrada</b>	<b>10 - Legível</b>		

<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Ajudar os usuários na sua experiência de navegação e facilitar a localização dos conteúdos.	Possibilitar também o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis.	Os textos devem ser legíveis e compreensíveis, evitando expressões de um contexto específico.				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.biblioteca.ufpb.br">www.biblioteca.ufpb.br</a> (BC - UFPB):</b>	Atende	Não atende	Não atende				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa">http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa</a> (BS – CCSA):</b>	Atende	Não atende	Não atende				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccen.ufpb.br/bsccen">http://www.ccen.ufpb.br/bsccen</a> (BS - CCEN):</b>	Atende	Não atende	Atende				
<b>Item: SITE DAS BIBLIOTECAS (continuação)</b>							
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>11 - Previsível</b>	<b>12 - Assistência de entrada</b>	<b>13 - Compatível</b>				
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Não permitir mudanças repentinas, de <i>layout</i> ou de cores, se não forem a pedido do usuário.	Os erros de navegação devem ser descritos em forma de texto, dando instruções de como corrigi-lo.	Desenvolvido de forma a se adaptarem para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo.				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.biblioteca.ufpb.br">www.biblioteca.ufpb.br</a> (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Não atende				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa">http://www.ccsa.ufpb.br/bsccsa</a> (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Não atende				
<b>Dados identificados em <a href="http://www.ccen.ufpb.br/bsccen">http://www.ccen.ufpb.br/bsccen</a> (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Não atende				

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A partir do item 1, de “Alternativas em texto”, não foi encontrado nos *sites* das 3 bibliotecas as possibilidades de conversão necessárias dos conteúdos não textuais,

predominantemente imagens, o que dificulta a comunicação dos conteúdos do site, principalmente, para pessoas com deficiência visual, pois mesmo com o uso de tecnologias assistivas, com softwares leitores de tela e de conversão em Braille, não é possível revelar o conteúdo dessas imagens. Conforme pode se ver na figura adiante, ícones importantes nos 3 *sites*, postos como atalhos de acesso rápido, estão disponíveis totalmente em formato de imagem, quando a melhor opção seria o texto separado da imagem, logo abaixo dela, para permitir a leitura por tecnologias assistivas:

**Figura 35:** Atalhos em formato de imagens nos *sites* das bibliotecas.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021, com base nos *sites* das Bibliotecas Central, Setorial do CCSA e CCEN, 2021).

O atalho “Fale Conosco” que abre o chat de atendimento *online* nos *sites* da Biblioteca Central e da Biblioteca Setorial do CCSA, também só está disponível em formato de imagem, sem conteúdo textual legível por tecnologia assistiva. Contudo, vale ressaltar que, nos 3 *sites* é possível ampliar o conteúdo das imagens no momento impressão, o que é fundamental para pessoas com baixa visão.

No item de análise 2, “Mídias com base em tempo”, se identificou que os vídeos produzidos pelas 3 bibliotecas e disponibilizados em seus *sites* são hospedados originalmente em seus canais no *Youtube*, de forma que, é possível ativar a opção de legenda automática disponível nessa plataforma. Mas também se destacou um vídeo da Biblioteca Central que, em evento *online*, disponibilizou ainda o recurso de tradução em Língua Brasileira de Sinais. Nos 3 *sites* não foram encontrados arquivos em formato de áudio.

No item 3, “Adaptável”, foi possível verificar que os 3 *sites* se adequam perfeitamente a alterações como a ampliação da tela, sem perda de conteúdo ou de estrutura. Dessa forma, como recomendado no item 4, “Discernível”, é possível ampliar o conteúdo em 200% ou mais, sem perdas de conteúdo, ficando o menu do site, que estava a direita, disponível em sua parte superior. As outras recomendações do item 4 também são atendidas a contento nos 3 *sites*.

Já no item 5, “Operável por teclado”, identificou-se que o uso da tecla “Tab” também possibilita a navegação por todos os 3 *sites*, sem uso do mouse. Além disso, como esses *sites* fazem uso da plataforma Plone, utilizada como sistema padrão para construção dos *sites* na UFPB, traz alguns comandos de teclado que são padronizados em todos os portais da instituição, e também do Governo Federal, sendo eles:

Teclando-se *Alt* + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página;  
 Teclando-se *Alt* + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal;  
 Teclando-se *Alt* + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna;  
 No caso do Firefox, em vez de *Alt* + número, tecle simultaneamente *Alt* + *Shift* + número;  
 Sendo Firefox no Mac OS, em vez de *Alt* + *Shift* + número, tecle simultaneamente *Ctrl* + *Alt* + número;  
 No Opera, as teclas são *Shift* + *Escape* + número. Ao teclar apenas *Shift* + *Escape*, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de *ACCESSKEY* da página (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021, online).

No item 6, “Tempo suficiente”, tem-se que apenas o site da Biblioteca Central utiliza o recurso de carrossel, com transição de imagens e textos em sua página inicial, mas essa transição é realizada com tempo adequado, de forma que, o conteúdo pode ser lido sem prejuízos ao usuário.

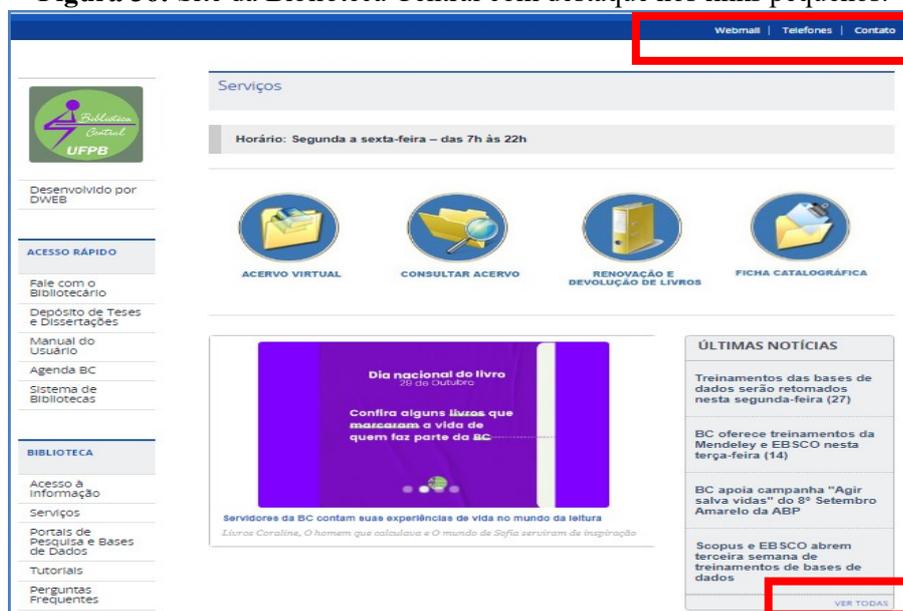
O item 7, sobre a necessidade de se evitar “Convulsões e reações físicas”, é atendido com êxito nos 3 *sites*, que possuem um *layout* com paleta de cores predominantemente mais claras e leves, onde preponderam tons de azul e branco, que também são as cores oficiais da UFPB, evitando assim, o uso de cores mais chamativas em suas postagens, o que pode causar até mesmo reações convulsivas. Da mesma forma, os 3 *sites* também não se utilizam de *pop-ups*, ou seja, de janelas menores com avisos que abrem automaticamente, sem nenhum controle do usuário durante sua experiência de navegação.

No item 8, “Navegável”, é possível identificar que os 3 *sites* possuem *layout* que facilita a experiência de navegação, com boa disposição de *links* e organização dos conteúdos.

Destaca-se, especialmente, a organização e simplificação dos conteúdos de *links* do site da Biblioteca Setorial do CCEN.

No item 9, “Modalidades de entrada”, é possível perceber que não há padronização de tamanho para as áreas clicáveis nos 3 *sites*. Enquanto, algumas opções de *links* possuem o tamanho ideal ou até maior, que facilita o uso do site pela tecnologia assistiva de acionamento por gestos, outros links são muito pequenos, difíceis até mesmo de serem localizados, como se pode verificar na figura adiante, do site da Biblioteca Central, com *links* bem discretos, que se repetem também no site das 2 outras bibliotecas analisadas:

**Figura 36:** Site da Biblioteca Central com destaque nos links pequenos.



**Fonte:** Site da Biblioteca Central (2021).

Já no item 10, “Legível”, analisando os *links* de acesso, foi identificado no site da Biblioteca Central o uso de termos técnicos ou de um contexto específico, o que não facilita a identificação do conteúdo que ali está disponível, como é o caso dos *links* de: “Agenda BC”, “Sistema de Bibliotecas”, “Acesso à informação” e “Portais de pesquisa e bases de dados”. Já no site da Biblioteca Setorial do CCSA se identificou problema idêntico ao da Biblioteca Central, ao utilizar em seus *links* termos específicos como: “Plano de contingência”, “Visita orientada”, “Periódicos”, “Boletim BSBS”, “Portais de pesquisa e bases de dados” e “Bibliografias digitais”. O recomendado é que esses termos sejam substituídos por sinônimos mais simples, de conhecimento comum como, por exemplo, lista de livros e materiais ao invés de bibliografias, ou que houvesse alguma explicação sobre o que se trata aquele termo técnico e/ou específico, quando não for possível a sua substituição. Da mesma forma, deve-se evitar o uso de siglas nos *links*. O site da Biblioteca Setorial do CCEN destaca-se por

simplificar a quantidade de *links* e textos na sua página inicial, o que melhora o entendimento das informações disponíveis no site e, por só utilizar termos específicos seguidos de uma explicação como, por exemplo, “Portais de pesquisa e bases de dados” seguida da explicação “(Acervo digital)”.

No item 11, “Previsível”, durante a navegação nenhum dos *sites* fez mudanças repentinas de *layout* ou de cores. As mudanças só são feitas se o usuário ativar a opção de “Zoom” do navegador, que muda a estrutura da página, ou a função de “Alto contraste” que muda as cores dos *sites* para facilitar a leitura de pessoas com média ou grande deficiência visual, como é possível verificar na figura a seguir:

**Figura 37:** Site da Biblioteca Setorial do CCSA com alto contraste.



Fonte: Site da Biblioteca Setorial do CCSA (2021).

O item 12, que trata sobre a “Assistência de entrada”, traz a necessidade de que, qualquer erro na experiência de navegação seja comunicado através de um texto e, que nesse texto, também se apresentem possíveis soluções para o problema, como é possível verificar na mensagem de erro apresentada pelo site da Biblioteca Central que, além de trazer escrito um caminho para solução do erro, trás também a opção de entrar em contato com administração do site, e ainda elenca possíveis opções do que poderia está sendo procurado, conforme mostra a figura adiante:

**Figura 38:** Mensagem de erro no site da Biblioteca Central.

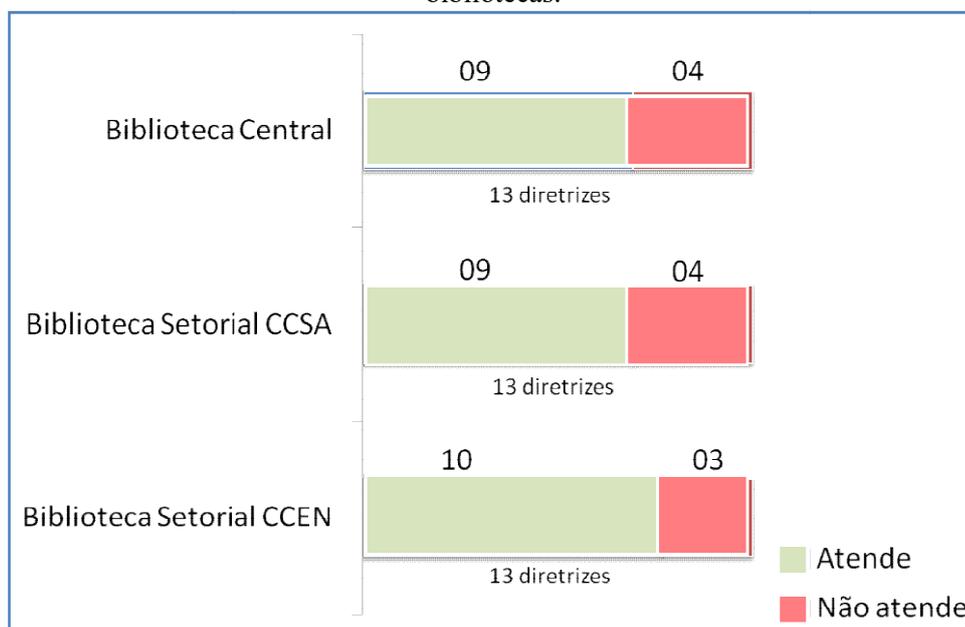


**Fonte:** Site da Biblioteca Central (2021).

No item 13 da análise, “Compatível”, tem-se que todos os 3 *sites* não foram interpretados pelo *software* leitor de tela NVDA. O sistema Plone traz apenas o recurso de conversão dos textos para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, mas esse recurso não é suficiente para que o conteúdo dos *sites* possa ser compreensível para pessoas com deficiência visual, por exemplo. A ausência de compatibilidade desses *sites* com tecnologias assistivas entra em conflito com a recomendação do “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade” que diz que, as próprias a IES devem empreender ações para o desenvolvimento de tipo de tecnologia (BRASIL, 2016).

Assim, levando-se em consideração as 13 recomendações analisadas, o número de itens atendidos em relação à acessibilidade comunicacional nos 03 *sites* das bibliotecas do estudo, se distribuem da seguinte maneira:

**Figura 39:** Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional nos *sites* das bibliotecas.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Dessa forma, é possível inferir que, os *sites* das bibliotecas atendem aos requisitos mínimos de acessibilidade preconizados pelo consórcio internacional WC3. Mas é válido ressaltar que, boa parte do bom desempenho desses *sites* em relação à acessibilidade se deve ao uso do sistema Plone, que atende as recomendações internacionais em muitos aspectos, como *layout* e acesso por teclado. Contudo, existem questões que dependem única e diretamente de quem alimenta os conteúdos dessas páginas, e esses indivíduos precisam conhecer e se apropriar da existência das diretrizes internacionais e das necessidades específicas das pessoas com deficiência quanto ao uso da internet, pois como preconiza as já mencionadas orientações da Universidade Federal de Santa Maria é fundamental que, *sites* e outros serviços da *web* possam proporcionar as mesmas condições de alcance, percepção e entendimento a seus usuários, para que pessoas com deficiência possam utilizar a internet com segurança, autonomia e as mesmas condições de oportunidades que os demais, contribuindo e interagindo com esse ambiente virtual (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2019, p. 14).

No contexto das universidades as oportunidades, interações e contribuições geradas nos espaços virtuais tomam uma proporção especial, pois estão ligadas diretamente aos processos de ensino e aprendizagem, ao acesso e a apropriação ao conhecimento, bem como, a formação pessoal e profissional dos indivíduos. É exatamente por esse motivo que, o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação

Superior com Enfoque em Acessibilidade”, preconiza que as informações de interesse devem ser comunicadas de forma acessível para toda a comunidade acadêmica (BRASIL, 2016).

Assim como os *sites*, a comunicação por meio das redes sociais é uma realidade crescente no cotidiano das mais diversas instituições e, as universidades e suas bibliotecas não podem fugir a esse contexto. Dessa forma, também é preciso adequar à produção dos conteúdos nas redes sociais, para que sejam acessíveis e alcancem a todos os usuários das bibliotecas e, o *Instagram*, tem se destacado como uma das redes sociais de maior alcance de público. Com base nas postagens dos últimos 3 meses, de agosto à outubro de 2021, publicadas no *Instagram* das 3 bibliotecas do estudo, levando-se em consideração as potencialidades e também limitações dessa plataforma, mais com ênfase especial nos conteúdos produzidos e publicados pelas bibliotecas nessa rede, se atentando as diretrizes centrais da WC3, de forma que, essas unidades de informação possam fazer as adequações que lhes forem cabíveis, conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 27: Ficha de identificação de acessibilidade comunicacional em bibliotecas universitárias**

Item: REDE SOCIAL DAS BIBLIOTECAS ( <i>Instagram</i> )					
Diretrizes centrais da WC3:	1 - Alternativas em texto	2 - Mídias com base em tempo	3 – Adaptável		
Principais recomendações da diretriz:	Que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo.	Áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais.	Se necessitar ser alterado, ampliado, por exemplo, não pode perder informações ou estrutura do seu <i>layout</i> .		
Dados identificados em @bibliocentralufpb (BC - UFPB):	Atende	Não atende	Atende		
Dados identificados em @bibliotecacsa_ufpb (BS – CCSA):	Não atende	Não atende	Atende		
Dados identificados em @bibliotecasetorialccen (BS - CCEN):	Atende	Não atende	Atende		
Item: REDE SOCIAL DAS BIBLIOTECAS ( <i>Instagram</i> ) (continuação)					
Diretrizes centrais da WC3:	4 - Discernível	5 - Operável por teclado	6 - Tempo suficiente	7 - Convulsões e reações físicas	
Principais recomendações da diretriz:	Preocupação com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o	Funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado.	Conteúdos fiquem na tela tempo suficientes para sua leitura e utilização, nem rápido, nem devagar	Evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de <i>pop-ups</i> .	

	espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado.		demais.				
<b>Dados identificados em @bibliocentralufpb (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende	Não atende			
<b>Dados identificados em @bibliotecaccsa_ufpb (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende			
<b>Dados identificados em @bibliotecasetorialccen (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende			
<b>Item: REDE SOCIAL DAS BIBLIOTECAS (Instagram) (continuação)</b>							
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>8 - Navegável</b>	<b>9 - Modalidades de entrada</b>	<b>10 - Legível</b>				
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Ajudar os usuários na sua experiência de navegação e facilitar a localização dos conteúdos.	Possibilitar também o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis.	Os textos devem ser legíveis e compreensíveis, evitando expressões de um contexto específico.				
<b>Dados identificados em @bibliocentralufpb (BC - UFPB):</b>	Atende	Atende	Atende				
<b>Dados identificados em @bibliotecaccsa_ufpb (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende				
<b>Dados identificados em @bibliotecasetorialccen (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende				
<b>Item: REDE SOCIAL DAS BIBLIOTECAS (Instagram) (continuação)</b>							
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>11 - Previsível</b>	<b>12 - Assistência de entrada</b>	<b>13 - Compatível</b>				
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Não permitir mudanças repentinas, de <i>layout</i> ou de cores, se não forem a pedido do usuário.	Os erros de navegação devem ser descritos em forma de texto, dando instruções de como corrigi-lo.	Desenvolvido de forma a se adaptarem para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo.				
<b>Dados identificados em @bibliocentralufpb</b>	Atende	Atende	Atende				

<b>(BC - UFPB):</b>						
<b>Dados identificados em @bibliotecaccsa_ufpb (BS – CCSA):</b>	Atende	Atende	Atende			
<b>Dados identificados em @bibliotecasetorialeccen (BS - CCEN):</b>	Atende	Atende	Atende			

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

No item 1, “Alternativas em texto”, no *Instagram* destacam-se o uso das *hashtags* “#pracegover” “#pratodosverem” e também “#descriçãodaimagem”. Suas presenças em uma publicação na plataforma, que trabalha essencialmente com imagens e vídeos, sinaliza que aquele conteúdo fez uso da ferramenta de texto alternativo, ou seja, que a imagem ou vídeo foi descrita em detalhes e que, essa descrição será convertida em fala pelo software/aplicativo leitor de tela. Assim, identificou-se que os *Instagrams* das Bibliotecas Central e do CCEN fazem uso recorrente dos textos alternativos em suas postagens, já o *Instagram* da Biblioteca do CCSA não utilizou nenhuma vez esse importante recurso para a compreensão das suas postagens por parte das pessoas com deficiência visual.

No item de análise 2, “Mídias com base em tempo”, foram identificados que a maior parte dos vídeos disponibilizados no *Instagram* das 3 bibliotecas não trazem legendas, nem texto alternativo descrevendo as imagens dispostas no vídeo, o que limita ou impossibilita a comunicação dessas informações com pessoas com deficiência.

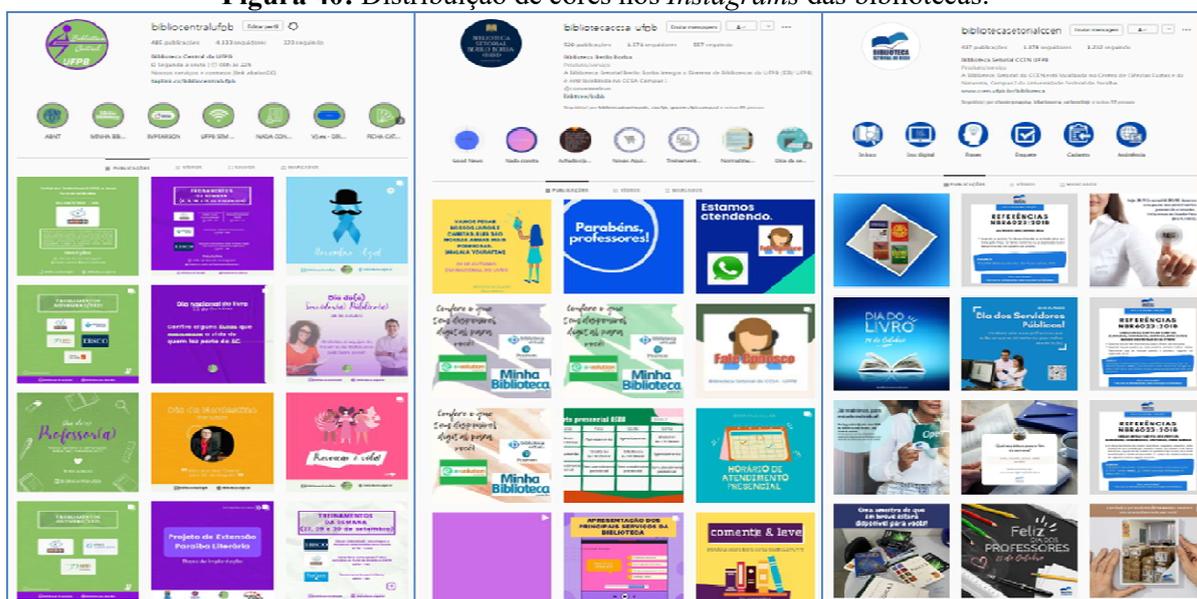
O item 3, “Adaptável”, tem-se que, se utilizado no navegador do computador, *notebook* ou *tablet* é possível ampliar a tela do *Instagram* sem perdas de *layout* ou conteúdo. E como recomenda o item 4, “Discernível”, esse zoom na tela pode ser feito em até 200% ou mais, sem prejuízos a leitura do usuário. Ainda sobre esse último item, o conteúdo produzido nas postagens das 3 bibliotecas tem se preocupado com o esquema de cores e o adequado espaçamento dos textos.

No item 5, “Operável por teclado”, tem-se que o *Instagram* quando utilizado em computador pode ser atuado com o uso do teclado pois, assim como os demais *sites*, a tecla “*Tab*” permite a navegação por todas as áreas clicáveis, que podem ser abertas com o acionamento da tecla “*Enter*”.

Já no item 6, “Tempo suficiente”, tem-se que no caso do *Instagram* é necessário produzir vídeos cujos conteúdos, principalmente, aqueles que tenham textos, possam ficar na tela tempo adequado para sua leitura, nem muito rápido, nem muito devagar. Nesse caso, todas as 3 bibliotecas têm se atentado a essa característica na produção dos seus conteúdos em vídeo.

No item 7, que trata sobre “Convulsões e reações físicas”, percebeu-se que as postagens do *Instagram* da Biblioteca Central fazem uso recorrente de cores chamativas, como um roxo e um verde vibrantes, luminosos, que não são as tonalidades de cores mais recomendadas, pois podem causar desconforto visual para usuários com maior sensibilidade, o que pode levar a convulsões. Já os *Instagrams* das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN optaram por cores mais suaves que, assim como em seus *sites*, seguem o padrão azul e branco adotados como as cores oficiais da UFPB. Na figura a seguir se pode conferir a distribuição de cores no *Instagram* dessas bibliotecas:

**Figura 40:** Distribuição de cores nos *Instagrams* das bibliotecas.



Fonte: *Instagrams* das Bibliotecas Central, Setorial do CCSA e CCEN (2021).

No item 8, “Navegável”, tem-se nos *Instagrams* das 3 bibliotecas um conteúdo organizado, que facilita a localização das informações por parte dos usuários. Além das postagens no chamado *feed*, os 3 *Instagrams* ainda apresentam informações em destaque, com instruções sobre seus principais serviços e, um *link* na parte superior, que remete o usuário para o site ou outras plataformas utilizadas pelas bibliotecas.

No item 9, sobre “Modalidades de entrada”, foi identificado que o *Instagram* possui áreas clicáveis em tamanho padrão, mas em dimensão totalmente adequada para serem utilizadas por tecnologia assistiva de acionamento por gestos.

Para o item 10, “Legível”, é possível perceber que os textos das publicações das 3 bibliotecas apresentam sempre conteúdo de fácil compreensão, onde termos técnicos e/ou específicos são prontamente explicados para o usuário.

No item 11, “Previsível”, identificou-se que a plataforma *Instagram* tanto na versão *web*, quanto no aplicativo para dispositivos móveis, não faz mudanças repentinas de *layout*,

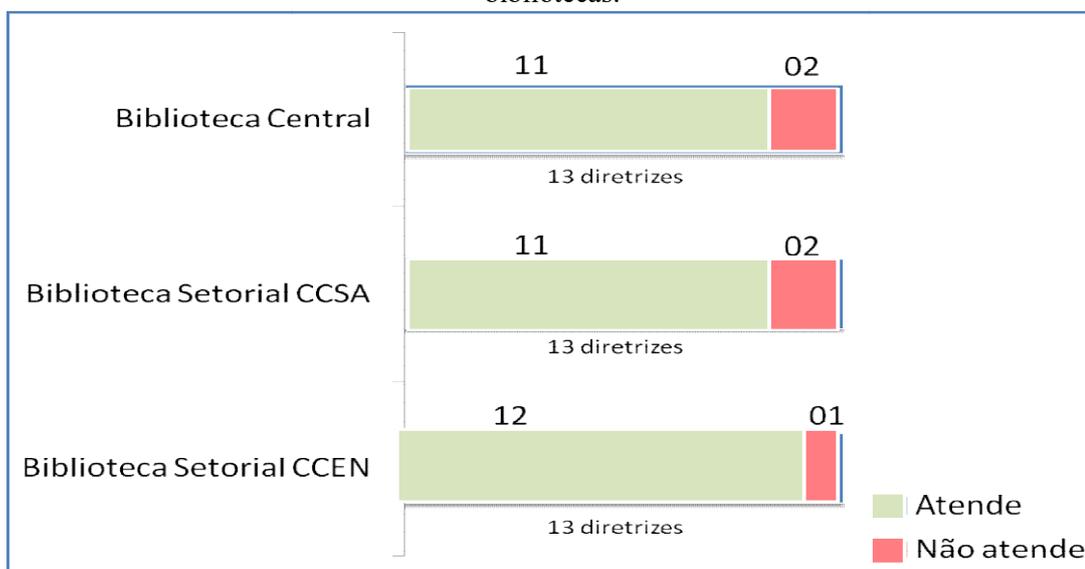
apenas permitindo mudança de cor, do plano de fundo branco para o preto, se o usuário alterar suas configurações.

O item 12, sobre “Assistência de entrada”, tem-se que o *Instagram* comunica qualquer comportamento inesperado ou erro em forma de mensagem textual, normalmente, precedida de soluções para o problema, ou da possibilidade de envio de mensagem para o seu suporte técnico.

No item 13, “Compatível”, foi identificado que a plataforma *Instagram* em suas versões para *web* e aplicativo são compatíveis para serem lidos por tecnologias assistivas, como ampliadores e leitores de tela. Contudo, assim como acontece nos *sites*, para serem lidos por esses dispositivos é preciso que todas as imagens e vídeos sejam descritas em forma de texto.

Dessa forma, levando-se em consideração as 13 recomendações do WC3 analisadas, o número de itens atendidos em relação à acessibilidade comunicacional no *Instagram* das bibliotecas do estudo se distribui da seguinte forma:

**Figura 41:** Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional no *Instagram* das bibliotecas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Apesar de a própria plataforma *Instagram* atender a diversos itens de acessibilidade, cabe aqui ressaltar, a preocupação das bibliotecas em produzir conteúdos acessíveis em suas postagens, atendendo a maior parte das diretrizes, embora ainda falem algumas adequações nessa rede social, que tem ocupado cada vez mais relevância na comunicação com o público.

Nas bibliotecas universitárias atuais, na internet, além dos seus *sites* e redes sociais é de extrema relevância a oferta também de acervos em formato virtual, como forma complementar a oferta de seus acervos físicos. Esses acervos podem ser adquiridos por meio

de assinaturas temporárias, definitivas ou ainda podem ser criados e mantidos pela própria instituição.

Dessa maneira, em consulta aos contratos de assinaturas temporárias dos acervos virtuais para o período de 2018 a 2020 verificou-se que, a Biblioteca Central, até então, gestora financeira do Sistema de Bibliotecas da UFPB, investiu o total de R\$ 2.332.856,72 (dois milhões trezentos e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos). É preciso que, todo esse investimento em plataformas que disponibilizam conteúdos científicos *online* atendam as recomendações internacionais de acessibilidade estando, inclusive, de acordo com o que foi visto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 68, que determina que, o poder público deve, dentre outras coisas, incentivar a difusão de livros em formatos acessíveis e, que se consideram formatos acessíveis os arquivos digitais que podem ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de tela ou outras tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, *online*). Assim, nessa fase da pesquisa, buscou-se identificar se os acervos virtuais adquiridos ou mantidos pelas bibliotecas da UFPB atendem as recomendações de acessibilidade, utilizando os mesmos parâmetros utilizados na análise dos *sites* e do *Instagram*, tendo em vista que, no caso dessas plataformas, o acesso é permitido para todas as bibliotecas e usuários da instituição, não restritos as 3 unidades foram analisadas até então.

É válido ressaltar que, no caso desses acervos virtuais, a análise sobre os recursos de acessibilidade comunicacional foi feito com base no formato em que estão disponibilizados os livros, artigos e outros tipos de materiais textuais presentes nessas plataformas. Sendo assim, algumas das diretrizes recomendadas pelo WC3 não serão possíveis de ser analisadas nesses *sites*, porque não estão presentes nesses conteúdos, majoritariamente, textos, como é o caso das mídias em áudio e/ou vídeo. Assim, a acessibilidade comunicacional dos acervos virtuais é detalhada no quadro adiante:

**Quadro 28: Ficha de identificação de acessibilidade comunicacional em bibliotecas universitárias**

<b>Item: ACERVOS VIRTUAIS</b>						
<b>Diretrizes centrais da WC3:</b>	<b>1 - Alternativas em texto</b>	<b>2 - Mídias com base em tempo</b>	<b>3 - Adaptável</b>	<b>4 - Discernível</b>	<b>5 - Operável por teclado</b>	<b>6 - Tempo suficiente</b>
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo.	Áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais.	Se necessitar ser alterado, ampliado, por exemplo, não pode perder informações ou estrutura do seu <i>layout</i> .	Preocupação com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado.	Funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado.	Conteúdos fiquem na tela tempo suficientes para sua leitura e utilização, nem rápido, nem devagar demais.
<b>Dados identificados em “Minha Biblioteca” (acesso via SIGAA/UFPB):</b>	Não atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Atende	Atende	Atende
<b>Dados identificados em “Biblioteca Virtual Pearson” (acesso via SIGAA/UFPB):</b>	Não atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Não atende	Não atende	Atende
<b>Dados identificados em “Dot.lib/Lectio” (acesso via IP-UFPB):</b>	Não atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Atende	Não atende	Atende
<b>Dados identificados em “Target GEDWeb” (acesso via IP-UFPB):</b>	Atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Atende	Não atende	Atende
<b>Dados identificados em “ProQuest Ebook Central” (acesso via IP-UFPB):</b>	Atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Atende	Não atende	Atende
<b>Dados identificados em “vLex” (acesso via IP-UFPB):</b>	Não atende	Não necessário ao conteúdo analisado	Atende	Atende	Não atende	Atende
<b>Item: ACERVOS VIRTUAIS (continuação)</b>						

Diretrizes centrais da WC3:	7 - Convulsões e reações físicas	8 - Navegável	9 - Modalidades de entrada	10 - Legível:	11 - Previsível	12 - Assistência de entrada	13 - Compatível
<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de <i>pop-ups</i> .	Ajude os usuários na sua experiência de navegação e facilite a localização dos conteúdos.	Possibilitar também o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis.	Os textos devem ser legíveis e compreensíveis, evitando expressões de um contexto específico.	Não permitir mudanças repentinas, de <i>layout</i> ou de cores, se não forem a pedido do usuário.	Os erros de navegação devem ser descritos em forma de texto, dando instruções de como corrigi-lo.	Desenvolvido de forma a se adaptar para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo.
<b>Dados identificados em “Minha Biblioteca” (acesso via SIGAA/UF PB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende
<b>Dados identificados em “Biblioteca Virtual Pearson” (acesso via SIGAA/UF PB):</b>	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende
<b>Dados identificados em “Dot.lib/Lectio” (acesso via IP-UFPB):</b>	Atende	Atende	Não atende	Atende	Atende	Atende	Não atende
<b>Dados identificados em “Target GEDWeb” (acesso via IP-UFPB):</b>	Não atende	Atende	Não atende	Atende	Atende	Atende	Não atende

<b>Dados identificados em “ProQuest Ebook Central”</b> (acesso via IP-UFPB):	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende
<b>Dados identificados em “vLex”</b> (acesso via IP-UFPB):	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende	Não atende

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na análise de acessibilidade comunicacional na plataforma da Biblioteca Virtual “**Minha Biblioteca**”, tem-se que:

- Não permite a impressão em fontes maiores, nem a conversão em Braille, para conteúdos em formato de imagens;
- A plataforma permite ampliação do texto em até mais de 200%, sem perda de *layout* ou conteúdo;
- Acesso a todos os recursos por meio do teclado, a partir do uso das teclas “*TAB*”, “*Enter*” e das teclas direcionais;
- Nenhum conteúdo entra ou sai da tela sem os comandos do usuário;
- As áreas clicáveis tem tamanho ideal para acionamento por gestos e tem *layout* e distribuição simplificados;
- Predomínio de cores claras no *layout* da plataforma, sendo possível mudar esse esquema de cores nos e-books, a partir do uso do recurso de “visão noturna”;
- A plataforma não apresentou compatibilidade com o *software* leitor de tela NVDA. A função de leitura do texto em voz alta está presente nos próprios livros eletrônicos da plataforma, contudo, a função está ativa apenas no idioma inglês, não atendendo as necessidades de leitura de textos em português.

Analisando agora as questões de acessibilidade na “**Biblioteca Virtual Pearson**”, identificou-se que:

- A impressão de páginas nessa plataforma só pode ser realizada mediante a compra de créditos, o que dificulta a acessibilidade por meio da ampliação das páginas, conversão em Braille, etc.;

- A ampliação das páginas não modifica a estrutura da plataforma, não havendo perda de conteúdo. Contudo, não é possível realizar um *zoom* que chegue até 200%;
- Os comandos de teclado não funcionaram para navegação pelas funcionalidades e conteúdos dos *e-books*;
- Nenhum conteúdo surgiu inesperadamente na tela, sem o comando do usuário;
- Em seu *layout* predominam as cores claras e uma organização que facilita encontrar as ferramentas da plataforma;
- Não trás a opção de mudança de cores e/ou contraste para leitura do livro eletrônico, no entanto, nenhuma mudança repentina de *layout* e cores é permitida;
- Além das mensagens de erro, a plataforma mantém em tela a opção de reportar erros diretamente para o administrador do site;
- A plataforma não apresentou compatibilidade com o *software* leitor de tela NVDA. Trás a própria ferramenta de conversão do texto em fala, contudo, nem todas as palavras de uma frase são lidas por inteiro, gerando uma experiência ineficaz de leitura do texto em voz.

Analisando o conteúdo de disponibilização dos *e-books* na Biblioteca Virtual **Dot.lib/Lectio**, observou-se que:

- Não permite nenhum tipo de impressão, nem possibilidade de leitura ou conversão das imagens disponíveis no texto;
- É possível visualizar os conteúdos dos *e-books* em até mais de 200% de ampliação, sem nenhuma perda de *layout*;
- Os comandos a partir do teclado não funcionam em todas as ferramentas da plataforma, apenas para alterar o *zoom*, mudar de página e pesquisar dentro do conteúdo dos livros;
- A plataforma se utiliza de cores claras e um *layout* que facilita a localização de suas funcionalidades, no entanto, os ícones dessas ferramentas não apresentam um tamanho ideal para o caso de acionamento por gestos;
- Não permite nenhum tipo de mudança de *layout* ou cor, automaticamente ou a pedido do usuário;
- Não apresentou compatibilidade para leitura de tela com o uso do *software* NVDA.

Ao se observar as questões de acessibilidade comunicacional na plataforma **Target GEDWeb**, tem-se que:

- Permite a impressão dos conteúdos, podendo-se ampliar as imagens;
- Possibilita a ampliação dos textos em até mais de 200%, sem nenhuma perda de conteúdo e *layout*;

- Os comandos de teclado estão restritos apenas a navegação entre as páginas dos documentos eletrônicos, sem possibilidade de acesso a outras ferramentas da plataforma, o que dificulta a navegação;

- Apesar de utilizar cores claras, com predominância do branco e do cinza, a plataforma trás ao lado dos documentos em tela, anúncios que, por vez, estão em formato de *frames*, imagens em movimento, que se alternam rapidamente, o que pode causar desconforto visual;

- Apesar de trazer um *layout* simplificado, com poucas ferramentas dispostas na tela, à plataforma tem áreas clicáveis em tamanhos bastante discretos, o que não facilita o acionamento por gestos;

- A plataforma não realiza nenhum tipo de mudança de *layout* ou cores, nem a pedido do usuário;

- Os documentos testados na plataforma não foram lidos pelo *software* leitor de tela NVDA.

Na análise de acessibilidade na Biblioteca Virtual “**ProQuest Ebook Central**”, têm-se que:

- É possível realizar a impressão de forma ampliada para as imagens;

- Permite ampliação em até mais de 200%, sem prejuízos ao *layout* da página ou ao conteúdo dos *e-books*;

- Comandos de teclado não são atendidos pela plataforma;

- Utiliza-se de cores opacas, predominantemente, cinza e azul, que não causam nenhum desconforto visual;

- Todas as ferramentas da plataforma estão dispostas de maneira a serem facilmente localizadas e, em tamanho ideal para o caso de acionamentos por gestos;

- Não permite nenhuma mudança nas cores para visualização dos conteúdos, e o formato do *layout* das páginas só pode ser alterado a pedido do usuário;

- Não foi possível realizar a leitura dos *e-books* da plataforma com o uso do leitor de tela NVDA.

Analisando o conteúdo da Biblioteca Virtual “**vLex**” em relação a acessibilidade, identificou-se que:

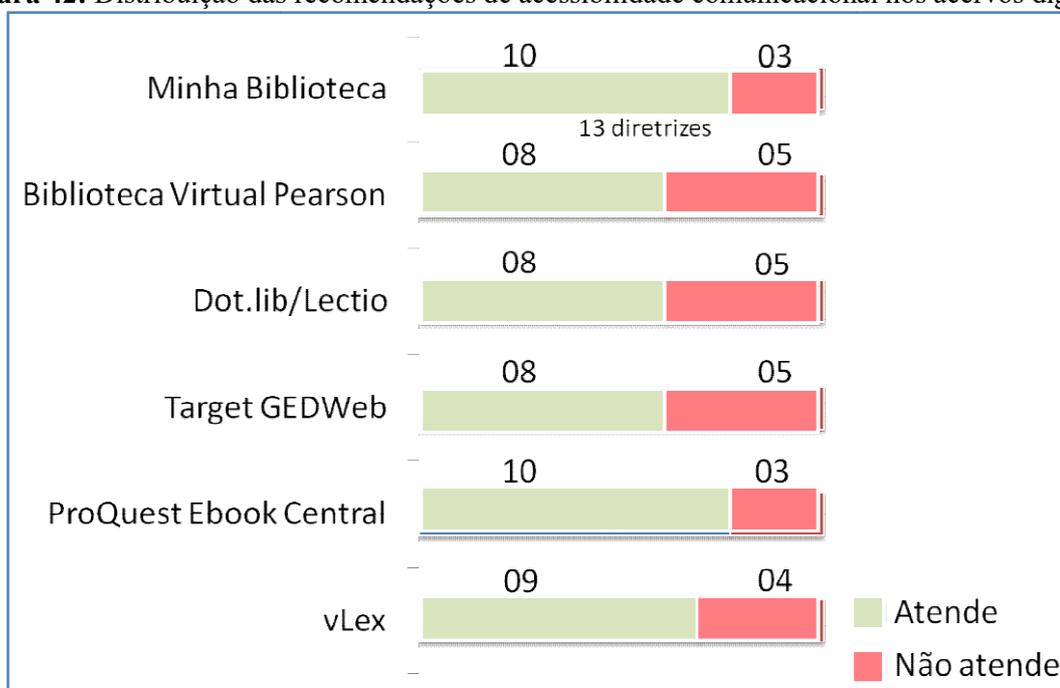
- Não permite a impressão de páginas em muitos dos *e-books* disponíveis, de forma que, não é possível ampliar imagens na impressão;

- É possível ampliar os textos das páginas do *e-book* em até mais de 200%, sem nenhuma perda de *layout* ou conteúdo;

- Os comandos de teclado não funcionam em todas as ferramentas da plataforma, incluindo a mudança de páginas;
- Predomínio de cores claras e *layout* simplificado, o que facilita a experiência de navegação, inclusive para pessoas que fazem uso de acionamento por gestos;
- Não permite nenhum tipo de mudança de cores, nem mesmo a pedido do usuário;
- O conteúdo da plataforma não foi convertido em fala pelo *software* leitor de tela NVDA.

Sendo assim, considerando as 13 recomendações do WC3 analisadas, o número de itens atendidos em relação à acessibilidade comunicacional nos 06 acervos virtuais assinados pelas bibliotecas da UFPB, se distribuem da seguinte forma:

**Figura 42:** Distribuição das recomendações de acessibilidade comunicacional nos acervos digitais.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Assim, pode-se identificar que, os acervos virtuais assinados pelas bibliotecas da UFPB apresentam certa variação em relação à acessibilidade dos materiais disponíveis em suas plataformas. Algumas recomendações de extrema relevância para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos seus conteúdos, não estão presentes, como: a possibilidade de leitura ou ampliação de imagens, o acesso por meio do teclado, a adequação do tamanho das áreas clicáveis, ou ainda, a imprescindível possibilidade de compatibilidade com tecnologias assistivas, como os leitores de tela, recurso esse, não atendido em nenhuma das plataformas.

Mesmo que das 13 diretrizes centrais do WC3 que foram analisadas nessas páginas *web*, boa parte tenha atendido as recomendações, não se pode ficar satisfeito com esse

resultado, pois como visto em Caplan (2002), a existência de acessibilidade na internet só deve ser considerada, quando o usuário obtém um total e completo entendimento das informações nela disponíveis, e essa completude não aconteceu em nenhuma das páginas estudadas.

De modo geral, o que se percebe é que, *sites*, redes sociais e bibliotecas virtuais objetos desse estudo estão em desacordo com a legislação do país que, como se viu, preceitua no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) que: “[...] é obrigatória à acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente” (BRASIL, 2015, *online*).

Diante dos problemas identificados, buscando a melhoria dos serviços prestados pelas bibliotecas da UFPB em relação à acessibilidade não apenas nas unidades analisadas por esse estudo, mas em todas que compõem o Sistema de Bibliotecas da instituição, a próxima seção desse trabalho apresentará um relatório diagnóstico sobre a situação de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, a partir dos itens acima analisados, para elucidar a situação atual dessas unidades informacionais, com vistas à adoção das medidas necessárias para a derrubada das barreiras a acessibilidade, como preconizam as diretrizes do último PDI da UFPB, que orienta o desenvolvimento de ações para a eliminação de barreiras arquitetônicas e comunicação, visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019).

Para isso, esse relatório será encaminhado a Direção da Biblioteca Central, que também dirige o Sistema de Bibliotecas da UFPB e, para a coordenação das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN, de forma que possa iniciar discussões e reflexões sobre o tema da acessibilidade nessas unidades e reverter o quadro atualmente verificado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL

**CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR**

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE A PESQUISA:

**GESTÃO DE BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:**  
UMA ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA

João Pessoa  
2021

## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO**

**1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB**

**2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA SETORIAL DO CCSA/UFPB**

**3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA SETORIAL DO CCEN/UFPB**

**4 PROPOSTA PARA DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NAS DEMAIS BIBLIOTECAS DO SISTEMA DA UFPB**

## APRESENTAÇÃO

Esse relatório tem como objetivo apresentar a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, em especial à Direção da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da UFPB, bem como, a coordenação das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN, todas no campus I desta universidade, os resultados da pesquisa sobre “**Gestão de bibliotecas na educação superior: uma análise sobre acessibilidade na Universidade Federal da Paraíba**”, de autoria do servidor, bibliotecário-documentalista, lotado na Biblioteca Central, Carlos Augusto Rolim da Silva Junior, discente do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES, sob orientação do professor Dr. José Jassuipe da Silva Moraes.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS, em todo o mundo, mais de um bilhão de pessoas convivem com alguma forma de deficiência, o que representa cerca de 15% da população mundial e, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE afirma que, essa parcela da população representa 24% do nosso povo. Dessa maneira, é preciso que espaços voltados à promoção da educação, como as universidades, possam gozar de estrutura adequada para atender a totalidade da população, sem restrições, fazendo-se garantir o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência, por meio da acessibilidade, em suas diferentes tipologias, como expresso em leis e normas nacionais e internacionais.

Essa preocupação com a acessibilidade também se faz presente nos processos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que é orientada por uma série de documentos que direcionam a sua atuação nas ações de verificação da qualidade desse ensino no país. Os dois principais documentos que trazem a questão da acessibilidade no SINAES são o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade”, de 2016, e o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento”, de 2017, esse último, com especial abordagem sobre a verificação da infraestrutura das bibliotecas universitárias e, por isso, sobre as questões de acessibilidade a elas relacionadas.

Levando em consideração os serviços ofertados pelas bibliotecas da UFPB, tem-se que as tipologias de acessibilidade de maior destaque e, por isso, necessidade de estudo, são a acessibilidade arquitetônica e a acessibilidade comunicacional. Assim, nessa pesquisa, os direcionamentos sobre as questões de acessibilidade arquitetônica são dados pela NBR 9050/2020, da ABNT, que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Já as questões de acessibilidade comunicacional, com especial ênfase

nos serviços *web*, são avaliadas com base nas diretrizes centrais do consórcio internacional W3C, que busca direcionar as questões de acessibilidade para a internet em todo o mundo. Portanto, com base nessas normas, essa pesquisa tem a intenção principal de analisar a adequação dos serviços presenciais e digitais da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN da UFPB para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência. Vale também ressaltar que, a escolha das 3 bibliotecas para a pesquisa se deu por serem elas as que possuem prédios com estrutura física de maior dimensionamento e que, por isso, conseguem acolher também acolher um número de pessoas em suas dependências.

A pesquisa, que adotou um enfoque exploratório e descritivo e, teve a observação direta como método para a coleta dos dados, averiguou *in loco* questões pontuais de acessibilidade arquitetônica no prédio e entornos das bibliotecas. Da mesma forma, utilizou-se da observação direta para coletar as informações de acessibilidade comunicacional presentes nos *sites*, *Instagrams* e acervos digitais ofertados pelas bibliotecas do estudo.

Assim, adiante, seguem os principais dados obtidos através da investigação, a fim de apontar soluções para as questões por ela elucidadas e melhorar a qualidade dos serviços ofertados para as pessoas com deficiência nas bibliotecas da UFPB.

# 1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB

## 1.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A análise da acessibilidade arquitetônica partiu do estudo situacional de 19 itens trazidos pela norma NBR 9050/2020 que, em regra, podem ser encontrados nas estruturas físicas de bibliotecas universitárias, conforme demonstra a imagem adiante e, cuja norma detalha as recomendações necessárias para que, cada uma delas seja acessível às pessoas com deficiência. Dessa forma, a situação de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da UFPB precisa ser melhorada nos seguintes aspectos:

**Figura 1:** Situação de acessibilidade arquitetônica no prédio da Biblioteca Central.

Atende a norma 9050/2020:									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Posicionamento das estantes	Calçadas	Estacionamento acessível	Piso	Capachos	Escadas	Rampas	Corredores	Sanitários	
Não atende a norma 9050/2020:									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Balcões de atendimento	Balcões de informação	Mesas de estudo	Terminais de consulta	Portas	Portas de vidro	Sinalização acessível	Rota acessível	Degraus isolados	Corrimãos

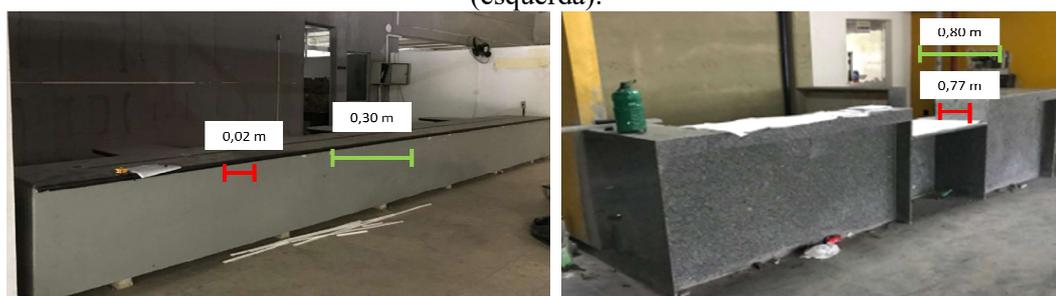
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

### 1 – Balcões de atendimento:

Balcão pavimento térreo - Recomendado: profundidade livre mínima de 0,30 m./ Identificado: 0,02 m.

Balcão 1º e 2º pavimentos - Recomendado: largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m./ Identificado: 0,77 m.

**Figura 2:** Balcão de atendimento térreo (direita) e balcões de atendimento pavimentos 2 e 3 (esquerda).



**Fonte:** capturadas pelo autor (2021).

## 2 – Balcões de informação/referência:

Balcão de informação térreo – Recomendado: altura em relação ao piso de 0,90 m a 1,05 m/ Identificado: 1,10 m.

**Figura 3:** Balcão de informação térreo.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 3 – Mesas de estudo:

Mesa redonda - Recomendado: altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m. e altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m/ Identificado: altura em relação ao piso de 0,71 m e altura livre do tampo ao piso de 0,69 m.

Mesa quadrada – Recomendado: tampo com largura mínima de 0,90 m; altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m./ Identificado: tampo com largura livre sob a superfície de 0,60 m; altura livre do tampo ao piso de 0,70 m e de profundidade livre 0,44 m.

## 4 – Terminais de consulta:

Recomendado: altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m./ Identificado: altura livre do tampo ao piso de 0,70 m e profundidade livre de 0,44 m.

## 5 – Portas:

Recomendado: quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura./ Identificado: entre 0,69 m a 0,79 m e altura entre 2,06 m a 2,09 m;

Recomendado: se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura./ Identificado: entre 0,69 m a 0,79 m e altura entre 2,06 m a 2,09 m;

Recomendado: maçanetas do tipo alavanca./ Identificado: 02 maçanetas no formato de esfera.

## 6 – Portas de vidro:

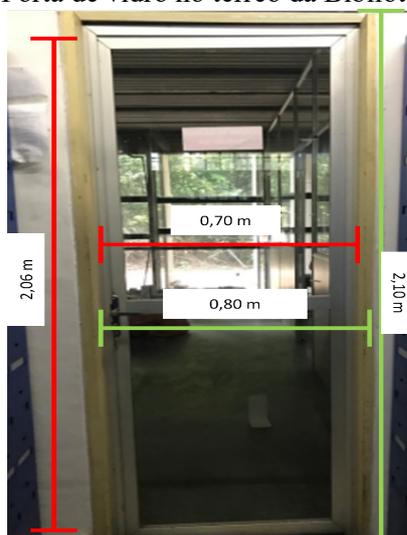
Recomendado: possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, aplicadas em 3 diferentes faixas contínuas/ Identificado: não possuem nenhuma faixa de sinalização;

Recomendado: quando abertas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura./ Identificado: vão livre com largura entre 0,67 m a 0,78 m e altura entre 2,04 m a 2,09 m;

Recomendado: se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura./ Identificado: vão livre com largura entre 0,67 m a 0,78 m e altura entre 2,04 m a 2,09 m;

Recomendado: maçanetas do tipo alavanca/ Identificado: 05 maçanetas no formato de esfera.

**Figura 4:** Porta de vidro no térreo da Biblioteca Central.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 7 – Sinalização acessível:

Recomendado: Sinalização de acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga/ Identificado: não há esse tipo de sinalização;

Recomendado: Símbolo Internacional de Acesso – SIA deve está na entrada do prédio; na área de resgate, embarque e desembarque para PCDs; em espaços reservados para pessoas

em cadeira de rodas; em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferência de PCDs./ Identificado: não há esse tipo de sinalização.

### 8 – Rota acessível:

Recomendado: ser um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos./ Identificado: não há sinalização de rota acessível;

Recomendado: podem coincidir com as rotas de fuga./ Identificado: não há sinalizações indicando rota de fuga.

### 9 – Degraus isolados:

Recomendado: devem possuir sinalização com faixas luminosas em seu piso e espelho./ Identificado: não possui sinalização;

Recomendado: devem conter corrimãos./ Identificado: não possui os corrimãos.

**Figura 5:** Degraus isolados na Biblioteca Central.



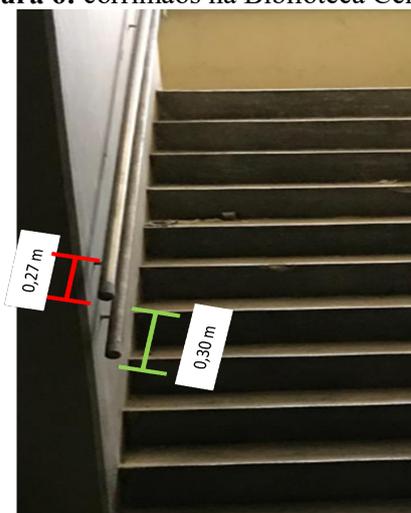
Fonte: capturada pelo autor (2021).

### 10 – Corrimãos:

Recomendado: instalados em ambos os lados das escadas e rampas./ Identificado: não há corrimãos na rampa da entrada do prédio;

Recomendado: haver um prolongamento de, no mínimo, 0,30 m./ Identificado: prolongamentos de 0,27 m;

Recomendado: nos degraus isolados deve haver um corrimão com, no mínimo, 0,30 m de comprimento e a 0,75 m da quina do degrau./ Identificado: não há rampa próxima aos degraus isolados.

**Figura 6:** corrimãos na Biblioteca Central.

**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

Na Biblioteca Central, outros 9 itens analisados na pesquisa atendem a contento a todas as recomendações da norma de acessibilidade 9050/2020, como demonstrou a figura 1.

## 1.2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A análise da acessibilidade comunicacional partiu do estudo situacional de 13 diretrizes trazidas pelo consórcio internacional W3C que, visam o uso dos *sites* da internet para todas as pessoas, sobretudo, as pessoas com deficiência. Nesse sentido, conforme a imagem a seguir, identificou-se que no site da Biblioteca Central da UFPB precisam ser melhorados os seguintes aspectos:

**Figura 7:** Situação de acessibilidade comunicacional no site da Biblioteca Central.

Atende as diretrizes da WC3:								
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Mídias com base em tempo	Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Convulsões e reações físicas	Navegável	Previsível	Assistência de entrada
Não atende as diretrizes da WC3:								
1	2	3	4					
Alternativas em texto	Modalidades de entrada	Legível	Compatível					

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

**Figura 8:** Identificação de itens não acessíveis no site da Biblioteca Central.

**Alternativas em texto:** não permite que conteúdos não textuais sejam convertidos para Braille ou fala.

**Modalidades de entrada:** áreas clicáveis muito pequenas, o que dificulta o acionamento por gestos.

**Legível:** utiliza expressões de contexto específico, como “Agenda BC”, “Sistema de Bibliotecas”, “Acesso à informação” e “Portais de pesquisa e bases de dados”.

**Compatível:** não se adaptou para rodar tecnologia assistiva como o leitor de tela NVDA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Também foi realizada a mesma análise de acessibilidade comunicacional, com base nas diretrizes do W3C, no *Instagram* da Biblioteca Central, como rede social de maior utilização pela unidade e, identificou-se que essa plataforma necessita dos seguintes melhoramentos para se tornar, de fato, acessível:

**Figura 9:** Situação de acessibilidade comunicacional no *Instagram* da Biblioteca Central.

Atende as diretrizes da WC3:										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Alternativas em texto	Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Navegável	Modalidades de entrada	Legível	Previsível	Assistência de entrada	Compatível
Não atende as diretrizes da WC3:										
1	2									
Mídias com base em tempo	Convulsões e reações físicas									

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

### 1 – Mídias com base em tempo:

Recomendado: áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais/ Identificado: a maior parte dos vídeos disponíveis não apresenta legendas, nem textos alternativos descrevendo as imagens dispostas no vídeo.

## 2 – Convulsões e reações físicas:

Recomendado: evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de *pop-ups*./ Identificado: faz uso recorrente de cores chamativas, como roxo e verde vibrantes, luminosos, que não são os mais recomendados, pois pode causar desconforto visual para usuários com maior sensibilidade, o que pode levar a convulsões.

Da mesma forma, realizou análise de acessibilidade comunicacional com base nas diretrizes do W3C nas plataformas de acervos digitais assinados pelo Sistema de Bibliotecas da UFPB e, sendo a Biblioteca Central também gestora desse sistema e, por isso, responsável pelas assinaturas desses acervos, tornasse ela a principal interessada em conhecer a situação de acessibilidade dos mesmos, de modo que, essas informações possam direcionar as futuras assinaturas desse tipo de plataforma e cobranças de adequações as já adquiridas.

Nos 6 acervos digitais analisados foram identificados os seguintes problemas:

**Figura 10:** Situação de acessibilidade comunicacional nos acervos virtuais.

Não atendem as diretrizes da WC3:	
Alternativas em texto	
Discernível	
Operável por teclado	
Convulsões e reações físicas	
Modalidades de entrada	
Compatível	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

## 1 – Alternativas em texto:

Recomendado: que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo./ Identificado: “Minha Biblioteca” não permite a impressão em fontes maiores, nem a conversão em Braille de conteúdos em formato de imagens; “Biblioteca Virtual Pearson” só permite impressão de páginas mediante a compra de créditos, o que dificulta a acessibilidade por meio da ampliação das páginas, conversão em

Braille, etc.; “Dot.lib/Lectio” não permite nenhum tipo de impressão, nem possibilidade de leitura ou conversão das imagens disponíveis no texto; “vLex” não permite a impressão de páginas em muitos dos e-books disponíveis, de forma que, não é possível ampliar imagens na impressão.

## **2 – Discernível:**

Recomendado: preocupação com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado./

Identificado: Em “Biblioteca Virtual Pearson” não é possível realizar um *zoom* que chegue até os 200%.

## **3 – Operável por teclado:**

Recomendado: funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado./

Identificado: com exceção de “Minha Biblioteca”, os comandos de teclado não funcionam, total ou parcialmente, na navegação pelas funcionalidades dos e-books nas outras 5 plataformas.

## **4 – Convulsões e reações físicas:**

Recomendado: evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de *pop-ups*./ Identificado: “Target GEDWeb” trás ao lado dos documentos por elas disponibilizados anúncios que, por vez, estão em formato de *frames*, imagens em movimento, que se alternam rapidamente.

## **5 – Modalidades de entrada:**

Recomendado: possibilitar também o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis./ Identificação: “Dot.lib/Lectio” e “Target GEDWeb” possuem áreas clicáveis em tamanhos bastante discretos, o que não facilita o acionamento desses *links* através da tecnologia assistiva de acionamento por gestos.

## **6 – Compatível:**

Recomendado: desenvolvido de forma a se adaptarem para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo./ Identificado: nenhuma das plataformas apresentou compatibilidade quando testada com o *software* leitor de tela NVDA.

## 2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA SETORIAL DO CCSA/UFPB

### 2.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A análise da acessibilidade arquitetônica se deu da mesma forma que a realizada na Biblioteca Central, a partir de 19 itens trazidos pela norma NBR 9050/2020, como demonstra a figura adiante. Nesse sentido, a situação de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Setorial do CCSA precisa ser otimizada nos seguintes aspectos:

**Figura 11:** Situação de acessibilidade arquitetônica no prédio da Biblioteca Setorial do CCSA.

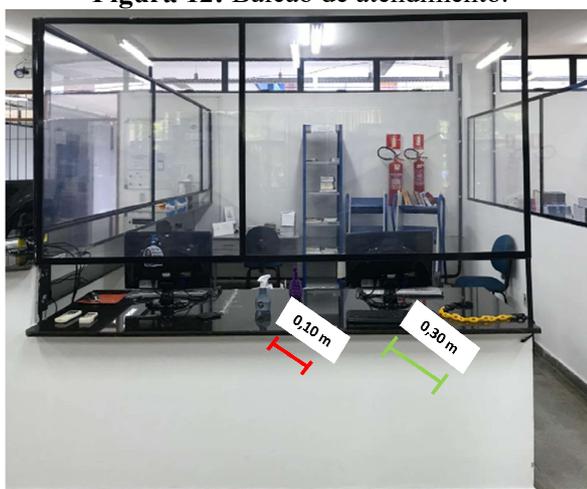
Atende a norma 9050/2020:										
1	2	3	4							
Mesas de estudo	Posição das estantes	Piso	Rampas							
Não atende a norma 9050/2020:										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Balcões de atendimento	Terminals de consulta	Calçada	Estacionamento acessível	Portas	Portas de vidro	Sinalização acessível	Rota acessível	Capachos	Corrimãos	Corredores
Prédio não possui esses itens:										
1	2	3	4							
Balcões de informação	Degráus isolados	Escadas	Sanitários							

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

#### 1 – Balcões de atendimento:

Recomendado: profundidade livre mínima de 0,30 m./ Identificado: 0,10 m.

**Figura 12:** Balcão de atendimento.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 2 – Terminais de consulta:

Recomendado: largura mínima de 0,90 m./ Identificado: 0,80 m.

Recomendado: profundidade livre mínima de 0,50 m./ Identificado: 0,37 m.

## 3 – Calçada:

Recomendado: possuir uma faixa livre para a circulação de pedestres sem a presença de degraus/ Identificado: um degrau de 0,03 m.

**Figura 13:** degrau em calçada na Biblioteca Setorial do CCSA.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

## 4 - Estacionamento acessível:

Recomendado: deve ser devidamente sinalizado./ Identificado: sinalização apenas no piso, que está bastante comprometida, dificultando a localização das vagas.

**Figura 14:** estacionamento com sinalização apagada.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

## 5 – Portas:

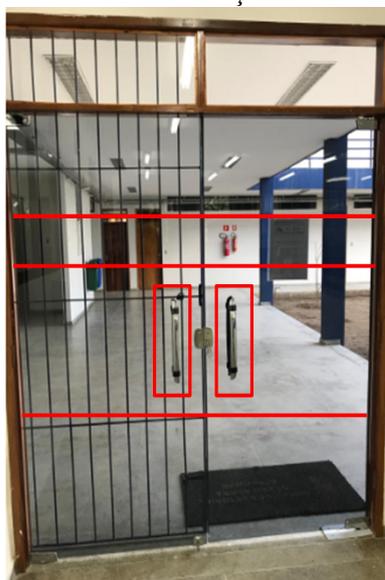
Recomendado: quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura./ Identificado: largura do vão livre é de 0,79 m.

## 6 – Portas de vidro:

Recomendado: Possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, aplicadas em 3 diferentes faixas contínuas, postas em alturas diversas, com dimensão mínima de 50 mm de largura cada uma./ Identificado: não possui faixas de sinalização visual.

Recomendado: maçanetas do tipo alavanca/ Identificado: maçanetas do tipo barra.

**Figura 15:** porta de vidro sem sinalização visual e maçanetas em barra.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

## 7 – Sinalização acessível:

Recomendado: sinalização de banheiros, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga./ Identificado: não possui nenhuma dessas sinalizações;

Recomendado: Símbolo Internacional de Acesso – SIA deve está na entrada do prédio; na área de resgate, embarque e desembarque para PCDs; em espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas; em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferência de PCDs./ Identificado: não há esse tipo de sinalização.

## 8 – Rota acessível:

Recomendado: ser um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos./ Identificado: não há sinalização de rota acessível;

Recomendado: podem coincidir com as rotas de fuga./ Identificado: não há sinalizações indicando rota de fuga.

### 9 – Capachos, forrações, carpetes e tapetes:

Recomendado: seja evitado o uso de qualquer adereço que possa criar obstáculos no piso./ Identificado: existe um capacho na porta de entrada da biblioteca;

Recomendado: quando existirem deve estar fixados ao piso com firmeza, podendo ser sobrepostos ou embutidos em desníveis que não excedam os 5 mm./ Identificado: o capacho está totalmente solto no piso, sem firmeza, sobreposição ou embutimento.

**Figura 16:** capacho na porta de entrada da Biblioteca Setorial do CCSA.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

### 10 – Corrimãos:

Recomendado: instalados em ambos os lados das escadas e rampas./ Identificado: existe uma rampa onde não foram identificados corrimãos.

**Figura 17:** rampa sem corrimãos nas suas laterais.



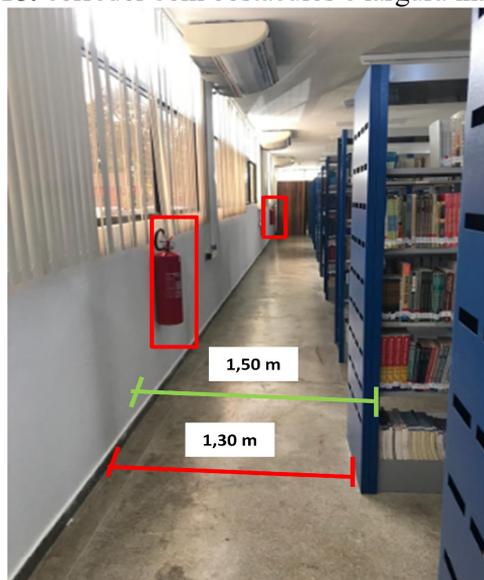
Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 11 – Corredores:

Recomendado: deve assegurar pelo menos uma faixa livre de obstáculos e barreiras./ Identificado: corredor com 02 extintores, que diminuem o seu espaço livre, que já é menor que o recomendado;

Recomendado: largura mínima de 1,50 m./ Identificado: um corredor com apenas 1,30 m de largura, na parte de trás das estantes.

**Figura 18:** corredor com obstáculos e largura inadequada.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

Na Biblioteca Setorial do CCSA, outros 4 itens analisados na pesquisa atendem a contento a todas as recomendações da norma de acessibilidade 9050/2020 e, outros 4, não estão presentes no prédio dessa unidade, como demonstrou a figura 11.

## 2.2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A análise da acessibilidade comunicacional partiu do estudo situacional de 13 diretrizes trazidas pelo consórcio internacional W3C que, visam o uso dos *sites* da internet para todas as pessoas, sobretudo, as pessoas com deficiência. Nesse sentido, conforme a figura a seguir, identificou-se que no site da Biblioteca Setorial do CCSA necessitam ser melhorados os seguintes aspectos:

**Figura 19:** Situação de acessibilidade comunicacional no site da Biblioteca Setorial do CCSA.

Atende as diretrizes da WC3:								
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Mídias com base em tempo	Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Convulsões e reações físicas	Navegável	Previsível	Assistência de entrada
Não atende as diretrizes da WC3:								
1	2	3	4					
Alternativas em texto	Modalidades de entrada	Legível	Compatível					

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

**Figura 20:** Identificação de itens não acessíveis no site da Biblioteca Setorial do CCSA.

The screenshot shows the website interface with several elements highlighted by colored boxes corresponding to the legend:

- Alternativas em texto:** A light blue box highlights the 'Contato' button in the top right corner.
- Modalidades de entrada:** A red box highlights a small, square button in the top right corner.
- Legível:** Yellow boxes highlight various menu items in the left sidebar, including 'Plano de Contingência', 'Visita orientada', 'Periódicos', 'Boletim BSBS', 'Portais de pesquisa e bases de dados', and 'Bibliografias digitais'.
- Compatível:** A red box highlights the 'Contato' button at the bottom of the page.

**Legenda:**

- Alternativas em texto:** não permite que conteúdos não textuais sejam convertidos para Braille ou fala.
- Modalidades de entrada:** áreas clicáveis muito pequenas, o que dificulta o acionamento por gestos.
- Legível:** utiliza expressões de contexto específico, como “Plano de contingência”, “Visita orientada”, “Periódicos”, “Boletim BSBS”, “Portais de pesquisa e bases de dados” e “Bibliografias digitais”.
- Compatível:** não se adaptou para rodar tecnologia assistivas como o leitor de tela NVDA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Realizou-se a mesma análise de acessibilidade comunicacional, com base nas diretrizes do W3C, no *Instagram* da Biblioteca Setorial do CCSA, como rede social de maior utilização por essa unidade e, identificou-se que essa plataforma necessita das seguintes melhorias para se tornar mais acessível:

**Figura 21:** Situação de acessibilidade comunicacional no *Instagram* da Biblioteca Setorial do CCSA.

Atende as diretrizes da WC3:										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Convulsões e reações físicas	Navegável	Modalidades de entrada	Legível	Previsível	Assistência de entrada	Compatível
Não atende as diretrizes da WC3:										
1	2									
Alternativas em texto	Mídias com base em tempo									

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

### 1 – Alternativas em texto:

Recomendado: que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo./ Identificado: não fez uso de textos alternativos para descreve os conteúdos em formato de imagem.

### 2 – Mídias com base em tempo:

Recomendado: áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais/ Identificado: não traz legendas, nem texto alternativo descrevendo as imagens dispostas no vídeo, o que limita ou impossibilita a comunicação dessas informações para pessoas com deficiência.

### 3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL NA BIBLIOTECA SETORIAL DO CCEN/UFPB

#### 3.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A análise da acessibilidade arquitetônica se deu da mesma maneira que a realizada na Bibliotecas Central e setorial do CCSA, a partir de 19 itens trazidos pela norma NBR 9050/2020, como demonstra a figura adiante. Dessa forma, a situação de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Setorial do CCEN necessita ser aperfeiçoado nos seguintes quesitos:

**Figura 22:** Situação de acessibilidade arquitetônica no prédio da Biblioteca Setorial do CCEN.

Atende a norma 9050/2020:												
1	2	3	4									
Posição das estantes	Terminais de consulta	Piso	Rampas									
Não atende a norma 9050/2020:												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Balcões de atendimento	Mesas de estudo	Calçada	Estacionamento acessível	Portas	Portas de vidro	Sinalização acessível	Rota acessível	Capachos	Escadas	Corrimãos	Corredores	Sanitários
Prédio não possui esses itens:												
1	2											
Balcões de informação	Degraus isolados											

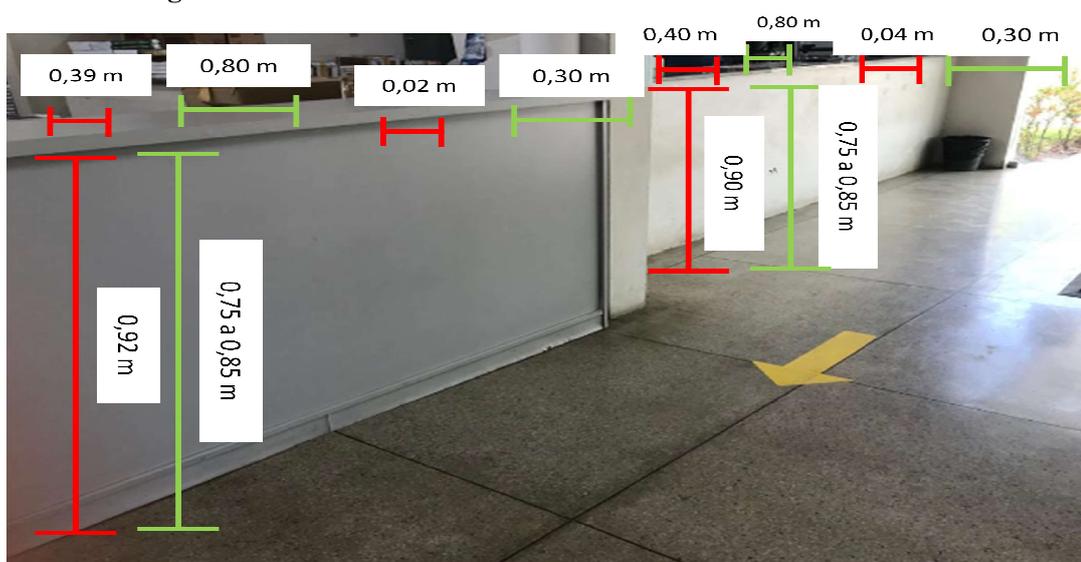
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

#### 1 – Balcões de atendimento:

Recomendado: altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m./ Indicado: 2 balcões com altura dos balcões em relação ao piso de 0,90 m e 0,92, o que ultrapassa o recomendado;

Recomendado: largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m./ Identificado: largura livre sob a superfície, ficando cada balcão com 0,40 m e 0,39 m;

Recomendado: profundidade livre mínima de 0,30 m./ Identificado: profundidade livre mínima, estando cada balcão com 0,04 m e 0,02 m.

**Figura 23:** Balcões de atendimento da Biblioteca Setorial do CCEN.

Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 2 – Mesas de estudo:

Recomendado: largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m./ Identificado: 6 mesas no modelo quadrado com gavetas, tem largura livre sob a superfície de apenas 0,60 m;

Recomendado: altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m/ Identificado: 6 mesas no modelo quadrado com gavetas, que tem altura livre de apenas 0,72 m;

Recomendado: profundidade livre mínima de 0,50 m./ Identificado: mesa quadrada com gaveta com profundidade de 0,44 m; 4 mesas no modelo quadrado sem gavetas e profundidade de 0,43 m e 1 mesa em modelo quadrado maior, com profundidade livre de 0,40 m.

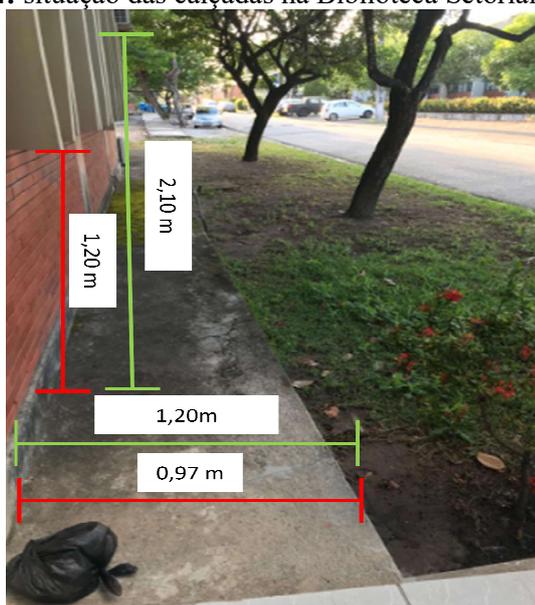
## 3 – Calçada:

Recomendado: possuir uma faixa livre para a circulação de pedestres sem a presença de degraus/ Identificado: possui calçadas que, praticamente, inviabilizam a sua utilização, pois elas não conexão com as calçadas dos edifícios ao seu entorno;

Recomendado: faixa para circulação deve ter uma largura mínima de 1,20 m./ Identificado: possuem uma faixa de circulação com largura de apenas 0,97 m;

Recomendado: altura livre na lateral da faixa de circulação de 2,10 m./ Identificado: altura livre na faixa lateral de 1,20 m, devido aos quebra-sóis nas janelas frontais.

**Figura 24:** situação das calçadas na Biblioteca Setorial do CCEN.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

#### **4 – Estacionamento acessível:**

Recomendado: deve está em uma rota acessível./ Identificado: está fora de uma rota acessível, pois fica localizada do outro lado da via de carros, no lado contrário ao prédio da biblioteca;

Recomendado: afastado da circulação de veículos./ Identificado: próximo à circulação dos veículos.

**Figura 25:** estacionamento na Biblioteca Setorial do CCEN.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

## 5 – Portas:

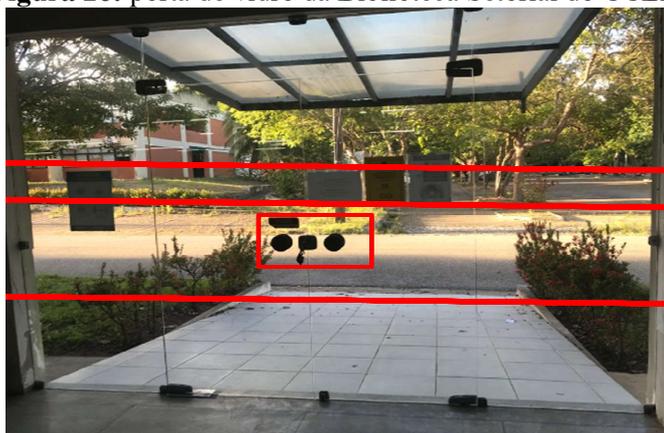
Recomendado: quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura./ Identificado: 03 portas com dimensões da largura do vão livre, que fica entre 0,67 a 0,68 e 03 portas com altura do vão livre entre 2,05 m a 2,09 m.

## 6 – Portas de vidro:

Recomendado: possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, aplicadas em 3 diferentes faixas contínuas, postas em alturas diversas, com dimensão mínima de 50 mm de largura cada uma./ Identificado: não possui nenhuma faixa de sinalização;

Recomendado: maçanetas do tipo alavanca/ Identificado: maçanetas no formato circular.

**Figura 26:** porta de vidro da Biblioteca Setorial do CCEN.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 7 – Sinalização acessível:

Recomendado: Sinalização de acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga/ Identificado: não há esse tipo de sinalização;

Recomendado: Símbolo Internacional de Acesso – SIA deve está na entrada do prédio; na área de resgate, embarque e desembarque para PCDs; em espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas; em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferência de PCDs./ Identificado: não há esse tipo de sinalização.

## 8 – Rota acessível:

Recomendado: ser um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos./ Identificado: não há sinalização de rota acessível;

Recomendado: podem coincidir com as rotas de fuga./ Identificado: não há sinalizações indicando rota de fuga.

### 9 – Capachos, forrações, carpetes e tapetes:

Recomendado: seja evitado o uso de qualquer adereço que possa criar obstáculos no piso./ Identificado: existem 2 capachos na entrada interna da biblioteca;

Recomendado: quando existirem deve estar fixados ao piso com firmeza, podendo ser sobrepostos ou embutidos em desníveis que não excedam os 5 mm./ Identificado: os capachos estão totalmente soltos no piso, sem firmeza, sobreposição ou embutimento.

**Figura 27:** capachos na Biblioteca Setorial do CCEN.

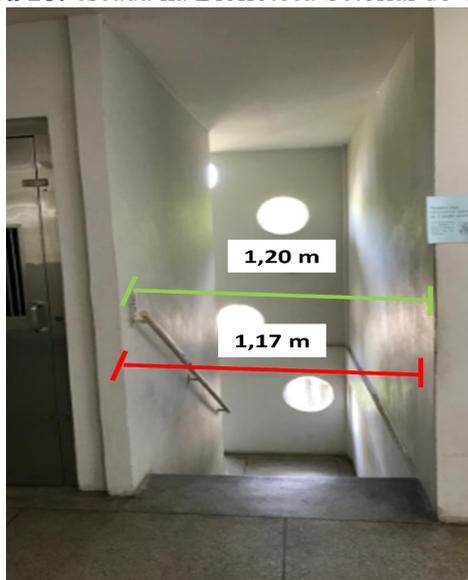


Fonte: capturada pelo autor (2021).

### 10 – Escadas:

Recomendado: largura mínima de 1,20 m./ Identificado: largura de 1,17 m.

**Figura 28:** escada na Biblioteca Setorial do CCEN.



Fonte: capturada pelo autor (2021).

## 11 – Corrimãos:

Recomendado: instalados em ambos os lados das escadas e rampas./ Identificado: não há corrimãos na rampa de entrada;

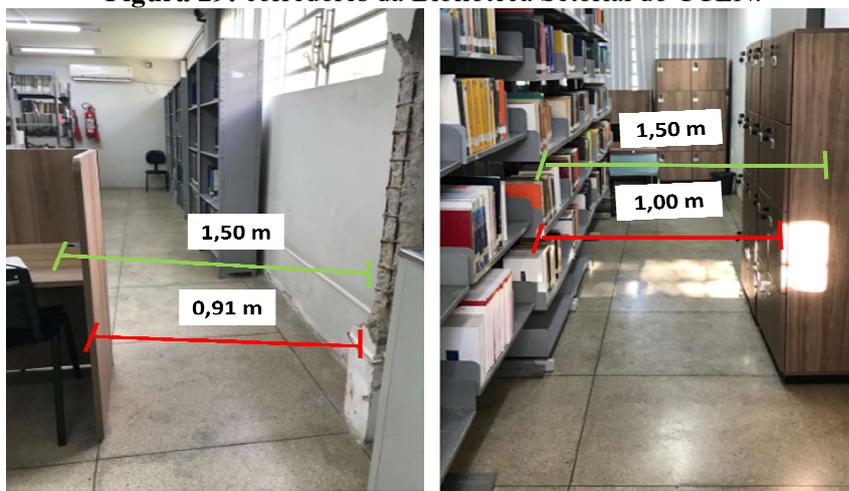
Recomendado: possuir duas barras paralelas, uma a 0,92 m e outra 0,70 m de altura da face superior da barra até a quina do degrau para as escadas/ da face superior da barra até o piso para as rampas./ Identificado: presença de apenas uma barra de corrimão na escada, quando deveria haver duas, e essa barra única está instalada a 0,95 m da quina do degrau;

Recomendado: haver um prolongamento de, no mínimo, 0,30 m./ Identificado: nenhum prolongamento nas extremidades da escada.

## 12 – Corredores:

Recomendado: largura mínima de 1,50 m./ Identificado: larguras que variam 1,70 m até 0,91 m, de forma que, nem todos os corredores estão dentro das recomendações normativas.

**Figura 29:** corredores da Biblioteca Setorial do CCEN.



**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

## 13 – Sanitários:

Recomendado: deve existir ao menos um sanitário acessível por pavimento./ Identificado: não existem sanitários acessíveis no 2º pavimento;

Recomendado: tenham entradas independentes dos demais./ Identificado: ficam integrados as demais cabines de sanitários;

Recomendado: abertura da porta para o lado externo./ Identificado: abertura para o lado interno;

Recomendado: distância entre a bacia e as paredes laterais de, no mínimo, 0,40 m e 0,80 m./ Identificado: a distância entre a bacia e a parede em um dos lados está com 0,35 m;

Recomendado: Bacias sanitárias: devem ficar a uma altura do piso entre 0,43 m e 0,45m, desconsiderado a altura do assento, o qual só deve acrescentar a altura final de 0,01 a 0,03 cm./ Identificado: altura da bacia sanitária e do seu assento em relação ao piso, também demonstrou-se fora da norma, com 0,40 m e 0,41 m;

Recomendado: um dos lavatórios de ser equipado com torneira de acionamento por alavanca, sensor elétrico ou equivalente./ Identificado: todos os lavadores possuem torneiras com acionamento giratório;

Recomendado: papeleiras instaladas sempre acima de 1,00 m do piso e, de modo que, não atrapalhe o acesso à barra de apoio./ Identificado: não possuem papeleiras instaladas, ficando o papel higiênico disposto de maneira irregular.

Na Biblioteca Setorial do CCEN, outros 4 itens analisados na pesquisa atendem satisfatoriamente a todas as recomendações da norma de acessibilidade e, outros 2, não estão presentes nesse prédio, como demonstrou a figura 22.

### 3.2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A análise da acessibilidade comunicacional partiu do estudo situacional de 13 diretrizes apontadas pelo consórcio internacional W3C que, visam o uso das plataformas de internet para todas as pessoas, sobretudo, as pessoas com deficiência. Nesse sentido, conforme a figura a seguir, identificou-se que o site da Biblioteca Setorial do CCSA necessita das seguintes melhorias:

**Figura 30:** Situação de acessibilidade comunicacional no site da Biblioteca Setorial do CCEN.

Atende as diretrizes da WC3:									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Mídias com base em tempo	Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Convulsões e reações físicas	Navegável	Legível	Previsível	Assistência de entrada
Não atende as diretrizes da WC3:									
1	2	3							
Alternativas em texto	Modalidades de entrada	Compatível							

**Fonte:** capturada pelo autor (2021).

**Figura 31:** Identificação de itens não acessíveis no site da Biblioteca Setorial do CCEN.

**Alternativas em texto:** não permite que conteúdos não textuais sejam convertidos para Braille ou fala.

**Modalidades de entrada:** áreas clicáveis muito pequenas, o que dificulta o acionamento por gestos.

**Compatível:** não se adaptou para rodar tecnologia assistivas como o leitor de tela NVDA.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Realizou-se ainda, a análise de acessibilidade comunicacional com base nas diretrizes do W3C no *Instagram* da Biblioteca Setorial do CCEN, como rede social de maior utilização por aquela unidade e, identificou-se que essa plataforma necessita de melhorias nos seguintes itens:

**Figura 32:** Situação de acessibilidade comunicacional no *Instagram* da Biblioteca Setorial do CCEN.

Atende as diretrizes da WC3:											
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Alternativas em texto	Adaptável	Discernível	Operável por teclado	Tempo suficiente	Convulsões e reações físicas	Navegável	Modalidades de entrada	Legível	Previsível	Assistência de entrada	Compatível
Não atende as diretrizes da WC3:											
1											
Mídias com base em tempo											

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

## 1 – Mídias com base em tempo:

Recomendado: áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais/ Identificado: não traz legendas, nem texto

alternativo descrevendo as imagens dispostas no vídeo, o que limita ou impossibilita a comunicação dessas informações com pessoas com deficiência.



Item: BALCÕES DE INFORMAÇÃO/ REFERÊNCIA							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Próximo à entrada, de fácil identificação e em trajeto acessível.	Boa iluminação, que permita ver a face do atendente.	Deve evitar telas e grades.	Largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,90 m a 1,05 m.	Permitir que pessoas em cadeira de rodas possam se aproximar lateralmente e rotacionar a cadeira em até 180°		
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: MESAS DE ESTUDO							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	No mínimo, uma delas seja acessível, ou pelo menos 5% do total e outros 10% adaptáveis.	Fáceis de identificar e dispostas em rota acessível.	Espaço para aproximação frontal de 0,80 m por 1,20 m/ cadeira de rodas possa fazer um giro de 180°.	Tampo com largura mínima de 0,90 m e altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m.	Largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.	Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m.	
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: POSICIONAMENTO DAS ESTANTES							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m.	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas (1,50 para rotação 360°).					
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: TERMINAIS DE CONSULTA</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Devem representar, no mínimo, 5%, ou no mínimo, outros 10% possam ser adaptados.	Largura mínima de 0,90 m e uma altura em relação ao piso de 0,75 m a 0,85 m.	Altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m.				
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: ENTORNO - CALÇADA</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Possuir uma faixa livre para a circulação de pedestres sem a presença de degraus	Faixa para circulação deve ter uma largura mínima de 1,20 m.	Altura livre na lateral da faixa de circulação de 2,10 m.	Faixa lateral de serviço de no mínimo 0,70 m.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: ENTORNO – ESTACIONAMENTO ACESSÍVEL</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve ser devidamente sinalizado.	Possuir um espaço adicional de circulação de, no mínimo, 1,20 m de largura.	Piso regular e estável.	Deve estar em uma rota acessível.	Afastado da circulação de veículos.	No máximo 50 m de percurso em relação à edificação ou aos elevadores.	
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: PORTAS</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura.	Se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura.	Abertura dessas portas deve se fazer com um único movimento.	Maçanetas do tipo alavanca devem ficar a uma altura do piso de 0,80 m a 1,10 m.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: PORTAS DE VIDRO (em áreas de circulação)							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Possuir sinalização visual com faixas em até duas cores, aplicadas em 3 diferentes faixas contínuas, postas em alturas diversas, com dimensão mínima de 50 mm de largura cada uma.	Quando abertas, as portas devem deixar um vão livre de, no mínimo, 0,80 m de largura e 2,10 de altura.	Se possuírem duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter 0,80 m de largura e 2,10 m de altura.	Abertura dessas portas deve se fazer com um único movimento.	Maçanetas do tipo alavanca devem ficar a uma altura do piso de 0,80 m a 1,10 m.		
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Sinalização de banheiros, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga.	Símbolo Internacional de Acesso – SAI deve estar na entrada do prédio.	SAI deve estar nas vagas de estacionamento para PCDs.	SAI deve estar em sanitários para PCDs.	SAI deve estar na área de resgate, embarque e desembarque para PCDs.	SAI deve estar em espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas.	SAI deve estar em equipamentos e mobiliários reservados para o uso preferencial de PCDs.
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: ROTA ACESSÍVEL							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Ser um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos.	Natural ou artificialmente bem iluminada.	Podem coincidir com as rotas de fuga.				
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: PISO							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Evitar padronagens	Devem ser regulares,	Evitar desníveis no	Soleiras de portas ou os			

	na superfície, como o uso de desenhos e cores que causem a impressão de tridimensionalidade.	firmes e que não causem trepidações para dispositivos com rodas.	piso de rotas acessíveis, a não ser que esse tenha, no máximo, até 5 mm de altura.	vãos de passagem com desníveis de até um degrau, devem ter em sua extensão uma rampa de 0,90 m. com barra de apoio.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: CAPACHOS, FORRAÇÕES, CARPETES E TAPETES</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Seja evitado o uso de qualquer adereço que possa criar obstáculos no piso.	Quando existirem devem estar fixados ao piso com firmeza, podendo ser sobrepostos ou embutidos em desníveis que não excedam os 5 mm.					
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: DEGRAUS ISOLADOS</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Devem possuir sinalização com faixa luminosas em seu piso e espelho.	Devem conter corrimãos.	Dimensionamento dos pisos deve ser entre 0,28 m a 0,32 m.	Dimensionamento dos espelhos, entre 16 m a 18 m.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

<b>Item: ESCADAS</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima de 1,20 m.	Dimensionamento dos pisos deve ser entre 0,28 m a 0,32 m.	Dimensionamento dos espelhos, entre 16 m a 18 m.	Possuir patamares, a cada 3,20 m de desnível.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: RAMPAS							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima de 1,50 m e, o admissível de 1,20 m.						
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: CORRIMÃOS							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Instalados em ambos os lados das escadas e rampas.	Possuir duas barras paralelas, uma a 0,92 m e outra 0,70 m de altura da face superior da barra até a quina do degrau para as escadas/ da face superior da barra até o piso para as rampas.	Haver um prolongamento de, no mínimo, 0,30 m.	Nos degraus isolados deve haver um corrimão com, no mínimo, 0,30 m de comprimento e a 0,75 m da quina do degrau.			
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: CORREDORES							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve-se assegurar pelo menos uma faixa livre de obstáculos e barreiras.	Largura mínima de 1,50 m.					
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Item: SANITÁRIOS							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Deve existir ao menos um sanitário acessível por pavimento.	Devem ficar localizados em rotas acessíveis, a uma distância máxima de 50 m de qualquer	Próximo ou integrado aos demais, nunca isolado.	Tenham entradas independentes dos demais.	Abertura da porta para o lado externo.	Instalação de, pelo menos, uma bacia sanitária infantil.	Distância entre a porta e a bacia de, no mínimo, 1,20.

		ponto do prédio e, próximo a sua circulação principal.					
<b>(Nome da biblioteca):</b>							
<b>Item: SANITARIOS (continuação)</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Largura mínima do sanitário deve ser de 1,50 m.	Distância entre a bacia e as paredes laterais de, no mínimo, 0,40 m e 0,80 m.	Distância entre a linha de centro a partir da porta (1,20 m) e a bacia deve ser de no máximo 0,10 m.	Barras de apoio devem ser instaladas a uma distância mínima de 40 mm entre a parede e sua face interna.	Bacias sanitárias: devem ficar a uma altura do piso entre 0,43 m e 0,45m, desconsiderando a altura do assento, o qual só deve acrescentar a altura final de 0,01 a 0,03 cm.	Válvula de descarga, se instaladas na parede ou em caixa acoplada devem estar a uma altura de até 1,00 m do piso.	Lavatórios devem permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.
<b>(Nome da biblioteca):</b>							
<b>Item: SANITARIOS (continuação)</b>							
<b>Recomendações da NBR 9050/20:</b>	Um dos lavatórios de ser equipado com torneira de acionamento por alavanca, sensor elétrico ou equivalente.	Papeleiras instaladas sempre acima de 1,00 m do piso e, de modo que, não atrapalhe o acesso à barra de apoio.	Espelhos devem ser instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso.				
<b>(Nome da biblioteca):</b>							

Já para identificação das recomendações de acessibilidade comunicacional as bibliotecas da UFPB não contempladas nesse estudo, também por meio da observação direta, podem se utilizar da ficha adiante, preenchendo se atendem ou não as diretrizes de acessibilidade para *web* do W3C, a fim de conhecerem em detalhes a situação de suas ferramentas na internet, de maneira que possam realizar melhoras:

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM  
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:**

Item: SITE DA BIBLIOTECA/ REDE SOCIAL/ ACERVO DIGITAL				
Diretrizes centrais da WC3:	1 - Alternativas em texto	2 - Mídias com base em tempo	3 - Adaptável	
Principais recomendações da diretriz:	Que conteúdos não textuais possam ser impressos com fontes maiores, convertidos para Braille ou fala, por exemplo.	Áudios e vídeos precisam fornecer alternativas de acesso, como legendas, audiodescrição ou língua de sinais.	Se necessitar ser alterado, ampliado, por exemplo, não pode perder informações ou estrutura do seu <i>layout</i> .	
(Nome da plataforma <i>web</i> analisada):				
Item: SITE DA BIBLIOTECA/ REDE SOCIAL/ ACERVO DIGITAL				
Diretrizes centrais da WC3:	4 - Discernível	5 - Operável por teclado	6 - Tempo suficiente	7 - Convulsões e reações físicas
Principais recomendações da diretriz:	Preocupação com o esquema de cores, o controle de áudios, a ampliação do texto em até 200%, o espaçamento do texto, o foco do mouse ou teclado.	Funcionar da mesma forma a partir dos comandos também em teclado.	Conteúdos fiquem na tela tempo suficientes para sua leitura e utilização, nem rápido, nem devagar demais.	Evitar o uso excessivo de cores e iluminação, ou a utilização exagerada de <i>pop-ups</i> .
(Nome da plataforma <i>web</i> analisada):				
Item: SITE DA BIBLIOTECA/ REDE SOCIAL/ ACERVO DIGITAL				
Diretrizes centrais da WC3:	8 - Navegável	9 - Modalidades de entrada	10 - Legível	
Principais recomendações da diretriz:	Ajudar os usuários na sua experiência de navegação e facilitar a localização dos conteúdos.	Possibilitar também o acionamento por gestos, que exigem maior atenção com o tamanho ideal para as áreas clicáveis.	Os textos devem ser legíveis e compreensíveis, evitando expressões de um contexto específico.	
(Nome da plataforma <i>web</i> analisada):				
Item: SITE DA BIBLIOTECA/ REDE SOCIAL/ ACERVO DIGITAL				
Diretrizes centrais da WC3:	11 - Previsível	12 - Assistência de entrada	13 - Compatível	

<b>Principais recomendações da diretriz:</b>	Não permitir mudanças repentinas, de <i>layout</i> ou de cores, se não forem a pedido do usuário.	Os erros de navegação devem ser descritos em forma de texto, dando instruções de como corrigi-lo.	Desenvolvido de forma a se adaptarem para rodar tecnologias assistivas, como leitores e ampliadores de tela, por exemplo.				
<b>(Nome da plataforma <i>web</i> analisada):</b>							

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos representativos índices de pessoas com deficiência, seja no cenário nacional (com 24% da população), estadual (com 27% da população) ou no cenário local do campo dessa pesquisa, onde só o número de discentes ativos já representa um total de 4.670 pessoas que informaram conviver com algum tipo de deficiência na UFPB, de acordo com dados do CIA, faz-se inegável a necessidade de se refletir e buscar melhorias para as necessidades específicas dessa população, de forma que, a acessibilidade e torne uma política pública de responsabilidade de todos os níveis de governo e, claro, pauta prioritária das políticas internas das instituições de ensino pública, como a Universidade Federal da Paraíba.

Como se viu no decorrer dessa pesquisa, a acessibilidade em suas diferentes tipologias está presente dos processos de avaliação do INEP/MEC, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, evidenciando sua importância no contexto da educação superior, como forma de garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência, com igualdade e respeito, no ensino superior do país para que, através dele, inclusive, possam galgar melhores condições de vida, o que é de grande valia para essa fatia da população que, histórica e notadamente, ainda é posta à margem nas lutas por seus direitos sociais mais básicos, como o próprio acesso à educação, num país onde 67% das pessoas com deficiência ainda não possuem nenhum grau de instrução, ou possui apenas o ensino fundamental incompleto o que, por sua vez, se reflete diretamente nos baixos índices de empregabilidade dessa parcela da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Nesse cenário, promover uma universidade inclusiva e, verdadeiramente, preparada para atender as pessoas com deficiência é uma necessidade urgente, que encontra arcabouço não apenas no regramento jurídico nacional, mas também em normas e diretrizes técnicas, seja no campo da arquitetura ou das tecnologias da informação e comunicação, como foi visto no decorrer desse estudo.

Inseridas no contexto das IES, e das avaliações às quais estão sujeitas essas instituições, a biblioteca universitária como ferramenta de promoção e democratização da informação e do conhecimento, não poderia eximir-se de está preparada para atender a totalidade dos usuários que dela necessita. Por esse motivo, esse trabalho teve como objetivo principal, compreender a adequação dos serviços presenciais e digitais da Biblioteca Central e das Bibliotecas Setoriais do CCSA e CCEN da UFPB para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência.

Da mesma forma, essa pesquisa objetivou, especificamente, apreender sobre as seguintes pautas, vindo a assim respondê-las:

No objetivo específico “a)” buscou-se: identificar nos documentos orientadores de acessibilidade no processo de avaliação das IES dentro do contexto do SINAES e, no PDI e demais documentos norteadores da UFPB, aspectos de acessibilidade arquitetônica e comunicacional voltados a atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Cumprindo esse objetivo, esse estudo verificou-se que, dentro dos processos avaliativos do SINAES, a questão da acessibilidade arquitetônica e comunicacional, objetos desse estudo, são contempladas em dois documentos norteadores desse sistema, o “Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade” que, em relação às instalações administrativas, orienta os avaliadores a verificação das instalações físicas, primordialmente, a acessibilidade arquitetônica e o “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento”, que trata dos pontos a serem verificados na avaliação da infraestrutura, inclusive das bibliotecas universitárias.

Já no PDI da UFPB, para o quinquênio 2019-2023, temos a promoção da acessibilidade arquitetônica e comunicacional como pontos recorrentes desse planejamento na instituição, visando principalmente o atendimento as exigências legais para a acessibilidade e a garantia do exercício da cidadania para as pessoas com deficiência. O PDI aponta ainda a importante atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA/UFPB para concretização do seu Plano de inclusão social e promoção da acessibilidade, contudo, identificou-se que na atuação desse comitê, ainda se faz necessária uma produção mais consistente de normativas internas e outras diretrizes técnicas, de forma a melhor orientar e difundir as políticas de promoção à acessibilidade dentro da instituição.

O objetivo específico “b)” pretendeu: realizar a interpretação dos dados oriundos do mapeamento da estrutura física e digital dos serviços das bibliotecas pesquisadas com base nos documentos e na observação direta, utilizando-se da análise de conteúdo.

Assim, quanto ao atendimento das questões de acessibilidade arquitetônica nas 3 bibliotecas do estudo, em observância as norma 9050/2020, em síntese, encontrou-se que as condições desse tipo de acessibilidade, a partir do número de itens atendidos é bastante similar entre elas, sobretudo, se for considerado o fato de que, a Biblioteca Setorial do CCSA, onde estão os melhores resultados, não possui ou não necessita de alguns itens da análise em sua estrutura, como escadas, degraus isolados e sanitários, por exemplo. Assim, as outras 02

bibliotecas, Central e CCEN, tiveram um número maior de recomendações averiguadas e, por isso, maiores chances de pontuar negativa ou positivamente na pesquisa.

Apesar de apresentar números bastante similares, o que fica claro é que, a situação de acessibilidade arquitetônica nas 03 bibliotecas não atende a rigor as recomendações normativas, e que muito precisa ser feito para reverter à situação de itens importantíssimos para permitir o acesso e permanência de pessoas com deficiência nesses prédios, como a situação irregular de calçadas, estacionamentos, corredores, portas, balcões, mesas e outros itens melhor detalhados na pesquisa, que não correspondem às especificações da norma para serem considerados acessíveis.

Em relação à acessibilidade comunicacional, a situação não é muito diferente da diagnosticada nas estruturas físicas das unidades. Os *sites*, *Instagrams* e acervos digitais verificados também precisam de adequações em itens de extrema relevância para que possam atender com primor as diretrizes centrais de acessibilidade para *web* do consórcio internacional W3C. Assim, apesar de atenderem a maior parte das 13 diretrizes centrais de acessibilidade na *web*, *sites*, *Instagrams* e acervos digitais deixam a desejar em recomendações de extrema importância para a acessibilidade na internet como: a descrição em forma de texto de imagens e vídeos; a possibilidade de acesso por meio do teclado; o uso de textos legíveis; a compatibilidade com tecnologias assistivas e outras recomendações melhor especificadas na apresentação e análise dos dados a pesquisa, com itens que fazem grande diferença na experiência de navegação na internet para as pessoas com deficiência.

Em um quadro geral, tanto em relação à acessibilidade arquitetônica, quanto comunicacional, temos que a situação das 3 bibliotecas analisadas não é grave, mas também não pode ser considerada satisfatória, pois embora em menor número, diferentes itens nas duas tipologias de acessibilidade deixaram de ser atendidos com satisfação, o que deixa clara a existência de diversas barreiras aos pessoas com deficiência ainda presentes nos serviços presenciais e virtuais prestados por esse recorte das unidades de informação do Sistema de Bibliotecas da UFPB.

E, nesse sentido, acabem por não atenderem também as exigências das avaliações do SINAES, podendo interferir diretamente nos resultados dessas avaliações. Da mesma forma, também se distanciam do cumprimento do que está planejado no PDI da instituição divergindo, inclusive, da informação apresentada nesse documento, onde constam que as Bibliotecas Central e Setorial do CCEN possuem condições adequadas de acessibilidade, como demonstra a imagem adiante, já apresentada anteriormente, onde esta pesquisa mostra está correta apenas a informação de acessibilidade referente à Biblioteca Setorial do CCSA:

**Figura 24:** Recorte do PDI sobre condições de acessibilidade nas bibliotecas da UFPB.

**Apêndice G – Estrutura e serviços oferecidos pelo sistema de bibliotecas da UFPB.**

Unidade	Horário de funcionamento	Número de Assentos	Média de Empréstimo + Renovações / mês	Computadores disponíveis aos usuários	Possui WI-FI	Oferece condições de acessibilidade	Possui banheiros para os usuários	Acesso ao uso das bases assinadas	Possui capacidade de expansão
BC	Seg. a Sex. 7h30 às 22h Sáb. 8h às 12h	226	3.773	7	SIM	SIM	SIM	Ebook Central Total de	SIM
CCEM	Seg a Qui. 7h30 às 20h Sex 7h30 às 19h	40	805	3	SIM	SIM	SIM		SIM
CCSA	7h30 às 21h30	51	1.102	2	SIM	NÃO	NÃO		SIM

**Fonte:** Adaptado pelo autor (2021, com base em Universidade Federal da Paraíba, 2019, p. 188).

Assim, diante da situação diagnosticada, o último objetivo específico da pesquisa, representado pela letra “c” buscou: elaborar relatório que possa diagnosticar e orientar a melhoria da política institucional de acessibilidade para a pessoa com deficiência nas bibliotecas da UFPB.

Nesse sentido, após a apresentação e análise dos dados esse trabalho trouxe uma seção específica, oferecendo um “Relatório diagnóstico sobre a pesquisa” com a exposição, em síntese, dos dados gerais coletados e, com especial ênfase, para cada item em cada biblioteca que não atende com satisfação as recomendações da Norma 9050/2020, para a acessibilidade arquitetônica, e das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* do W3C, para a acessibilidade comunicacional, nos *sites*, *Instagrams* e acervos digitais analisados. Por fim, esse relatório, como produto da pesquisa, propõe que, a partir do modelo das “Fichas de identificação de acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias” e da “Ficha de identificação de acessibilidade comunicacional em bibliotecas universitárias” as demais unidades do Sistema de Bibliotecas da UFPB possam verificar também suas condições de acesso para as pessoas com deficiência, a fim de conhecerem em detalhe suas situações de acessibilidade, de modo que possam realizar as melhorias necessárias, adequando-se as exigências avaliativas do SINAES, de planejamento do PDI e, principalmente, de promoção da inclusão e dos direitos da pessoa com deficiência, de forma a torná-la, cada vez mais, uma realidade nas políticas internas da instituição e nas políticas públicas de maneira geral.

Em sede de arremate, a partir desta pesquisa foi possível inferir que, os dados aqui coletados transparecem com clareza, o não atendimento das 3 bibliotecas do estudo a todas as recomendações de acessibilidade, tanto arquitetônicas, quanto comunicacionais, comprometendo os seus desempenhos nas avaliações do SINAES, o cumprimento das metas

do PDI e, o propósito maior de promoção da igualdade no atendimento dos seus usuários e na prestação dos seus serviços. Diante do exposto, as 3 unidades informacionais necessitam de ajustes e melhorias em questões importantes, que hoje representam barreiras aos seus usuários pessoas com deficiência e, é nesse sentido, que a apresentação do relatório diagnóstico, detalhando os itens a serem corrigidos e propondo a continuidade das análises nas demais unidades bibliotecas da UFPB, se mostra como ferramenta oportuna para a reflexão sobre esses problemas e para proposição de ações administrativas que venham a solucioná-los.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ARAÚJO, M. A. R. C. **Arquitetura inclusiva**: contributos para o desenho de espaços públicos. 2017, 268 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO JUNIOR, I. F.; RODRIGUES, C. B. Exclusão e inclusão digitais e seus reflexos no exercício de direitos fundamentais. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 1, n. 1, jan.jun/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/5958#.YOpZP5hKjIU>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BEDRITICHUK, A. G. A. **As políticas de avaliação na educação superior**: a trajetória do SINAES. In: PUC Goiás, 2018. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Amanda-Guedes-Andrade-Bedritichuk.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BITTENCOURT, L. S. *et al.*. Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 dez. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Brasília - DF: Congresso Nacional, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm). Acesso em: 07 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília - DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 05 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília - DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 05 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília - DF: Congresso Nacional, 2014. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília - DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. **Documento Orientador das Comissões de Avaliação In Loco para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade**. Brasília - DF, 2016. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/documentos\\_orientadores/2016/documento\\_orientador\\_em\\_acessibilidade\\_avaliacao\\_institucional.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância - Recredenciamento**. Brasília - DF, 2017. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf). Acesso em: 19 mar 2021.

BUFREM, L. S.; SORRIBAS, T. V. Mediação e convergência em bibliotecas ACADÊMICAS: saberes e práticas culturais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 25, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p68> Acesso em: 20 mar. 2021.

CAPLAN, G. J. **Accesibilidad En La Red: Red de Integración Especial**. RedEspecial *Web*, 2002. Disponível em: <http://www.redespecialweb.org>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. das G. G. V. **A Reforma do Estado Brasileiro: do Regulatório ao Avaliador como Precursor da Criação do Sinaes**. In: Revista FORGES: Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Ilheus, v. 5, n. 1, p. 13-31, 2018. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2019/04/Revista-Forges-2018.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 15, p. 195-224, 2010.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A invenção da sala de aula: uma genealogia da sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2003.

FEIJÓ, A. R. A. O direito constitucional da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Rev. da ENA**, n. 1, jan. 2008.

FERRÉS, S. P. Acessibilidade física. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 36-49.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, F. **Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva**. In: Fundação Dorina, 2020. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FUJITA, M. S. L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 15, n.2, p. 97-112, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GIACUMUZZI, G.; MORO, E. L. S. Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de bibliotecas. **Rev. Bras. de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/324>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOMES, D. G. **A aplicabilidade do Design Inclusivo em projetos de Design**. 2016, 155 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GOMES, H. F. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/267>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GUERRA, M. A. M.; DIAS, E. M. L. O ensino superior e as fragilidades das bibliotecas universitárias: uma análise à luz da avaliação do SINAES. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2013. **Anais [...]**. São Luís, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impassesdesafiosdaspoliticasededucacao/pdf/oensinosuperioreasfragilidadesdasbibliotecasuniversitarias.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência**. In: IBGE Educa Jovens, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes**. In: Agência IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**. In: UOL Educação, 2019. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/26/ibge-pcds-fundamental-incompleto-sem-instrucao-taxa-2019-pns.htm>. Acesso em: 24 out. 2021.

LOPES, M. C. Inclusão como estratégia e imperativo de Estado: a educação e a escola na produção de sujeitos capazes de incluir. In: RESENDE, H. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. Subjetividade docente, inclusão e gênero. **Educação & Sociedade**: revista de Ciências da Educação, Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-868, jul./set. 2012, p. 851-868.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte : Autêntica, 2013.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. Inclusão, biopolítica e educação. In: **Educação**. PUCRS, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago. 2013, p. 210-219.

LUBISCO, N. M. L. (Org.). **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.

MAUÉS, Olgaíses. A política de avaliação da educação superior e os desafios da implementação do SINAES. Reunião Anual da Anped, 30. **Anais [...]**, 2017. Rio de Janeiro, Anped, 2007. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/politica-de-avaliacao-da-educacao-superior-e-os-desafios-da-implementacao-do-sinaes>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAZZONI, A. A. *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 2, maio/ago. 2001, p. 29-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MELLO, R. L. **Arquitetura inclusiva**: uma nova cultura. In: Fórum da construção, 2013. Disponível em <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=1013>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MENEZES, E. C. P. **A maquinaria escolar**: na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MICHAËLIS, C.; MICHAËLIS H. **Acessibilidade**. In: Dicionário Michaelis online, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acessibilidade/>. Acesso em: 01 jan. 2021.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governando o presente**: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal. São Paulo: Paulus, 2012.

MINTO, L. W. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro**: do golpe de 1964 aos anos 90. 2005. 295 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MIRANDA, M. P. S.; NOVAIS, A. L. M. **Direito de acessibilidade aos bens culturais**. In: Biblioteca Virtual do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/605>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MONT'ALVÃO, C. Inovação e ergodesign com o foco na acessibilidade. In: ULBRICHT, V. R.; FADEL, L.; BATISTA, C. R. (Orgs.). **Design para acessibilidade e inclusão**. São Paulo: Blucher, 2017.

NOVO estudo de acessibilidade da *Web* para Todos em *sites* brasileiros. In: *Web Para Todos*, 2020. Disponível em: <https://mwpt.com.br/2o-estudo-de-acessibilidade-do-movimento-web-para-todos-nos-sites-brasileiros/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.siseb.sp.gov.br/arqs/Relatorio\\_Mundial.pdf](http://www.siseb.sp.gov.br/arqs/Relatorio_Mundial.pdf). Acesso em: 27 nov. 2020.

PAGLIUCA L. M. F. *et al.* Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Rev. Esc. Enferm.**, [s.l.], v. 41, n.4, 2007, p.581-588.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval., pol. públ. e educ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

PROVIN, P. **O imperativo da inclusão nas universidades gaúchas**: produzindo atitudes de inclusão. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

QUEIROZ, K. **Eu avalio, tu avalias, nós nos autoavaliamos?**: uma experiência proposta pelo SINAES. São Paulo: Autores Associados Ltda, 2011.

RADABAUGH, M. P. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities**: a report to the president and the congress of the United State In: National Council on Disability, 1993. Disponível em: <http://www.ccclivecaption.com>. Acesso em: 05 fev. 2021.

RODRIGUES, M. E. F, *et al.* A biblioteca e o bibliotecário no imaginário popular. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n.1, p. 82-95, 2013. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/15097/9599>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ROSSI, T. **Gestão de competências na prestação de serviços de informação em bibliotecas de universidades da região de Florianópolis**. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, R. R. **Gestão dos dispositivos de comunicação da *web* social**: potencializando as atividades de mediação da informação e do conhecimento em bibliotecas universitárias brasileiras. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SANTOS NETO, S. R. **A difícil inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. In: Jornal da Unicamp On, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2020/09/23/dificil-insercao-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 27 jan. 2021.

SHERA, J. H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.87-97, 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1643/1251>. Acesso em: 14 mar. 2021.

TELES, P. **A cidade das (i)mobilidades**: manual técnico de acessibilidade e mobilidade para todos. Porto: [s.n.], 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 34/2013**. In: UFPB, 2013. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/201503517389a8095944e3bf47474765/Runi34\\_2013.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/201503517389a8095944e3bf47474765/Runi34_2013.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 09/2016**. In: UFPB, 2016. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20160441424180224780764ce5971aab/Runi09\\_2016.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20160441424180224780764ce5971aab/Runi09_2016.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Minimanual de acessibilidade comunicacional**. In: UFSM, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2020/06/CARTILHA-Acessibilidade-Comunicacional.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VAILATTI, D. B.; *et al.* **Direitos das pessoas com deficiência para provas de concursos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

VASCONCELOS, M. H. S.; SONZA, A. P. Escola acessível: um direito de todos. Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva, 1, 2017. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

WORLD WIDE *WEB* CONSORTIUM. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web 2.1**. In: WC3, 2018. Disponível em: <https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/#sotd>. Acesso em: 15 mar. 2021.

**ANEXO**

**ANEXO A:** Solicitações e consentimentos para coleta de dados nos prédios das bibliotecas.

**Biblioteca Central:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SOLICITAÇÃO N°2 / 2021 - BC - DSU (11.01.19.15)

N° do Protocolo: 23074.113738/2021-64

João Pessoa-PB, 08 de Novembro de 2021

Prezada Direção da Biblioteca Central da UFPB,

Sou Carlos Augusto Rolim da Silva Junior, discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB e, sob a orientação do professor Dr. José Jassuipe da Silva Moraes, estamos desenvolvendo pesquisa que aborda diferentes aspectos da acessibilidade para pessoas com deficiência, como especial ênfase nas questões de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, dentro do contexto universitário e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Dessa maneira, nossa pesquisa, que adota um enfoque exploratório e descritivo e, tem a observação direta como método para a coleta dos dados, necessita averiguar in loco questões pontuais de acessibilidade arquitetônica, com base na NBR 9050/2020, no prédio e entornos da Biblioteca Central da UFPB.

Nesse sentido, gostaríamos de solicitar a Direção desta Biblioteca Central, permissão para acesso ao prédio, atualmente em reforma, para que possamos coletar os dados, com base na observação direta, que seguirá o roteiro pré-estabelecido em nossas "Fichas de Identificação de Acessibilidade Arquitetônica em Bibliotecas Universitárias", que podem ser verificadas nesse link: <https://www.dropbox.com/s/cvl9xuurlqbeajph/Ficha%20de%20identifica%C3%A7%C3%20modelo.docx?dl=0>

Desde já, agradecemos a atenção e colaboração!

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 15:25)*  
CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR  
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA  
Matrícula: 2897907

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2021, documento(espécie): SOLICITAÇÃO, data de emissão: 08/11/2021 e o código de verificação: 4ced9336fa

DOCUMENTO						
Número: 2						
Protocolo: 23074.113738/2021-64						
Origem: Interna						
Documento (Espécie): SOLICITAÇÃO						
Natureza do Documento: RESTRITO						
Hipótese Legal: Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)						
Identificador: ---						
Ano do Documento: 2021						
Assunto: 232 - PROJETOS DE PESQUISA - AVALIAÇÃO, RESULTADOS						
Tipo de Documento Detalhado: Coleta de dados in loco para pesquisa de dissertação do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB						
Data do Documento: 08/11/2021						
Unidade de Origem: BC - DIVISÃO DE SERVIÇOS AO USUÁRIO (11.01.19.15)						
Data do Cadastro: 08/11/2021 15:25						
Situação: ATIVO						
INTERESSADOS DO DOCUMENTO						
Identificador	Tipo	Nome	E-mail			
2897907	Servidor	CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR				
MOVIMENTAÇÕES DO DOCUMENTO						
Destino	Enviado Em	Enviado Por	Recebido Em	Recebido Por	Tempo Esperado	Urgente
Dir-BC (11.00.42.05)	08/11/2021 15:25	carlosrolimjr	08/11/2021 17:06	mjpaiva		Não
BC - DSU (11.01.19.15)	08/11/2021 19:55	mjpaiva	05/12/2021 02:55	carlosrolimjr		Não
ASSINATURAS DO DOCUMENTO						
Assinante	Situação					
CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR (2897907)	ASSINADO EM 08/11/2021 15:25					
HISTÓRICO DE CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA						
Tipo	Realizado em	Natureza	Grau de Sigilo	Realizado por		
CLASSIFICAÇÃO	08/11/2021 15:25	RESTRITO	---	CARLOS AUGUSTO ROLIM DA SILVA JUNIOR		
Hipótese Legal: Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)						
Observação: Cadastro do Documento Restrito.						

## Biblioteca Setorial do CCSA:

Autorização para pesquisa no prédio da biblioteca Caixa de entrada x

Carlos Rolim Jr. <juniorrolim1287@gmail.com> para biblioteca sex., 12 de nov. 16:59 ☆ ↶ ⋮

Olá prezados, bom dia!

Sou Carlos Augusto Rolim da Silva Junior, bibliotecário na Biblioteca Central da UFPB e, também discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB onde, sob a orientação do professor Dr. José Jassuipe da Silva Moraes, estamos desenvolvendo pesquisa que aborda diferentes aspectos da acessibilidade para pessoas com deficiência, como especial ênfase nas questões de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, dentro do contexto das bibliotecas universitárias e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Dessa maneira, nossa pesquisa, que adota um enfoque exploratório e descritivo e, tem a observação direta como método para a coleta dos dados, necessita averiguar *in loco* questões pontuais de acessibilidade arquitetônica, com base na NBR 9050/2020, no prédio e entornos da Biblioteca Setorial do CCSA/UFPB.

Nesse sentido, gostaríamos de solicitar a coordenação desta Biblioteca Setorial permissão para acesso às áreas de uso comum do prédio, para que possamos coletar os dados, por meio da observação direta, que seguirá o roteiro pré-estabelecido em nossas "Fichas de Identificação de Acessibilidade Arquitetônica em Bibliotecas Universitárias", que podem ser consultadas nesse link:  
<https://www.dropbox.com/s/cv19xuuroqbeajph/Ficha%20de%20identificacao%20de%20A7%20de%20A3o%20de%20acessibil%20modelo.docx?dl=0>

Se possível, gostaríamos de realizar a coleta dos dados nesta próxima terça-feira (16/11), no horário da tarde.

Desde já, agradeço a atenção e colaboração!

Cordialmente,

**Carlos Rolim Jr.**  
 Bibliotecário - BC/UFPB  
 Mestrando no PPGAES/UFPB  
<http://lattes.cnpq.br/0460631400115896>

**Biblioteca Setorial CCSA** ter., 16 de nov. 14:04

para mim ▾

Olá Carlos, boa tarde!

É nossa satisfação poder contribuir com sua pesquisa!  
Estamos disponíveis sim. Amanhã dia 17/11, a partir das 13h30, já estaremos aqui na biblioteca. Fiquem a vontade para vir até aqui realizar sua coleta de dados.

À disposição,

André Domingos.  
Bibliotecário - CCSA/UFPB

## Biblioteca Setorial do CCEN:

**Autorização para pesquisa no prédio da biblioteca** Caixa de entrada x

**Carlos Rolim Jr.** <juniorrolim1287@gmail.com> qua., 10 de nov. 01:41

para biblioteca ▾

Olá prezados, bom dia!

Sou Carlos Augusto Rolim da Silva Junior, bibliotecário na Biblioteca Central da UFPB e, também discente do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB onde, sob a orientação do professor Dr. José Jassuipe da Silva Morais, estamos desenvolvendo pesquisa que aborda diferentes aspectos da acessibilidade para pessoas com deficiência, como especial ênfase nas questões de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, dentro do contexto das bibliotecas universitárias e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Dessa maneira, nossa pesquisa, que adota um enfoque exploratório e descritivo e, tem a observação direta como método para a coleta dos dados, necessita averiguar *in loco* questões pontuais de acessibilidade arquitetônica, com base na NBR 9050/2020, no prédio e entornos da Biblioteca Setorial do CCEN/UFPB.

Nesse sentido, gostaríamos de solicitar a coordenação desta Biblioteca Setorial permissão para acesso às áreas de uso comum do prédio, para que possamos coletar os dados, por meio da observação direta, que seguirá o roteiro pré-estabelecido em nossas "Fichas de Identificação de Acessibilidade Arquitetônica em Bibliotecas Universitárias", que podem ser consultadas nesse link:  
<https://www.dropbox.com/s/cv19xuurgbeajph/Ficha%20de%20identificacao%20de%20A7%20A3o%20de%20acessibilidade%20modelo.docx?dl=0>

Se possível, gostaríamos de realizar a coleta desses dados nesta próxima quinta-feira (11/11), a partir das 13:00h.

Desde já, agradeço a atenção e colaboração!

Cordialmente,

**Carlos Rolim Jr.**  
Bibliotecário - BC/UFPB  
Mestrando no PPGAES/UFPB  
<http://lattes.cnpq.br/0460631400115896>

**Biblioteca Setorial do CCEN** qui., 11 de nov. 09:56

para mim ▾

Bom dia!

Carlos, você tem permissão para coletar os dados, porém para hoje, só é possível no no horário da manhã, pois tenho um procedimento médico a partir das 13h. No caso, se quiser vir sem a minha presença, está tranquilo.

Att.,  
Josélia Oliveira  
Coordenadora da Biblioteca do CCEN/UFPB